



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Ciências Econômicas

Lilian Kotviski Fiala

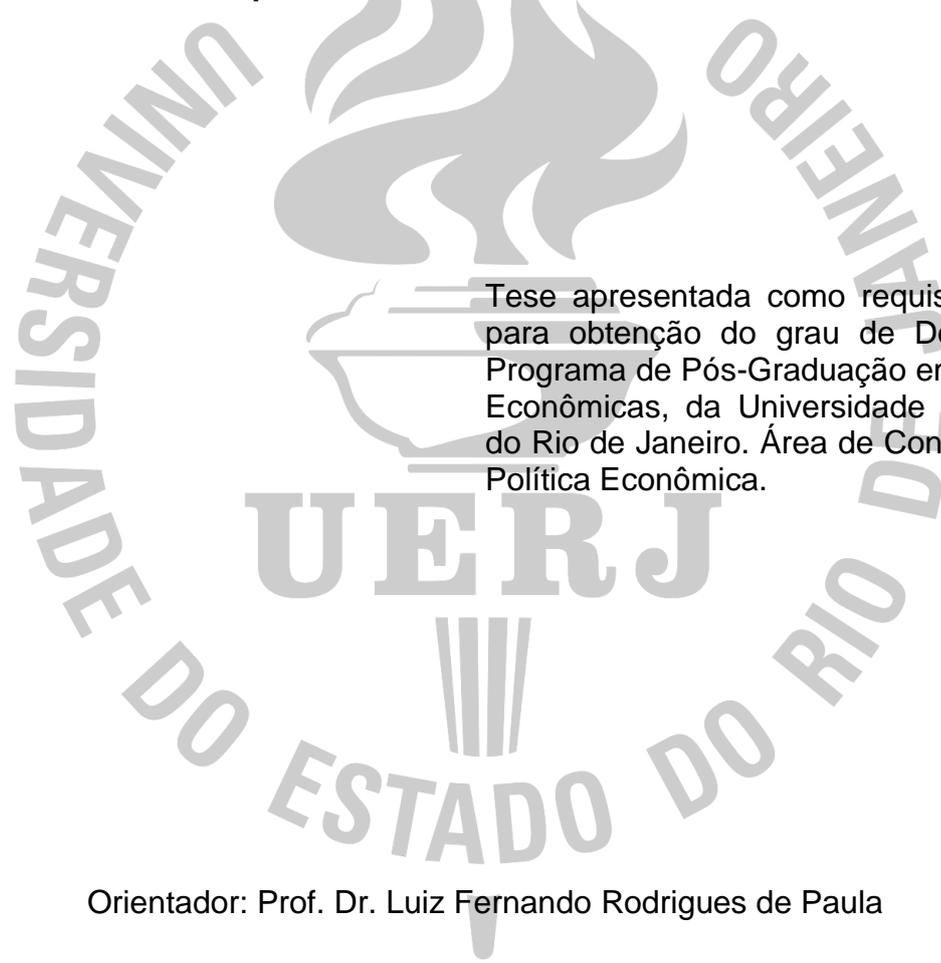
**Moedas locais complementares como ativadoras da economia
local?**

Rio de Janeiro

2023

Lilian Kotviski Fiala

Moedas locais complementares como ativadoras da economia local?



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Política Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Rodrigues de Paula

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/B

F439 Fiala, Lilian Kotviski
Tese Moedas locais complementares como ativadoras da
economia local? / Lilian Kotviski Fiala – 2023.
101 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Rodrigues de Paula
Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade
do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências
Econômicas.

1. Bancos comunitários – Teses. 2. Economia social -
Teses. I. Paula, Luiz Fernando Rodrigues de. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e
Finanças. III. Título.

CDU 336.712

Bibliotecária: Lucia Andrade CRB7/5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lilian Kotviski Fiala

Moedas locais complementares como ativadoras da economia local?

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Economia Política. Linha de Pesquisa: Políticas Públicas.

Aprovada em 29 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof Dr. Luiz Fernando Rodrigues de Paula (Orientador)
Faculdade de Ciências Econômicas - UERJ

Profª Dra. Angela Moulin Simões Penalva Santos
Faculdade de Ciências Econômicas - UERJ

Profª Dra. Lucia Helena Salgado e Silva
Faculdade de Ciências Econômicas - UERJ

Profª Dra. Fernanda de Freitas Feil
Universidade Federal Fluminense

Prof Dr. Pedro James Frias Hemsley
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

À Deus e à minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a quem dedico todos os dias da minha vida.

Aos meus pais, Irene e Martin, por terem me apoiado e suportado minha ausência, que de temporária acabou se tornando definitiva, por ora, mesmo com dúvidas sobre qual seria o resultado de tudo isso.

À minha amiga Gabriela, que me estendeu a sua família e me ajudou na mudança para o Rio de Janeiro com a sua tia Sonia, a qual me recebeu no meu primeiro mês no Rio de Janeiro, dando-me o conforto para encontrar um lugar meu com calma e sendo minha família nessa cidade.

A professora Maria do Rosário Knechtel, coorientadora da minha dissertação de mestrado que virou amiga e sempre me incentivou a fazer doutorado e também contribuiu para que o mesmo fosse finalizado. Seu vigor e lucidez continuam a me inspirar.

Ao meu esposo, Arthur, por ser um dos grandes incentivadores para que eu terminasse esse projeto, tendo assumido prontamente, por vários momentos, o cuidado com a nossa filha, enquanto me dedicava ao desenvolvimento dessa tese.

Ao meu orientador, professor Luiz Fernando de Paula, por aceitar me orientar em um tema novo dentro da seara da Economia, mas principalmente por me amparar em momentos difíceis, dando-me encorajamento para continuar. Saiba que seu apoio foi fundamental para que eu conseguisse concluir essa tese.

Ao professor Pedro Hemsley, pelas diversas conversas, até mesmo orientações, sobre alguns aspectos desta tese, mesmo com sua agenda atribulada.

A todas as pessoas consultadas nos bancos comunitários pelo Brasil, que dispenderam um pedaço do seu tempo para responder aos meus questionamentos e possibilitaram que este trabalho tivesse um panorama atualizado da situação dos bancos comunitários e suas moedas. Uma lista completa dessas pessoas se encontra no Apêndice.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo apoio financeiro para que eu pudesse me dedicar ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e, inclusive, para me ausentar durante o período de licença maternidade.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela confiança e apoio financeiro ao projeto de pesquisa Avaliação de impacto do uso de moedas sociais locais no Brasil, do qual fui coordenadora, e que, se não fosse pela pandemia, teria permitido uma pesquisa de campo com dados primários potencialmente melhores.

A persistência é o caminho do êxito.

Charles Chaplin

RESUMO

FIALA, L.F. *Moedas locais complementares como ativadores da economia local?* 2023 101 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

As moedas complementares locais ganharam novo destaque desde a crise financeira de 2008, principalmente nas regiões que mais sofrem com a consequência dessas crises, geralmente locais com baixo índice de desenvolvimento socioeconômico. Este estudo centra-se na análise das moedas locais complementares como ativadoras da economia local, tendo como referência principal a experiência brasileira dentro de bancos comunitários de desenvolvimento (BCD). Além disso, busca-se obter um panorama dos BCD e suas moedas locais conversíveis físicas e identificar os principais fatores que contribuíram para a situação atual de cada iniciativa. Como parte desta tese, realizou-se pesquisa de caráter metodológico quantitativo, com estratégia descritiva *ex post facto*, que mapeou os BCD que possuíam moeda local conversível física e a sua situação no momento da pesquisa. O resultado obtido foi que, dos 110 BCD identificados com esse perfil, 32 (29%) continuam em operação, 53 (48%) estão fechados, 2 (2%) estão com suas atividades paradas e 23 (21%) permanecem com sua situação indefinida, pois não foi possível confirmar sua situação com nenhuma fonte. Ainda, a partir de pesquisa qualitativa de natureza exploratória, identificou-se que, dentre os bancos considerados fechados, os motivos para o seu fechamento estão atrelados a falta de recursos financeiros, de pessoal e de tempo, insegurança, mudança de gestão ou falta de cumprimento do convênio pela prefeitura, falta de apoio do governo, dificuldade, incapacidade ou conflitos na gestão do banco, falta de articulação política ou mesmo não aceitação do projeto pela comunidade. Já os fatores de sucesso estão atrelados a uma forte liderança comunitária existente ou identificada no processo, uma organização comunitária já atuante na região e forte trabalho de engajamento do território. Também, analisou-se os novos desenvolvimentos das moedas locais na sua versão eletrônica e atreladas a programas governamentais municipais de transferência de renda. Conclui-se que as moedas locais podem ser sim ativadoras da economia local, dependendo principalmente da quantidade de recursos transacionados nessa moeda local.

Palavras-chave: Banco Comunitário. Moeda eletrônica. Moeda complementar. Moeda local. Desenvolvimento local. Transferência de renda

ABSTRACT

FIALA, L.F. *Are complementary local currencies local economy enablers?* 2023 101 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Complementary local currencies have gained new prominence since the 2008 financial crisis, especially in regions that suffer most from the consequences of this crisis, generally places with a low level of socioeconomic development. This study focuses on the analysis of complementary local currencies as the local economy enablers, having as its main reference the Brazilian experience within community development banks (CDB). In addition, this study seek to obtain an overview of CDB and their physical convertible local currencies and identify the main factors that influenced the current situation of each initiative. As part of this thesis, quantitative methodological research was carried out, with an ex post facto descriptive strategy, which mapped the CDB that had physical convertible local currency and their situation at the time of the research. The result was that, of the 110 CDB identified with this profile, 32 (29%) remain in operation, 53 (48%) are closed, 2 (2%) have their activities in stand by and 23 (21%) remain in their current situation undefined, as it was not possible to confirm its situation with any source. Even so, based on qualitative research of an exploratory nature, it was established that, among the banks considered closed, the reasons for their closure are linked to the lack of financial resources, personnel and time, insecurity, change of management or lack of compliance of the agreement by the city hall, lack of support from the government, difficulty, incapacity or conflicts in the management of the bank, lack of political articulation or even not being accepted by the community. The success factors are related to existing or identified strong community leadership, a community organization already active in the region and strong territorial engagement work. We also analyze new developments in local currencies in their electronic version and linked to municipal government income transfer programs. It is concluded that local currencies can be activated in the local economy, depending mainly on the amount of resources transacted in this local currency.

Keywords: Local currency. Local development. Income transference
Community Bank. Electronic currency. Complementary currency.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Classificação das moedas sociais.....	23
Tabela 2 -	Bancos comunitários que nunca existiram ou operaram.....	56
Tabela 3 -	Bancos comunitários apenas com moeda eletrônica.....	57
Tabela 4 -	Bancos comunitários fechados.....	58
Tabela 5 -	Bancos comunitários com situação indefinida.....	65
Tabela 6 -	Bancos comunitários parados.....	65
Tabela 7 -	Bancos comunitários operantes.....	66
Tabela 8 -	Situação das moedas locais circulantes de BCD operantes.....	70
Tabela 9 -	BCD e moedas sociais criadas por leis municipais após Maricá-RJ.....	80

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AC	Acre
AL	Alagoas
AM	Amazonas
AP	Amapá
APJ	Associação Aprender Juntos
APROVAP	Associação de Produtores do Vale do Portal do Céu
ASMOCONP	Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
BA	Bahia
BASSA	Banco Solidário de Santana do Aracaú
BC	Banco Comunitário
BCB	Banco Central do Brasil
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BEM	Banco Empreendedores de Maranguape
CDCT	Centro de Desenvolvimento Comunitário de Timbaúbas
CDE	Comissão de Desenvolvimento Econômico
CE	Ceará
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DEBAN	Departamento de Operações Bancárias e de Sistemas de Pagamentos
DF	Distrito Federal
ECC	Empresa Comunitária de Crédito
ES	Espírito Santo
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FINCA	Fundación Integral Campesina
IMA	<i>Independent Money Alliance</i>
ITEPS	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários
ITES	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento de Territórios
LETS	<i>Local Exchange Trading Scheme</i>

MCVE	Movimento Comunitário Vida e Esperança
MG	Minas Gerais
MLC	Moeda Local Conversível
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEF	<i>New Economics Foundation</i>
NESOL	Núcleo de Economia Solidária
NFC	Near Fiel Communication
ONG	Organização Não-Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSEL	Organização Social Ecoando Liberdade
PA	Pará
PI	Piauí
PB	Pernambuco
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
POS	Points of Sales
PR	Paraná
RBBC	Rede Brasileira de Bancos Comunitários
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SBRI	Small Business Research Initiative
SC	Santa Catarina
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SMS	<i>Short Message Service</i>
SP	São Paulo
SPB	Sistemas de Pagamentos Brasileiros
STTR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TT	<i>Transition Towns</i>
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCA	Universidade Federal do Cariri

UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	MOEDAS COMPLEMENTARES	17
1.1	Origens: histórico e determinantes	17
1.2	Nomenclaturas, definições e motivações	22
1.3	A moeda local na Teoria Econômica	24
2	EXPERIÊNCIAS LOCAIS INTERNACIONAIS	30
2.1	Empresas de crédito comunitárias na Costa Rica	30
2.2	Moedas locais no Reino Unido	34
2.2.1	<u>Moedas do Movimento Cidades em Transição</u>	35
2.2.2	<u>As moedas eletrônicas</u>	39
2.3	Considerações finais	42
3	PANORAMA DAS MOEDAS LOCAIS CONVERSÍVEIS NO BRASIL	44
3.1	Contexto	45
3.1.1	<u>Moedas Locais Conversíveis</u>	45
3.1.2	<u>Palmas: a Primeira Moeda e Banco Comunitário do Brasil</u>	45
3.1.3	<u>Características dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento Brasileiros</u> ...	48
3.1.4	<u>Expansão dos BCD no Brasil</u>	50
3.2	Metodologia	53
3.3	Resultados	53
3.3.1	<u>Triagem do universo da pesquisa</u>	54
3.3.2	<u>Bancos Comunitários com moeda local conversível</u>	57
3.4	Considerações Finais	71
4	MOEDAS ELETRÔNICAS NO BRASIL	75
4.1	Moedas sociais eletrônicas em BCD	75
4.2	Moedas locais em programas de transferência de renda	77
4.3	Considerações Finais	81
	CONCLUSÃO	82
	REFERÊNCIAS	87
	APÊNDICE – Lista de pessoas consultadas	100

INTRODUÇÃO

As instabilidades do sistema econômico global, com suas crises sistêmicas (GUTTMANN, 2008), fizeram surgir uma literatura que repensa o papel da moeda na economia e inclusive questiona a soberania da moeda nacional pelo governo como fazem Gesell (1958), Hayek (1974) e Solomon (1996). As influências da financeirização da economia, assim como suas consequências e mobilizações como forma de resposta, não são as mesmas em todos os lugares. Uma dessas respostas é a moeda local, com sua própria diversidade e heterogeneidade de operação, que, após a crise financeira de 2008, tem recebido mais atenção dentro da literatura econômica (GOBBI; LUCARELLI, 2015; AMATO; FANTACCI, 2016; INGHAM; COUTTS; KONZELMANN, 2016) como meio de trazer estabilidade e resiliência¹ à economia (local).

Moedas complementares, ou a pluralidade monetária, são tão antigas quanto a história da humanidade. Faz apenas pouco mais de 200 anos, que um país com uma única moeda, a singularidade monetária, passou a ser preocupação de Bancos Centrais, fruto do desenvolvimento político e da tecnologia da época (HELLEINER, 2003). Agora, novos fatores econômicos e tecnológicos estão influenciando a forma como as transações monetárias são realizadas, passando ao mundo digital e eletrônico.

A relevância de tal estudo se justifica por diferentes razões. Primeiro, estudos de moedas locais geralmente passam longe da seara da economia, prevalecendo estudos na administração e, em menor medida, na sociologia, geografia e gestão territorial, como pode ser visto pelas referências utilizadas nessa tese. Segundo, as moedas locais já foram reconhecidas pela sua contribuição ao desenvolvimento local, sendo objeto de políticas públicas governamentais (FREIRE, 2011). Terceiro, não param de se expandir, inclusive migrando para novas formas, como modelos digitais e atreladas a políticas municipais de transferência de renda no Brasil.

¹ A resiliência é “a capacidade de um sistema de absorver perturbações e reorganizar-se enquanto muda continuamente, de modo a reter essencialmente a mesma função, estrutura, identidade e feedbacks” (HOPKINS, 2017). Importante principalmente em pequenas economias locais, as quais geralmente possuem menos recursos e são as mais afetadas em momentos de crise, dado que a constante são as perturbações no sistema econômico. Já se encontra na agenda de governos, líderes empresariais e instituições internacionais como as Nações Unidas (WAHL, 2019).

PROBLEMA

Como a moeda local complementar pode ser estabelecida e funcionar como ativadora da economia local?

OBJETIVO

Objetivo geral

Identificar como a moeda local complementar, em paridade de um para um com a moeda nacional, é estabelecida com o objetivo de ativar a economia local, tendo como referência principal a experiência brasileira dentro de bancos comunitários de desenvolvimento (BCD).

Objetivos específicos

- Mapear as moedas locais complementares físicas em paridade de um para um com a moeda nacional.
- Identificar as condições necessárias para o estabelecimento de uma moeda local complementar em um território.
- Identificar desafios para o estabelecimento de moedas locais complementares.
- Identificar fatores determinantes de sucesso das moedas locais complementares.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

Este estudo centra-se na análise das moedas locais complementares como ativadoras da economia local, tendo como referência principal a experiência brasileira dentro de bancos comunitários de desenvolvimento que, em 2022, completou 20 anos. Apesar de mais de 150 bancos comunitários terem iniciado, no Brasil, inspirados no seu precursor, o Banco Palmas, não são todas as experiências que tiveram o mesmo sucesso. Assim, para poder melhor compreender o potencial de contribuição das moedas locais no Brasil, criadas a partir de bancos comunitários, fez-se necessário

conhecer as condições necessárias para que tais projetos sejam estruturados e possam operar.

A própria evolução da moeda local física para a sua versão eletrônico levou esse estudo para novas frentes de pesquisa como desenvolvimento de leis que amparam a utilização de meios de pagamento eletrônicos dentro do sistema financeiro brasileiro.

Assim, a experiência brasileira de moedas sociais pode ser dividida em dois momentos, sendo o primeiro aquele no qual há utilização de moedas locais físicas e o segundo aquele no qual se inicia a transição para moedas eletrônicas, ou seja, que existe apenas de forma virtual.

Para oferecer uma base de comparação buscou-se experiências similares, quais sejam as Empresas de Comunitárias de Crédito (ECC) na Costa Rica e as moedas locais que surgiram dentro do Movimento Cidades em Transição no Reino Unido. A primeira foi escolhida fruto da experiência pessoal da autora em trabalho na FINCA, em 2008, cuja metodologia de estabelecimento de ECC preza pela autonomia da própria comunidade. O segundo, pela mesma classificação obtida que as moedas brasileiras de BCD por Sayfang e Longhurst (2012) (ver tabela 1), além de também terem iniciado com uma moeda física e terem feito sua transição para uma moeda eletrônica.

ESTRUTURA

Além dessa introdução, essa tese possui quatro capítulos e a conclusão. No primeiro capítulo será abordado os fatores que influenciam o surgimento de moedas complementares, bem como sua presença histórica e as principais nomenclaturas utilizadas, de acordo ao seu objetivo e projeto. No segundo capítulo, são apresentadas perspectivas de experiências de base comunitária na Costa Rica e no Reino Unido. O capítulo três é um estudo aprofundado das moedas locais conversíveis físicas, apresentado um panorama atualizado dos respectivos bancos comunitários e, quando a informação esteve disponível, de suas moedas. O capítulo quatro faz um recorrido histórico do surgimento das moedas locais eletrônicas no Brasil, desde seu marco regulatório, seu desenvolvimento dentro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, até sua experiência mais emblemática no município de Maricá – RJ. Por fim, as considerações finais e sugestões de estudos futuros são apresentadas na conclusão.

1 MOEDAS COMPLEMENTARES

Para analisar moedas complementares, buscou-se primeiramente entender os fatores que influenciam seu surgimento, bem como sua presença histórica, aspecto que a primeira seção desse capítulo abordará. Na sequência, será apresentada as principais nomenclaturas utilizadas para moedas complementares, de acordo aos seu objetivo e projeto. Por fim, é abordada as moedas locais na teoria econômica

1.1 Origens: histórico e determinantes

A globalização é um processo heterogêneo, oriundo da revolução dos meios de comunicação e da tecnologia, que propiciou uma diminuição das barreiras entre países e um aumento da competitividade global.

[A globalização é uma] integração mais estreita de países e povos do mundo ocasionada pela enorme redução do custo do transporte e da comunicação, e o colapso das barreiras artificiais aos fluxos de bens, serviços, capital, conhecimento e pessoas (em menor medida) entre fronteiras (STIGLITZ, 2002, p.9).

Suas influências ao redor do mundo são múltiplas, pois “é uma série supercomplexa de processos multicêntricos, multiescalares, multitemporais, multiformes e multicausais” (JESSOP², 2002 apud DICKEN, 2010, p. 28).

A globalização também pode ser entendida como um projeto e, no caso, é comumente chamada de globalização neoliberal devido às políticas econômicas neoliberais, atreladas ao Consenso de Washington, que defende o livre mercado, ajustes estruturais, privatização, diminuição do estado de bem-estar social e diminuição das regulamentações no mercado de capitais, de trabalho e no comércio em geral (RIBEIRO, 2006; WILLIAMS, 2013). Esse projeto pode ser relacionado ao processo de financeirização da economia (EPSTEIN, 2005; FREIRE, 2011), que tem seu período de início na década de 1970 (GUTTMANN, 2008), com o fim do sistema de Bretton Woods e o processo de desregulamentação financeira. Entretanto, não há

² JESSOP, R. **The future of the capitalist State**. Cambridge: Polity, 2002.

consenso na literatura econômica sobre a relação ou as influências mútuas entre globalização, políticas neoliberais e financeirização (VAN DER ZUAN, 2014).

A financeirização é tida como um movimento que coloca o sistema financeiro no centro da economia, e pode ser definida como “o aumento do papel dos motivos financeiros, mercados financeiros, atores financeiros e instituições financeiras na operação de economias nacionais e internacionais” (EPSTEIN, 2005, p.3, tradução nossa). Também pode ser entendida como a vida econômica veio a ser permeada pela operação dos mercados financeiros (LAPAVITSAS, 2011), numa aproximação ao dia a dia.

O aumento do desempenho dos bancos também aumenta a proporção da população que é atendida pelos serviços bancários / financeiros, principalmente devido ao desenvolvimento tecnológico e institucional (VAN DER ZUAN, 2014). Tal desenvolvimento pode ser considerado como a democratização do acesso ao sistema financeiro (ibidem). Contudo, as novas oportunidades de ganhos de certos investimentos não são tão democráticas, uma vez que as pessoas comuns são vulneráveis ao risco financeiro e não têm educação financeira para tomar decisões informadas. Os bancos deliberadamente oferecem a apenas um segmento de clientes um conjunto completo de serviços, fazendo com que famílias ou regiões de baixa renda não tenham acesso aos serviços financeiros certos ou apenas a um custo muito alto, o que pode ser considerado, na verdade, uma exclusão financeira (DYMSKI, 2007). Isto prejudica as chances de prosperidade e compromete a viabilidade financeira destas pessoas.

A financeirização da economia já era reconhecida como causadora de crises como as ocorridas nos países menos desenvolvidos na década de 1980, mas para Guttman (2008, p.93, grifo nosso) são "mecanismos de reequilíbrio voltados à **integração**³ desses países na economia mundial". No entanto, foi apenas com a crise de 2008, tida como sistêmica pelo mesmo autor, que se conceberam novas regulamentações para conter desenvolvimentos prejudiciais. Feldstein (1991) já admitia que se os bancos agissem por conta própria, isto é, sem regulamentação, aceitariam mais risco do que o considerado ótimo sistêmico. E como Keynes (*apud* KENNEDY, 2017, p.112) predisse em 1936, "a situação é grave quando o empreendimento se tornar a bolha em um turbilhão de especulação. Quando o

³ Ênfase feita como crítica, pois parece assumir que a integração era/é um objetivo comum e benéfico.

desenvolvimento do capital de um país se torna um subproduto das atividades de um cassino, é provável que o trabalho seja mal feito". No sistema financeiro mundial "a especulação é mais poderosa que o comércio, tem mais influência financeira e depende, para seu funcionamento, de indivíduos que têm mais a ganhar com a instabilidade que com a estabilidade" (KENNEDY, 2017, p.112).

Tanto como processo quanto como projeto, a globalização trouxe alguns pontos negativos, ou melhor, como McMichael (2000) coloca, algumas desilusões sobre os benefícios que poderia trazer, como a destruição da capacidade produtiva, taxas de crescimentos lentas, aumentos da desigualdade, perigo sobre o fornecimento de bens coletivos essenciais. Diante de tais aspectos indesejáveis, surgem movimentos que buscam alternativas. Santos (2006) chama de racionalidade hegemônica as formas como a globalização se move pelo mundo, portanto, aqueles que não são beneficiados por esta racionalidade hegemônica demandam uma contra-racionalidade.

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre atividades marginais, tradicionais ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. **Essa experiência de escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente.** (SANTOS, 2006, p.210, destaque nosso).

O autor sustenta que quando os agentes, que estão fora do círculo de racionalidade hegemônica, percebem sua exclusão, eles buscam alternativas racionalistas, imprescindíveis a sua sobrevivência. Webster, Lambert e Bezuidenhout (2008) explicam que cada agente é afetado pela globalização e responde a ela de uma maneira específica e, através de suas experiências e atividades, influencia a natureza da globalização e seu funcionamento⁴. A forma como os agentes, individual e coletivamente se interagem dá significado e permite interpretar o amplo processo econômico e social ajuda a explicar as diferenças de mobilização (SILVEY, 2003). Tal perspectiva vem ao encontro da teoria moderna de desenvolvimento, na qual o

⁴ Não se pode afirmar que o agente necessariamente tenha consciência da sua influência. Ver também WILLIAMS *et al.* (2013).

comportamento individual depende do ambiente no qual se está inserido, sendo um dos principais componentes deste ambiente o comportamento dos outros (ROFF, 2001).

Pode-se entender que cada local tem influências de duas ordens principais de fenômenos: uma global e uma local. A ordem global é comandada por escalas superiores (as mesmas das finanças globais), já na ordem local prevalece as relações de vizinhança e solidariedade, nas quais os agentes desse circuito inferior da economia urbana⁵ encontram possibilidades de sobrevivência em metrópoles de países subdesenvolvidos (PAULA, 2015).

Como exemplos de mobilizações heterogêneas para fazer frente a crises e depressões, há o surgimento de diferentes formas de moedas secundárias como o WIR, na Suíça (STUDER, 1998), o Wörgl, na Áustria (HELLEINER, 2003), diversas experiências nos Estados Unidos (TIMBERLAKE, 1987), em resposta à depressão de 1929⁶, e o *trueque* na Argentina (COLACELLI; BLACKBURN, 2009; GÓMEZ, 2009) devido à recessão de 2002 no país. Já como mobilização para o enfrentamento da pobreza crônica fruto dos recentes desenvolvimentos da financeirização pode-se citar alguns exemplos do surgimento de moedas locais como as experiências nos Estados Unidos (COLLOM, 2005) e no Brasil (PAULA, 2015).

Episódios de guerra e morte social, econômica e política foram propícios à criação de moedas complementares, sendo um padrão difundido há vários séculos e estabelece uma ligação clara entre crise e pluralidade monetária, como apontam Gómez e Gaffron (2018). Os autores estudaram as moedas de emergência no período pós-guerra na Europa, na hiperinflação, na grande depressão e na guerra civil espanhola, períodos nos quais o dinheiro desconhecido era melhor do que nenhum dinheiro para a maioria dos agentes locais. Gómez e Gaffron (2018) concluem que o surgimento de moedas complementares durante episódios de crise severa não é concebido apenas como uma solução temporária, mas que às vezes também expressam o desejo de encarar a crise como janelas de oportunidade para buscar mudanças estruturais e reconstruir o mundo de acordo com as leis locais.

⁵ Santos (2008) define circuito inferior da economia urbana como atividade trabalho intensivas com pouca ou nenhuma organização.

⁶ Essas três experiências foram estudadas por Irving Fisher, ver FISHER, I.; FISHER, H. *Mastering the crisis* (with additional chapters on stamp scrip). London: George Allen & Unwin Ltd, 1934.

Théret (2018) apresenta o caso de uma moeda subnacional emitida por uma província na Argentina e defende que não foi simplesmente o resultado de uma situação de emergência, mas tinha sua racionalidade política e simbólica. O caso de Tucumán, estudado por Théret, representa um esforço estrutural para criar um dispositivo de longo prazo para ganhar autonomia, fortalecer as contas fiscais provinciais a longo prazo, aumentar a resiliência econômica e promover o desenvolvimento econômico local.

Apesar do relativo recente surgimento dessas moedas secundárias, a diversidade, ou melhor, a pluralidade de moedas sempre acompanhou a história da humanidade. A pluralidade monetária é definida como a existência concomitante de mais de um tipo de moeda em um determinado espaço, em oposição à singularidade monetária, que versa sobre um sistema monetário com apenas um tipo de moeda (GÓMEZ, 2018).

A singularidade monetária é a mais recente na história econômica. Apenas no século XIX, os Bancos Centrais passaram a se preocupar com a emissão de uma moeda nacional e a impor seu monopólio, não sem contestação, como parte da consolidação dos estados-nações (HELLEINER, 2003; GÓMEZ, 2018), o que ficou conhecido como um país uma moeda. Esse fator político, aliado ao fator tecnológico – novas tecnologias, que tornaram acessível a produção de moedas e notas em grandes quantidades pelas autoridades públicas – foram estruturantes para a emissão de moedas nacionais (HELLEINER, 2003). Nos Estados Unidos, a abolição de múltiplas moedas foi realizada apenas em 1935 (CRAIG; WALLER, 2000).

Para alguns países na América Latina e no Oriente Médio, assim como todos os países Africanos e Asiáticos que foram colonizados pela maior parte do século XX, moedas nacionais não foram estruturadas até os primeiros anos após a II Guerra Mundial. (HELLEINER, 2003, p.3).

Duas das quatro motivações apontadas por Helleiner (2003) para a criação das moedas nacionais já são amplamente reconhecidos para a criação de moedas complementares locais, quais sejam i) promover o desenvolvimento do mercado interno; e ii) fortalecer a identidade nacional.

[Na primeira motivação,] a emergência de mercados nacionais não era apenas um tipo de fenômeno espacial [...] [, mas] uma 'vertical' no qual os pobres começaram a ser incorporados na grande economia de mercado pela primeira vez. [Ainda, esperava-se] que a nova moeda nacional aumentaria o custo transacional internacional (HELLEINER, 2003, p. 8, tradução nossa)

Justamente, uma das motivações das moedas complementares locais é fazer frente a exclusão de agentes dos circuitos superiores da economia, em situação de pobreza, como apontado anteriormente.

Quanto a segunda motivação apontada por Helleiner (2003), formuladores de política viam a construção de uma identidade nacional de várias maneiras: i) no nível de iconografia e nomenclatura com moedas e notas exclusivas e padronizadas, o que poderia ser considerado um instrumento para a construção e aumento do senso de tradição e memória coletiva; ii) pela redução de custos transacionais dentro do território nacional, uma moeda nacional poderia ser vista como um facilitador da comunicação entre os cidadãos; iii) porque a confiança tem um grande papel no uso e aceitação das, então, novas formas de dinheiro, era considerado que as moedas nacionais poderiam encorajar a identificação com o estado-nação a um nível psicológico profundo. Todos esses aspectos fazem parte das moedas complementares locais, mas em uma dimensão local, e será visto com mais detalhes no capítulo 2.

Assim, mais do que considerar as moedas complementares como uma afronta à moeda nacional, elas são nada mais nada menos do que ferramentas para enfrentar alguns dos mesmos dilemas, ainda que em escala reduzida, que motivou o surgimento de moedas nacionais. Questões como poder utilizar a moeda como um instrumento de política monetária ou mesmo atender as necessidades fiscais do Estado (principalmente devido ao pós-guerra) (HELLEINER, 2003), ficam relegadas apenas às moedas nacionais.

1.2 Nomenclaturas, definições e motivações

Há uma ampla variedade de nomenclaturas na literatura para moedas locais, geralmente associada ao motivo de criação. Alguns exemplos são: moeda social, local, alternativa, cidadã, comunitária, paralela, etc. Há uma literatura consolidada que geralmente começa com Blanc (2006), embora um trabalho mais recente de Blanc (2011) seja muito ilustrativo. Dittmer (2014) faz uma lembrança das principais referências (LETS, Ithaca HOURS, time banks). Freire (2011) traz outras perspectivas, como a moeda cidadã, principalmente em relação à realidade brasileira. Seyfang e Longhurst (2012) trazem um trabalho mais recente do escopo e caráter, no qual concluem que todas as moedas de base, como geralmente chamam, podem ser

classificadas em quatro categorias: créditos de serviço, câmbio mútuo, moedas locais, mercados de permuta. Na tabela 1, para cada uma das quatro categorias é apresentada uma breve explanação do objetivo da moeda e cita exemplos de moedas.

Tabela 1 – Classificação das moedas sociais

Moedas	Objetivo	Exemplo
Crédito de serviço	Construir capital social, inclusão e coesão pelo reconhecimento do suporte da vizinhança, cuidado social e atividades	Time Banks (Estados Unidos, 1986 e 1997) Fureai Kippu (Japão, 1973)
Câmbio mútuo ⁷	Gerar dinheiro com objetivo em uma área geográfica definida, oferecendo liquidez adicional, acesso a crédito livre de juros e encorajando substituição de importação	LETS (Local Exchange Trading Scheme) (Canadá, 1973)
Moedas locais	Cria nova infraestrutura em termos de um dinheiro que precisa circular localmente e possui restrições no seu uso. Tem um forte objetivo econômico (aumentar a atividade econômica), como objetivos ambientais secundários (aumentar a resiliência local)	Ithaca Hours (Estados Unidos, 1991) Regiogeld (Alemanha) Banco Comunitário (Brasil) Movimento pela Transição (Reino Unido)
Mercados de permuta	Possibilitar a troca de bens e serviços dentro de um local específico mesmo sem a necessidade da moeda nacional.	Bernal (Argentina, 1995) Trocs tes Trucs (Canadá)

Fonte: Sayfang e Longhurst, 2012.

Moedas sociais podem ser consideradas como moedas de “propósito especial” que, em geral, fornecem “liquidez adicional quando um meio de troca é escasso; ou [...] uma reserva de valor que só pode ser salva para determinados fins ou incentivar certos tipos de comportamento” (SEYFANG; LONGHURST, 2012, p.7, tradução nossa). Elas existem em paralelo à moeda nacional soberana, atuam em um circuito específico e / ou espaço geográfico, geralmente subnacional, sendo sua aceitação inteiramente voluntária (KENNEDY, 2017).

⁷ “O sistema opera puramente como uma contabilidade de trocas (BLACK, 1970; FAMA, 1980; WHITE, 1984) sem uma quantia inicial de dinheiro. Todos os membros abrem uma conta na unidade central administradora, a qual registra as transferências em ‘unidades’ entre essas contas. Membros facilitam transações ao diminuir seu saldo ou entrar em débito, assim ‘criando’ dinheiro de acordo a transação necessária. Em sistemas bem administrados, a soma de todas as contas é zero.” (SCHVAREN, 2001, p. 7, tradução nossa).

Uma moeda local pode ser definida ainda como “o que é usado para realizar pagamento em troca por bens e serviços e contabilização de débitos e créditos, criada ou produzida fora do sistema bancário centralizado” (FREIRE, 2009, p. 79). No contexto brasileiro, temos:

instrumentos ou sistemas de pagamento, criados e administrados pelos seus usuários, por associações sem fins lucrativos, na base de relações econômicas construídas sob cooperação e solidariedade dos participantes de certas comunidades, independente do exercício de qualquer forma de intermediação financeira (MTE, 2006 apud FREIRE, 2009, p. 80).

Também pode ser considerada como um “acordo de usar outra coisa além da moeda legal como meio de troca, com o propósito de **conectar necessidades não atendidas com recursos não utilizados**” (LIETAER; HALLSMITH, 2006, p.2, tradução nossa, destaque nosso).

Há dois pontos de origem de moedas locais conversíveis (MLC) que podem ser identificados. Uma de suas raízes está no movimento pela descentralização da economia, que busca uma escala menor de ação, uma escala humana, na qual a participação das pessoas diretamente envolvidas / afetadas é viável, portanto, focada em atender as necessidades daquela localidade. Outra raiz é como um programa de desenvolvimento econômico e social local, em áreas de baixo nível socioeconômico, em alguns casos ligadas à economia solidária. A primeira é considerada por Blanc (2006) como uma forma alternativa de organização econômica, social, política e social que ocorreu nos países ocidentais do Norte, enquanto a última estaria mais relacionada ao subdesenvolvimento e à pobreza, característica dos países do Sul. Seyfang e Longhurst (2012, p. 19, tradução nossa) sustentam que as moedas na América do Sul “são usadas principalmente como ferramenta para o empoderamento e a justiça social em um contexto de economia solidária forte”, enquanto consideram os objetos nos países mais ricos “mais prosaicos impulsionando a atividade econômica local e construção de redes sociais” – e reconhecem “sementes de concepções mais radicais de valor, riqueza e consumo”.

1.3 A moeda local na teoria econômica

Uma das principais razões para a utilização de moedas locais é evitar o vazamento da riqueza (renda) local para outras regiões, partindo do pressuposto que

há uma renda local. Ao se estabelecer uma moeda local cria-se uma área subnacional para sua circulação, limitando as transações e comércio com essa moeda nessa área específica, prevenindo vazamentos de renda do território e maximizando o trabalho local – funciona como uma proteção virtual de mercado (GROPPIA, 2013). Apesar de a literatura econômica enfatizar os benefícios do comércio, quando há um desequilíbrio entre regiões de um mesmo país, ações de âmbito nacional não são capazes de aliviar o déficit monetário localizado. Problemas de balanço de pagamentos inter-regionais são invisíveis, porque não há alternativa contra os efeitos auto ajustáveis dos fluxos de dinheiro inter-regionais⁸ (MUNDELL, 1961). Quando há pouca moeda disponível, a atividade econômica pode declinar e ocasionalmente degenerar-se para modos mais primitivos, como a permuta (SCHRAVEN, 2001).

A permuta ou troca de bens possui restrições, sumarizadas por Schraven (2001) como: (i) dupla coincidência de desejos (JEVONS⁹, 1875; KYOTAKI; WRIGHT, 1989); (ii) sincronicidade de recebimentos e pagamentos (SMITH¹⁰, 1776); (iii) custos de transação: busca, informação, contratos, etc. (BRUNNER; MELTZER, 1971). A moeda deveria aliviar essas restrições pelas suas propriedades: meio de troca, reserva de valor e propriedades (físicas e) informacionais: unidade de conta, padrão de pagamento, facilidade de transferência, etc. (SCHRAVEN, 2001). A propriedade de meio de troca relaxaria a restrição de dupla coincidência de desejos. Aliada a propriedade de reserva de valor, também relaxaria a restrição de sincronicidade. Por fim, uma moeda auxiliaria na redução de custos de transação e de informação.

Supor que a moeda facilita de maneira ótima todas as potenciais trocas¹¹ parte da premissa de que todos os agentes teriam moeda suficiente para financiar todas as suas compras planejadas (OSTROY; STARR¹², 1974 apud SCHRAVEN, 2011).

⁸ Mundell apresenta essa conclusão ao comparar os efeitos sobre uma economia da utilização do padrão ouro mundial e de um sistema monetário comum em um país multirregional, pois se no padrão ouro não se podia utilizar de políticas monetárias domésticas para ajustes, tampouco podia-se lançar mão de tais políticas para ajustes dentro de um país, pois neste novo sistema o resultado era o mesmo: os balanços monetários da economia eram determinados pelas exportações líquidas.

⁹ JEVONS, W. Money and the Mechanism of Exchange, London: Appleton, 1875.

¹⁰ SMITH, A. An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations, reprint with introduction from K. Sunderland (1993), Oxford University Press, Oxford, 1776.

¹¹ O autor se refere as trocas potenciais no sentido da economia Walrasiana.

¹² OSTROY, J.; STARR, R. Money and the decentralization of exchange, *Econometrica*, v. 42, n. 6. (Nov.), p. 1093-1114, 1974.

Agentes enfrentam restrições de liquidez e problemas de fluxo de caixa, ainda mais em regiões de baixo desenvolvimento econômico.

Quando uma região sofre de falta de moeda, mesmo estando inserida em um sistema monetário nacional, as propriedades da moeda nacional não bastam para evitar que a permuta se torne o meio para executar o excesso de oferta e demandas locais, o que gera aumento nos custos de busca, de informação e de transação.

Apenas aumentar a oferta monetária neste local não seria uma solução, uma vez que as rotas de transações já estão estabelecidas para fora da localidade – inevitavelmente o vazamento de moeda permaneceria. Nem seria possível, uma vez que não há como aumentar a oferta de moeda em uma região específica dentro de um país. Se fosse possível, geraria apenas pressões inflacionárias, principalmente na região com balanço positivo, mais efetivo seria aumentar os preços nesta região (MUNDELL, 1961) – levando ao impasse da Curva de Phillips. A distribuição de moeda, por exemplo, por programas de redistribuição de renda, tampouco poderia ser uma alternativa, pois não altera as rotas de transações comerciais. Resultado é que temos visto uma proliferação de programas de transferência de renda a nível municipal atreladas a uma moeda local (ver seção 4.2).

Da mesma forma, não há como apenas criar um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD), que forneceria crédito local, na falsa crença de que apenas a falta da moeda nacional como meio de pagamento é que impossibilita as transações comerciais locais. Ora, o primeiro BCD do Brasil foi criado em 1998 e quatro anos depois sentiu-se a necessidade de se criar uma moeda local. Tal fato ocorre porque apenas o crédito pode não ser suficiente para reestabelecer uma economia local. O novo crédito que entra, sem uma moeda local, pode acabar saindo da economia local pelos caminhos usuais. É preciso mudar o *status quo* da realização de gastos na localidade para que a economia local possa florescer. Por vezes a região possui renda, mas está presa num círculo vicioso que a mantém numa armadilha de pobreza. Uma das razões para isso acontecer é porque, historicamente ou mesmo por condições de acesso ao sistema financeiro tradicional, a população passa a realizar a maioria das suas compras fora de onde vive, desincentivando o desenvolvimento do comércio local, o que, por sua vez, não atrai os compradores locais.

A moeda nacional deveria eliminar o custo de transação, mas esta não é a realidade em regiões remotas do Brasil, onde os custos de transação com a moeda nacional são altíssimos. A situação enfrentada pela população da Ilha de Marajó, no

estado do Pará, ilustra bem esses custos. Os moradores deixavam acumular 3 meses de benefícios sociais para então realizar o saque, em vista da taxa de saque (R\$ 5,00) e do custo de transporte (R\$ 30,00) (SILVA, 2016). Dado estes altos custos, comparativamente ao valor do benefício social que recebiam, o saque do benefício de aproximadamente 100 pessoas era feito por apenas uma pessoa, que passava de barco na região e cobrava R\$ 30,00 pela operação, levando todos os cartões com as respectivas senhas (ibidem). Tal situação, privava a população da Ilha de Marajó de utilizar o seu dinheiro como meio de troca. Outra localidade, exemplo deste tipo de restrição, é o município de São João do Arraial, no estado do Piauí, cujos moradores deslocavam-se 33 km até a cidade de Esperantina, para poder realizar saques de benefícios sociais e pagar contas (MELO NETO SEGUNDO, 2010). Estes exemplos brasileiros retratam o cenário apresentado por Schraven (2001), no qual uma redução na disponibilidade de um meio de troca amplamente aceito, pode resultar altos custos de transação, de busca, de informação; o que pode causar a redução do total de bens e serviços comercializados. Também, são reconhecidos por Pfajfar, Sgro e Wagner (2012) como situações nas quais os agentes aceitariam formas alternativas de pagamento.

Schraven (2001) mostra como a redistribuição (vazamento) de moeda pelo comércio regional pode diminuir os níveis de comércio intrarregional. Verificou-se que uma distribuição sub-ótima de moeda, devido a fluxos monetários inter-regionais, causa um relaxamento imperfeito da restrição de dupla coincidência de desejos. Por consequência, nem todos os excessos de demanda e oferta podem ser transacionados. Um problema de coordenação, que, ao invés de tentar resolvê-lo diretamente, o governo pode optar por proteção comercial, transferências fiscais ou um meio de troca localizado. Proteção comercial é difícil de implementar dentro da nação, além de distorcer o processo de comércio levando à ineficiência. As transferências fiscais (de renda) geram custos que devem então ser suportados por todos, mesmo os agentes de outras regiões, para tentar resolver o problema da redução de desemprego causado pela deterioração dos termos de troca. A criação de um meio de troca localizado – a moeda local – apresenta-se como a melhor alternativa segundo Schraven (2001). O autor mostra em seu modelo que um meio de troca localizado é a única intervenção que aumenta o comércio total e não afeta negativamente a eficiência, em comparação com as opções de transferência fiscal ou proteção comercial. No Brasil, há situações em que o governo municipal se utiliza das

duas estratégias, isto é, de programas de transferência de renda com o uso da moeda local eletrônica (ver seção 4.2).

Groppa (2013) mostra como a introdução de uma moeda local com o objetivo de maximizar o trabalho afeta o sistema monetário. O autor argumenta que a moeda local expande a demanda agregada pelo aumento do multiplicador de gasto, isto é, pelo aumento da propensão marginal a consumir, o que aumentaria o consumo e o uso do trabalho. Groppa utiliza como referência para criar seu modelo uma moeda local de um sistema de troca fechado no estilo LETS, talvez por isso não seja tão aplicável a realidade brasileira, onde a propensão a consumir já é igual ou muito próximo de um, sendo o diferencial a localidade onde a renda é gasta. Assim, não é o aumento da propensão a consumir que aumenta o consumo local e subsequente o uso do trabalho local, mas o fato da restrição geográfica do gasto imposta pelo uso de uma moeda local. A demanda agregada nacional deve permanecer inalterada, e há efeitos sobre o bem-estar, pois a moeda local impõe externalidades em outras regiões, ao diminuir sua demanda (PFAJFAR, SGRO e WAGNER, 2012).

A aceitação de uma moeda secundária aumenta quando a oferta da moeda nacional é baixa, quando os custos de transação da moeda secundária são baixos e as pessoas são menos efetivas em encontrar parceiros para realizar trocas diretas (COLACELLI; BLACKBURN, 2009).

Quanto mais isolada geograficamente e/ou excluída economicamente do circuito superior da economia, maiores são os benefícios de se estabelecer uma moeda local e um banco comunitário. Isso porque maiores devem ser os custos de utilização da moeda nacional. Assim, localidades que não possuem qualquer acesso a serviços financeiros, desde os básicos como poder fazer saque ou pagar uma conta, são aquelas que já de início optarão ou serão fortes candidatos a desenvolver uma moeda local.

Em localidades nas quais a exclusão financeira não é tão acentuada e se faz o uso da moeda local, poder-se-ia argumentar que há o custo de se carregar duas moedas. Todavia o custo de se carregar mais de uma moeda não é tão considerável, uma vez que as pessoas estão dispostas a participar de diferentes programas de fidelidade com o intuito de obter vantagens e descontos (SCHRAVEN, 2001).

A moeda local é um meio de troca utilizado em uma localidade geográfica determinada por um acordo social. Ninguém é obrigado a aceitá-la, mas aqueles que o fazem podem desfrutar de alguns benefícios. Os comércios locais que aceitam a

moeda geralmente concedem um desconto nas compras realizadas com a moeda local. Tal desconto é dado com a expectativa de que haverá um aumento no movimento de pessoas no comércio. Se inicialmente alguns comerciantes podem ficar reticentes a aceitar o novo meio de troca, logo que verificam o aumento de movimento no concorrente passam a aceitar para não ficar em desvantagem, fato percebido também por Fisher e Fisher¹³ (1934 *apud* SCHRAVEN, 2001). Para que tanto as pessoas como o comércio local passem a usar a moeda local é preciso realizar um trabalho de mobilização na região.

A moeda local contribui também para a construção de capital social (WHEATLY et al., 2011) e aumento do bem-estar, por meio das transações e benefícios sociais (JACOBS et al., 2004). Tais benefícios estão relacionados ao conceito de comunidade como um sistema complexo de fluxo de troca adaptativa no qual o capital social surge da participação do indivíduo, proliferando conexões e redes, melhorando assim sua estrutura relacional (SANZ, 2016).

O uso da moeda local não deve ser analisado apenas considerando a comparação de custos de transação e seus rendimentos (FARE; OULD AHMED, 2018) ou a expectativa de estabilidade monetária (DOWD; GREENAWAY, 1993). Seu surgimento não está apenas atrelado ao problema de liquidez da moeda oficial ou a crises monetárias (FARE; OULD AHMED, 2018). A motivação dos agentes não tem natureza exclusivamente monetária, mas nutre objetivos de natureza econômica, social e/ou ambiental (SEYFANG; LONGHURST, 2013). Mesmo em modelos teóricos de padrões de equilíbrio geral monetário (KYOTAKI; WRIGHT 1989; BRUNNER; MELTZER 1971) as pessoas não necessariamente convergem para um único meio de troca (provido pelo governo), sendo que o custo de não realizar plenamente o excesso de demanda e de oferta pode ser muito maior para determinados subconjuntos da população.

¹³ FISHER, I.; FISHER, H. Mastering the crisis (with additional chapters on stamp scrip). London: George Allen & Unwin Ltd, 1934.

2 EXPERIÊNCIAS LOCAIS INTERNACIONAIS

Este capítulo é voltado a trazer perspectivas e aprendizados de duas experiências, a saber: o desenho institucional das empresas de crédito comunitárias da Costa Rica e as motivações e operação de moedas locais no Reino Unido.

2.1 Empresas de Crédito Comunitárias na Costa Rica

A *Fundación Integral Campesina* (FINCA) Costa Rica¹⁴, organização privada de desenvolvimento sem fins de lucro, criada em 1984, foi a primeira instituição microfinanceira que estabeleceu bancos comunitários, hoje empresas de crédito, para oferecer serviços de forma autossustentável (CARROL, JIMÉNEZ, PADILLA, 2020). Inicialmente, a FINCA estava voltada a atender as regiões mais pobres da Costa Rica, com difícil acesso, ou mesmo impossível em certas épocas do ano, com terrenos de baixa qualidade e sem infraestrutura para armazenamento da produção – fatores que impediam de desenvolver os projetos agrícolas financiados, depois se verificou (RODRÍGUEZ et al, 1993). Ao longo do tempo, aprendeu que o crédito não é um recurso que poderia fazer frente a todas as condições negativas do entorno e, assim, mudou sua população alvo a pequenos produtores rurais acima do nível da pobreza (RODRÍGUEZ et al, 1993).

Sua metodologia está baseada no desenvolvimento de organizações autônomas, geralmente criadas com a característica jurídica de Sociedades Anônimas, com definição de regras claras sobre os direitos de propriedade (CASTELLÓ, 2004). Dessa forma, também podem exigir os pagamentos dos empréstimos de forma legal, caso necessário. São de propriedade dos campesinos, dirigidas e controladas pelos mesmos, que são os sócios, os quais devem possuir pelo menos uma ação e no máximo 10% (CASTELLÓ, 2004). Essa metodologia reduziu a dependência externa de fundos e incrementou o sentimento de apropriação pelos seus membros (CASTELLÓ, 2004).

¹⁴ A metodologia apresentada aqui é fruto de muitos erros e aprendizados ao longo de quase 40 anos de experiência de FINCA. Para aprofundar sobre sua evolução histórica, recomendamos ver González-Vega, Rodríguez e Rodríguez (1993) e Quiróz e González-Vega (2007).

A independência das empresas de crédito comunitárias (ECCs) é aspecto reforçado na metodologia, ela se reflete em que cada organização pode estabelecer suas regras e requisitos como, por exemplo, aqueles para que as pessoas se tornem sócias ou sejam expulsas, possam ter acesso ao crédito, prazos e taxas de juros dos créditos concedidos com fundos próprios. De forma permanente buscam sua autossuficiência financeira e aqueles que trabalham na ECC recebem um salário ou algum tipo de remuneração.

Desde 2005, foi criada a *Empresa para el Desarrollo* EDESA S.A., por FINCA e várias ECC, a qual oferece serviços financeiros personalizados às ECCs e financiamento àquelas que carecem de recursos financeiros para satisfazer sua demanda de crédito (FINCA, 2023). Também são sócios de EDESA várias organizações não-governamentais (ONGs) de desenvolvimento e empresários comprometidos com o desenvolvimento das comunidades (PIETRO; LAGUNA, 2009). Antes, FINCA também concedia recursos financeiros para as operações de microcrédito das ECCs, o que foi extinto com a criação de EDESA.

Há dois motivos principais pelos quais as ECCs, pela compra de ações, se associam à EDESA. O primeiro, para receber crédito, pois para cada ação a ECC poderá solicitar até 20 vezes esse montante em crédito. O segundo, para realizar um investimento que será retribuído em dividendos das ações (PIETRO; LAGUNA, 2009, p. 31, tradução nossa).

As ECCs criadas por FINCA Costa Rica já alcançaram diversos países da América Central, como Guatemala, Honduras, Nicaragua e El Salvador, constando em 2005 um total de 416 ECCs, com 12.373 membros e um valor de 804.961 dólares de capital próprio (QUIRÓZ e GONZÁLEZ-VEGA, 2007).

A criação de uma ECC pode ocorrer de duas formas, a partir do interesse da própria comunidade, que procura FINCA, ou a partir da identificação de uma localidade por um promotor de FINCA, o qual a visita e indaga sobre as características da comunidade e suas necessidades de crédito local (RODRÍGUEZ, 1993). Se a comunidade demonstra potencial, faz-se uma reunião inicial, explicando os objetivos, regras e mecanismos de tomada de decisões para se formar uma ECC, de modo a identificar se as pessoas estão dispostas a dedicar tempo e capital necessário para sua formação (CASTILLÓ, 2004).

Após a reunião inicial, os indivíduos interessados elegem democraticamente um líder do grupo e comunicam à FINCA. Esta, por sua vez, realiza um diagnóstico da comunidade (demografia, fonte de produção...) que se analisa

para a elaboração de um plano de ação (CASTILLÓ, 2004, p. 53, tradução nossa).

A metodologia toda é composta de 22 passos, uma tecnologia social com instruções detalhadas para a seleção, criação e fortalecimento inicial das ECCs, que precisa de no mínimo 22 semanas para completar, a depender da disponibilidade da comunidade e do instrutor (QUIRÓZ; GONZÁLEZ-VEGA, 2007). Com forte ênfase dada a capacitação dos grupos em aspectos básicos como contabilidade e processos de crédito, assim como uma adequada seleção de seus membros (GONZÁLEZ-VEGA, 1993), as ECCs não obtêm fundos de outra fonte, a não pela integralização de capital pelos seus sócios, até que tenham finalizados os 22 passos, quais sejam (PIETRO; LAGUNA, 2009, p. 29, tradução nossa):

1. Diagnóstico e seleção da comunidade.
2. Reunião informativa e assinatura do acordo.
3. Capacitação e elaboração do regulamento organizacional.
4. Capacitação e elaboração do regulamento de capital acionário.
5. Capacitação e elaboração do regulamento de Investimento Educativo (INED).
6. Capacitação e elaboração do regulamento de crédito.
7. Assembleia Constitutiva da ECC.
8. Capacitação em administração de crédito.
9. Capacitação em administração básica.
10. Elaboração do planejamento operativo.
11. Capacitação em documentos administrativos
12. Auxiliares contábeis.
13. Controles de capital pelo sócio.
14. Controles de INED.
15. Informes financeiros.
16. Reuniões efetivas.
17. Trabalho em equipe.
18. Informes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.
19. Diagnóstico da ECC.
20. Aspectos legais da ECC.
21. Preparativos para a inauguração.
22. Inauguração.

A capacitação trata de três elementos indispensáveis: i) elaboração de regulamentos, os quais estabelecem os direitos e deveres dos sócios em todos os âmbitos da organização; ii) organização e gestão, onde se explica as funções básicas dos cargos necessários, como presidente, tesoureiro, secretário, fiscal e comitê de crédito; iii) administração e finanças, nos quais se tratam conhecimentos básicos de gestão de carteira de crédito e contabilidade da própria ECC (CASTELLÓ, 2004).

Os custos administrativos de FINCA foram custeados por doações de diversas organizações, desde organismos governamentais até empresas privadas. De fato, a

fundação possui um histórico de 59 alianças estratégicas desde a sua criação (CASTELLÓ, 2004). Quanto a essas experiências, podemos apontar alguns aprendizados (QUIRÓZ; GONZÁLEZ-VEGA, 2007):

- i) Alianças com agências governamentais: deve-se ter cuidado com as exigências que podem vir junto com os recursos financeiros, seja a imposição de consultores, atuação em uma determinada região na qual a ONG possa não ter conhecimento ou adoção de projetos insustentáveis em si. Doadores internacionais são aliados naturais, dado seu relativo bom networking e acesso a tecnologias no estado da arte.
- ii) Flexibilidade para adaptações: tendo em conta seu objetivo e valores, uma organização deve ser flexível e disposta a mudar.
- iii) Alianças com o setor privado: empresas privadas estão dispostas a apoiar o desenvolvimento de projetos e esse interesse vem aumentando com o avanço da responsabilidade corporativa. ONGs devem ter cuidado, entretanto, para não realizar projetos que não atendam a todas as demandas por fundos de curto e médio prazo.

Este último item pode afetar a imagem da própria organização perante às comunidades que atuam, visto que muitas vezes as mesmas não sabem que existe um financiador por trás das atividades que são levadas a cabo pela organização.

O êxito de FINCA pode ser atribuído a i) massificação dos serviços, indispensável para reduzir custos e alcançar o equilíbrio financeiro; ii) Operação de crédito via ECCs, o que permite agilidade e custos baixos de operação dos serviços, assim também como menores custos de transação aos associados; iii) flexibilidade para as adaptações necessárias, visto que cada comunidade possui circunstâncias e interesses variados (RODRÍGUEZ, 1993).

A preocupação central de ONGs de desenvolvimento, como FINCA, pela sua própria viabilidade financeira e das organizações que desenvolvem é a única maneira, segundo Rodríguez (1993), como poderão programar suas atividades com base no horizonte suficientemente longo e menos incerto. Tal visão de permanência de longo prazo é indispensável, não apenas para permitir o aprendizado e desenvolvimento institucional necessários, como também para obter o apoio da própria comunidade local (RODRÍGUEZ, 1993). A não garantia de continuidade das ações da organização pode afetar os incentivos sobre os indivíduos da comunidade de participar de suas

atividades e até mesmo de honrar com suas dívidas, no caso em que créditos fossem concedidos.

O êxito final do experimento requer não apenas políticas corretas e uma tecnologia financeira eficaz, mas também, de maneira preponderante, um desenho institucional estável, o qual determinará os incentivos com base nos quais quem possui controle da organização toma suas decisões (RODRÍGUEZ, 1993), ou mesmo o interesse geral de participação no projeto.

2.2 Moedas locais no Reino Unido

No Reino Unido, existe uma série de moedas locais, que surgiram dentro do movimento Cidades em Transição (*Transition Towns* - TT) ou Iniciativas de Transição. Hopkins (2008) iniciou, na cidade de Totnes, na Inglaterra, o movimento TT em 2006, cuja motivação inicial foi dar resiliência às cidades e comunidades locais face às alterações climáticas e à iminente diminuição da disponibilidade de combustíveis fósseis a preços acessíveis. O autor argumenta que uma cadeia de abastecimento tão esparsa, interligando muitos países e regiões, só foi possível devido aos preços baixos e irrealistas do fornecimento de combustíveis fósseis. Por se tratar de um ativo não renovável, esse combustível está fadado ao fim e, assim, a cadeia de comércio como a conhecemos. A dependência dos combustíveis fósseis é considerada por Hopkins (2008) como o calcanhar de Aquiles da globalização econômica.

Resiliência é “a capacidade de um sistema de absorver perturbações e reorganizar-se durante a mudança em curso, de modo a manter essencialmente a mesma função, estrutura, identidade e feedbacks” (HOPKINS, 2017). Na tentativa de perceber o que isso significa para a Rede de Transição (*Transition Network*), em entrevista à Comissão Europeia, Rob Hopkins diz que há uma reviravolta na resiliência que tentam colocar no movimento, considerando que “a capacidade de reagir às ameaças não deve ser apenas um processo para evitar o pior resultado possível, mas deve ser visto como uma oportunidade para se envolver no desenvolvimento econômico de uma forma positiva e criativa” (HOPKINS, 2017). Ele conclui que a resiliência é um passo em frente e não apenas uma estratégia para evitar desastres.

O movimento baseia-se na realocação da economia com estratégias de fornecimento de alimentos a partir da agricultura familiar local, sistemas locais de energias renováveis e moedas alternativas locais, que valorizam o comércio local.

“Tais estratégias falam de forma silenciosa, mas insistente às ansiedades privadas sobre a desordem econômica global (a crise do crédito, a recessão econômica, a depressão, etc.) [...]” (BARRY e QUILLEY, 2011, p. 14). Estas estratégias são muitas vezes orientadas por grupos de trabalho temáticos, que lideram projetos de desenvolvimento que poderiam tornar-se empresas independentes (LONGHURST, 2012). Hopkins (2008) considera a moeda local, pelo menos a primeira (Totnes) em que esteve diretamente envolvido, o perfil de projetos do movimento TT mais elevado e um mecanismo potencial para relocalizar a economia local. Vale a pena notar que a moeda local pode estar relacionada com estratégias para um sistema alimentar sustentável/relocalização alimentar (HOPKINS, 2010), outro tema possível dos grupos de trabalho/projetos dentro do TT. O objetivo da moeda local é evitar que o dinheiro vaze para fora da localidade/região, de modo a aumentar o consumo local principalmente nas empresas locais e, portanto, encorajar alguns produtos a serem produzidos localmente.

2.2.1 Moedas do Movimento Cidades em Transição

Sendo terreno fértil para as moedas locais, já foram criadas a Totnes (março de 2007), Lewes (setembro de 2008), Stroud (setembro de 2009), Brixton (setembro de 2009), Bristol (setembro de 2012), Kingston (abril de 2014) e a Exeter Pound (setembro de 2015) - cada uma com o nome da região de origem e de circulação. Tal movimento teve uma estreita relação com o Banco Central da Inglaterra com o apoio da *New Economics Foundation* no sentido de evitar que as suas moedas fossem banidas, como aconteceu no passado, com o Worgl austríaco, por exemplo, à medida que a moeda prosperava e expandido (HOPKINS, 2013).

Um relatório do Banco da Inglaterra esclarece os benefícios para as pequenas empresas locais na aceitação da moeda local, como a possibilidade de exposição em material promocional, o que pode aumentar a procura por produtos e serviços (NAQVI e SOUTHGATE, 2013). Também é salientado que tanto os consumidores como os produtores podem se beneficiar do consumo e da produção local, tais como a redução das despesas energéticas nos transportes. Da mesma forma, se o compromisso com o consumo local permanecer mesmo quando os produtos não locais são mais baratos porque o seu preço não inclui todos os custos para a sociedade, então as moedas locais melhorariam o bem-estar.

A primeira moeda do movimento Cidade em Transição, surgiu do grupo de trabalho temático Economia e Meios de Subsistência, em 2007, no qual os membros trabalhavam de forma voluntária, e o objetivo geral era apoiar a economia local e o processo de realocização econômica (LONGHURST, 2012). A inspiração veio do BerkShares, moeda local do interior do estado de Nova York, apresentada por Bernard Lietaer, em palestra aberta sobre o futuro do dinheiro e o potencial das moedas complementares, no Schumacher College, perto de Totnes, em janeiro de 2006 (LONGHURST, 2012).

Na análise de Longhurst (2012), uma moeda local com uma relação de 1 para 1 em relação à libra esterlina e sem qualquer incentivo econômico extra à sua utilização dependerá, ao longo do tempo, daqueles que acreditam na sua funcionalidade política, ou seja, na crença nos ideais do movimento. Este desafio foi enfrentado por moedas de outras cidades e é corroborado por Ryan-Collins (2011, p. 64, tradução nossa) que afirma que, nestas condições de relação, a “principal motivação dos consumidores para utilizar a moeda é a crença nos princípios éticos da iniciativa”. O autor diz que a motivação ética pode ser superada à medida que a novidade passa e pela inconveniência de transportar dois papéis-moedas, principalmente para compras maiores.

Sem um mecanismo de empréstimo, argumenta Ryan-Collin (2011), as moedas do TT não podem criar liquidez adicional e não conseguem apoiar pessoas ou empresas que enfrentam exclusão ou dificuldades econômicas, muitas das quais possuem dificuldade de acessar crédito no sistema bancário tradicional. O autor aponta a possibilidade de utilizar parte do lastro em libras esterlinas para criar liquidez adicional por meio de microcréditos com juros baixos ou nulos, mas a ideia não foi adiante por falta de infraestrutura administrativa e financeira para respaldar tal operação.

O custo operacional de uma moeda física é um dos principais desafios que as moedas locais, como as das Cidades em Transição, enfrentam. Como diz Warner (2014), todas as moedas do TT receberam subvenções para lançar e manter os seus esquemas, mas nenhuma é totalmente autossustentável.

A menos que a moeda atinja um volume suficiente de transações para que os custos administrativos possam ser cobertos por rendimentos de senhoriagem, ou os custos sejam absorvidos (seja por uma taxa de adesão em negócios ou uma taxa de cobrança quando a moeda é convertida

novamente em moeda nacional¹⁵, ou por um banco ou cooperativa de crédito agindo como uma casa de câmbio) é difícil conseguir que uma moeda física seja autossustentável. (WARNER, 2014, p.21, tradução nossa).

Ryan-Collins (2011) expressa que um aumento da circulação do volume de moedas locais deve acontecer para aumentar genuinamente a resiliência econômica de cada comunidade e indica um alargamento da área geográfica de operação da moeda para alcançar este aumento. Esta perspectiva parece assumir que grande parte da resiliência econômica deve ser adquirida pela utilização de moedas locais, mas certamente outros meios podem ser utilizados, a exemplo da educação para a consciencialização, que é um dos trabalhos pelo qual o movimento TT é reconhecido. Embora não seja necessária nenhuma moeda local para incentivar as pessoas a fazerem compras locais, Warner (2014) afirma que as evidências sugerem que isso ajuda, mas mais tarde argumenta que não é claro que a introdução de uma moeda local produziria ganhos significativos nas economias locais. Além disso, o autor diz que o que importa é a proporção dos gastos locais, e não a forma como são gastos.

Seyfang e Longhurst (2012) afirmam que as moedas complementares podem ser vistas como um meio para um fim ou como ambos, ou seja, o meio e o fim, sendo este último atribuído às moedas locais que são muitas vezes mais motivadas pelo desejo de reinventar o dinheiro, reformar as instituições bancárias e financeiras e democratizar o poder financeiro. Embora as moedas TT possam ser consideradas moedas locais na forma utilizada por Seyfang e Longhurst (2012), os seus motivos não parecem estar particularmente alinhados com os descritos por esses autores. Além disso, eles concordariam que é um erro concentrar-se nas ferramentas e não no objetivo pretendido. No entanto, Hopkins (2014) mostra uma característica política da moeda local, quando diz que é uma forma de retomar o destino econômico em suas próprias mãos e, com proatividade, se pudermos fazer as coisas de uma maneira diferente, podemos transformar as coisas ao redor. Esta forma diferente de fazer as coisas pode indicar que para o movimento TT os meios são tão importantes quanto os fins.

¹⁵ Esta prática foi utilizada na fase dois da Libra Totnes, mas foi abandonada posteriormente, pois à medida que o tempo de resgate se aproximava dos consumidores e as empresas recusavam a aceitação da moeda local (LONGHURST, 2012). Talvez em projetos com validade indefinida da moeda local esta prática fosse mais aceitável.

Argumenta-se que a moeda local ajuda as pessoas a pensar sobre a economia local, perguntando para onde vai o dinheiro que se gasta e encontrando maneiras de evitar que ele vaze. Muitas das moedas locais no Reino Unido, mesmo aquelas não relacionadas com o movimento TT, defendem o seu uso com o argumento de que em uma compra feita em libras esterlinas apenas 10% a 20% permanecem no território, e que a maior parte do dinheiro foge do bairro dentro de um dia, depois da cidade, do condado e até mesmo do país, em alguns casos, sem sequer pagar impostos (KINGSTON POUND, 2018). Esta fuga poderá estar associada ao fato de a maior parte dos gastos ser feita em grandes supermercados não locais, onde os alimentos são majoritariamente importados, isto é, de fora da localidade. Uma estimativa feita por Ward (2012), com dados do Bureau Van Dijk de 2011, é que £30 milhões são gastas no consumo de alimentos e bebidas em casa, em Totnes e District, sendo £20 milhões desses gastos em dois grandes supermercados (£17 em apenas um deles) e os outros £10 são gastos em cerca de 60 lojas de alimentos independentes. Do lado da origem dos produtos adquiridos, Ward (2012) descobre que £22 provêm de produtores não locais, o que significa que este montante sai da economia alimentar local todos os anos. À luz da recessão econômica, diz-se que se apenas 10% do montante gasto em produtos importados pudesse ser direcionado localmente, isso impulsionaria o negócio local em £2 milhões (WARD, TOMPT e NORTHROP, 2013).

Para compreender o que a realocização significaria para a economia local de Totnes, as lojas locais independentes oferecem três vezes mais empregos do que os principais supermercados, pelo mesmo valor gasto no varejo, e os produtores locais de alimentos empregam 50% mais trabalhadores do que as fazendas de maior escala (WARD, TOMPT e NORTHROP, 2013). Gastar £10 num estabelecimento de alimentação local vale mais £25 para a economia local, o que implica um multiplicador local de 2,5 (WARD, 2012).

Em Lewes, Graugraad (2012) parece encontrar mudanças visíveis nos padrões de consumo (mais alimentos locais são comprados e também mais alimentos orgânicos produzidos), aumento da conscientização (hábitos de consumo e questões comunitárias), construção de atitudes e valores positivos (consumo responsável de recursos, cidadania ativa e vida sustentável) e fortalecimento da identidade local como resultado do uso da moeda Lewes Pound. “Embora haja um aumento na riqueza local através do efeito multiplicador, houve pouco impacto na localização porque a maioria

das empresas não consegue obter os seus produtos localmente” (GRAUGAARD, 2012, p. 255, tradução nossa). Esta limitação já foi abordada anteriormente quando Ryan-Collins (2011) afirma que a expansão da área geográfica de operações das moedas pode ser uma solução.

Embora algumas vantagens sejam atribuídas à moeda local como meio físico de troca, depois que a primeira novidade passa, a taxa de circulação tende a desacelerar (WARNER, 2014), principalmente em locais onde as transações eletrônicas já são uma realidade e há facilidade de acesso a outras formas de pagamento.

Uma moeda que surgiu deste movimento e já foi extinta é a Exeter Pound: lançada em setembro de 2015, a partir de 30 de setembro de 2018 cessou, esta data era o vencimento original da primeira e única emissão. Ao abrirmos o site da Exeter Pound encontramos um lamentável anúncio do cessar comércio da moeda, e a seguinte justificativa:

A decisão de suspender [a moeda] [...] foi tomada após algumas discussões difíceis e, em particular, pela falta de progresso a nível nacional no desenvolvimento do quadro regulamentar para moedas digitais complementares. Tal como outras organizações comunitárias, Exeter Pound tem enfrentado dificuldades e tornou-se mais uma vítima de cortes de financiamento, desconsiderando a importância das comunidades mais pequenas e dos comerciantes num mundo dominado por corporações globais (EXETER POUND, 2018, tradução nossa).

Aqui fica claro que o custo financeiro da moeda local se tornou insuportável, ficando a sua sustentabilidade financeira dependente do financiamento, que havia sido cortado. A partir da menção ao domínio das corporações globais, embora nenhuma explicação adicional seja dada, é possível questionar se elas têm algo a ver com o corte de financiamento. Infelizmente, na busca por informações sobre a fonte de financiamento e o que poderia ter acontecido, nada foi encontrado.

2.2.2 As moedas eletrônicas

Um ponto de virada para as moedas TT foi quando o grupo de Brixton se aproximou da *New Economics Foundation* (NEF), organização que desenvolveu o projeto 'Moeda de Transição 2.0', pelo qual foi obtido o apoio financeiro de um fundo de caridade e uma plataforma para facilitar a transação eletrônica foi desenvolvida

(LONGHURST, 2012). Além de superar a limitação anteriormente enfrentada pela moeda apenas em papel, Longhurst (2012) também previu que uma moeda eletrônica poderia ajudar a resolver a deficiência de recursos, pois poderia ser cobrada uma pequena taxa de transação, da mesma forma que as transações convencionais baseadas em cartão de crédito / débito. Além disso, o autor argumenta que poderia haver uma vantagem comparativa na utilização desta tecnologia, uma vez que as taxas cobradas pelo regime da moeda local poderiam ser mais baixas, permitindo uma redução de custos para as empresas locais.

Os objetivos do projeto Transition Currency 2.0, conforme declarado no site da Transition Network (RYAN-COLLINS, 2010), incluem (i) reduzir os custos de transação e aumentar a conveniência de uso da moeda para todos os usuários; (ii) gerar melhores informações sobre a forma como a moeda circula entre as empresas e os utilizadores e, portanto, quais as intervenções que seriam úteis para melhorar o regime; (iii) criar maior flexibilidade em termos do alcance da moeda (por exemplo, permitindo moedas regionais ou comércio entre comunidades do projeto), apoio alternativo para a moeda (ou seja, alternativas à libra esterlina, como quilowatts-hora ou ativos subutilizados) e permitir que casas de compensação local aceitem a moeda (por exemplo, autoridades locais ou autoridades de transportes - a maioria das quais agora migraram para instalações de pagamento eletrônico), incluindo modelos de empresa para empresa (crédito mútuo / troca comercial) para incentivar as empresas que estão envolvidas no comércio entre si e conceder-lhes linhas de crédito adicionais e sem juros (ou seja, liquidez adicional); (iv) criar organizações sustentáveis que cubram os custos de funcionamento da moeda através da incorporação de rendimentos no sistema, pela cobrança de taxas de resgate, por exemplo, o que é muito mais fácil com o pagamento eletrônico; e (v) oportunidades para incluir os excluídos financeiramente, em particular pela utilização de um celular como meio de pagamento, como ocorreu com o esquema MPESA no Quênia e, potencialmente, a utilização de microcrédito.

A primeira comunidade a se beneficiar deste novo sistema eletrônico foi o bairro londrino de Lambeth, distrito de Brixton, onde o projeto piloto da moeda eletrônica, o Brixton Pound, começou a operar em setembro de 2011, com uma plataforma de pagamento por texto. De acordo com o site Brixton Pound (2018), cerca de 250 empresas aceitam atualmente o papel-moeda e cerca de 200 têm contas de pagamento por texto.

A missão da Brixton Pound é apresentada como: (i) apoiar e construir diversidade e resiliência na economia local de Brixton à luz dos tempos econômicos difíceis e do poder das cadeias de lojas; (ii) sensibilizar a comunidade para a economia social local; (iii) incentivar e facilitar um modelo e um espírito de autoajuda, a fim de proteger o futuro social e financeiro dos residentes de Brixton; (iv) incentivar o fornecimento local de bens para diminuir as emissões de CO₂; (v) aumentar o perfil de Brixton a nível regional e nacional e contribuir para percepções positivas de Brixton, chamando a atenção para a sua comunidade forte, economia diversificada e capacidade de inovação (BRIXTON POUND, 2018). Embora esta declaração de missão esteja alinhada com o movimento TT, em nenhum lugar do site do Brixton Pound pode ser encontrada uma referência ao movimento. No entanto, no site da Transition Town Brixton, a Brixton Pound pode ser encontrada nos grupos e projetos de Negócios e Economia.

Em setembro de 2012, a moeda Bristol Pound foi lançada em papel e formato eletrônico, com a adesão de mais de 300 empresas locais, inspirado no Chiemgauer – uma moeda complementar alemã (COOPER, 2012). A história por detrás do seu lançamento remonta a 2009, quando um grupo de ativistas sociais e financeiros se reuniu, argumentando que a crise financeira de 2008 foi um sinal de alerta e percebeu que “o sistema econômico da cidade extrai riqueza das comunidades, prejudicando a verdadeira economia população local. Prejudica o meio ambiente, perpetua a desigualdade e homogeneiza as ruas principais em irreconhecíveis clones de carbono” (BRISTOL POUND, 2018). Charlie Waterhouse, da Brixton Pound e da Independent Money Alliance (IMA), disse que cada vez que uma Libra de Bristol é usada alguém se rebela, no evento 'Moedas Locais: um ato de rebeldia', onde foi expresso que a moeda local é uma ferramenta para enfrentar diretamente um sistema econômico falido (BRISTOL POUND, 2017).

Em Totnes, a moeda eletrônica foi lançada em outubro de 2014, em um projeto conjunto com a Bristol Pound, tornado possível pelo financiamento da agência de inovação do Reino Unido, o *Technology Strategy Board*, como resultado de uma competição da *Small Business Research Initiative* (SBRI) chamada 'Re-imaginando a High Street'; esta moeda eletrônica local foi projetada para atuar como um forte marketing e fidelização também para comerciantes independentes. A tecnologia utilizada aqui parece ser diferente daquela utilizada em Bristol, como uma comunicação no site da Totnes Pound diz que Totnes é a primeira cidade a oferecer

esta ferramenta a empresas e consumidores com um esquema piloto (TOTNES POUND, 2014). A novidade parece ser a possibilidade que os clientes têm de “fazer encomendas a todas as empresas participantes através de uma loja online única, dando aos varejistas uma forma de vender online que de outra forma não conseguiriam oferecer” (TOTNES POUND, 2014). O software tem a capacidade adicional de incorporar programas de recompensa e ofertas especiais, sendo uma forte ferramenta de marketing e fidelização para comércios independentes.

Uma compra é paga por uma mensagem de texto, que pode ser feita por um celular simples. Além disso, existe a possibilidade de usar um aplicativo, Cyclos 4, que na época não tinha a marca Totnes Pound, mas dizem que terá em breve. Antes de utilizar a moeda local é necessário se cadastrar no site da Totnes Pound.

Tais moedas não são reguladas, pois ficam sob uma provisão conhecida como Exclusão Limitada da Rede (Limited Network Exclusion), o que permite que operem e cresçam sem infringir qualquer lei (KINGSTON POUND, 2023). Se as operações excederem a emissão de um milhão de euros no período de um ano, então cada moeda / projeto deve informar a Autoridade de Conduta Monetária (FINANCIAL CONDUCT AUTHORIT, 2023).

2.3 Considerações finais

A experiência de Empresas de Crédito Comunitárias da Costa Rica, apesar de não possuir o elemento de uma moeda local, é digna de nota uma vez que pode ser considerada uma referência para o desenvolvimento de organizações comunitárias autônomas. Após anos de tentativas e erros, estabeleceram organizações comunitárias, inicialmente chamadas bancos comunitários, com a figura jurídica de sociedades anônimas, passando a se chamar empresas comunitárias de crédito. Dessa forma, formou-se um desenho institucional com direitos de propriedades claros. Importante destacar que essa metodologia é destinada a negócios, principalmente pequenos produtores agrícolas, que se encontram acima da linha da pobreza e que possuem condições adequadas para desenvolver os projetos para os quais solicitam crédito. Outro ponto de destaque é que FINCA conseguiu estabelecer parcerias estratégicas durante sua jornada e estender parte dessas parcerias às ECC de modo que, se assim desejarem, busquem recursos financeiros por esses meios.

Na experiência do Reino Unido, viu-se moedas locais sendo criadas a partir de uma mobilização política socioambiental pela localização das atividades produtivas e fazendo frente aos efeitos negativos da globalização, quais sejam os efeitos das mudanças climáticas. São experiências criadas a partir de grupos de trabalho do movimento Cidades em Transição, portanto, os quais ainda precisam “provar seu valor” para dar confiança e credibilidade dentro das comunidades locais, inclusive de organizações da sociedade civil e do governo. Outro desafio que enfrentam é conseguir recursos para a sustentabilidade financeira da operação, sendo o desenvolvimento plataformas digitais com moedas eletrônicas uma possível solução para essa questão.

3 PANORAMA DAS MOEDAS LOCAIS CONVERSÍVEIS NO BRASIL

O Brasil é um território prolífico para moedas locais, sendo reconhecido internacionalmente como um caso de sucesso a ser seguido, principalmente porque os bancos comunitários brasileiros oferecem microcrédito em comunidades pobres, como as favelas, com uma proporção em moeda local (HOPKINS, 2013). As moedas locais são utilizadas no Brasil para fortalecer comunidades pobres as quais, de outra forma, não teriam acesso ao sistema de crédito (FREIRE, 2011), pois são regiões onde o sistema financeiro convencional não é muito ativo (OLIVEIRA, 2016).

A primeira moeda local conversível, no Brasil, em paridade com a moeda nacional, foi criada em 2002, dentro do Banco Comunitário Palmas. Ao ser questionada pelo Banco Central, a iniciativa ganhou os noticiários – foi reconhecida pelo desenvolvimento local que gerava – e a oportunidade de virar política pública e ser replicada nacionalmente. Vinte anos depois e com sua metodologia replicada em várias localidades, principalmente por iniciativas promovidas pelo governo, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) apresenta uma lista de 120 bancos comunitários filiados. Todavia, a situação atual desses bancos comunitários nem sempre é conhecida. Ao ser questionada sobre a situação dos bancos e uma forma de contatá-los nem sempre foi possível obter alguma informação.

Este estudo teve como objetivo de identificar os bancos comunitários do Brasil que possuem moeda local conversível em circulação, em paridade com a moeda nacional, e a situação de cada um: se estão em funcionamento ou não. Como objetivo secundário, buscou-se entender, quando as informações estiveram disponíveis, qual o motivo de fechamento do banco ou do seu sucesso.

Além deste preâmbulo, este capítulo está composto por mais quatro seções e as considerações finais. A primeira seção aborda a descrição das moedas locais conversíveis, foco desse trabalho, o início dos bancos comunitários no Brasil e a sua metodologia de replicação. A segunda seção aborda a metodologia descritivo exploratória desta pesquisa. A terceira seção apresenta os dados coletados, com informações detalhadas de cada banco comunitário. E a última apresenta as considerações finais sobre essa pesquisa.

3.1 Contexto

3.1.1 Moedas Locais Conversíveis

A moeda local conversível (MLC) neste capítulo é a mesma moeda local de Seyfang e Loghurst (2012), a qual circula em um dado território, aumentando a atividade econômica e melhorando a resiliência local. Também é a mesma moeda complementar de Kennedy (2017), que existe em paralelo a moeda soberana nacional, utilizada em um circuito ou espaço geográfico específico, geralmente subnacional, sendo sua aceitação totalmente voluntária e que possui um propósito específico. Para aprofundamento sobre as possíveis diferentes nomenclaturas que uma moeda local pode adotar recomenda-se ver Blanc (2006) e Blanc (2011).

O foco na MLC se dá pelo seu potencial de dinamizar a economia local ao funcionar como uma (leve) barreira para a saída de riqueza e impulsionar a demanda por bens e serviços locais. O ato de consumir na própria comunidade reforça os vínculos comunitários pela apropriação e uso de um instrumento de fortalecimento da identidade local (a MLC) por meio da afirmação do sentido de pertencimento das pessoas a dada territorialidade (FRANÇA FILHO; RIGO; LEAL, 2011 apud RIGO, 2014). A moeda local pode ser entendida como uma ferramenta para fortalecer o tecido social de um território. Por ela, novas interações e relações são criadas.

As moedas locais, no Brasil, geralmente surgem dentro de bancos comunitários, como uma de suas ações. A seguir, será apresentada a primeira experiência do gênero e as características dos bancos comunitários brasileiros.

3.1.2 Palmas: a Primeira Moeda e Banco Comunitário do Brasil

A Palmas é considerada a primeira moeda social do Brasil e a primeira MLC a nível mundial¹⁶. Tendo sido criada em 2002, quatro anos depois da criação do Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) da Associação dos Residentes do Conjunto Palmeira (ASMOCONP). Entender como se deu o seu surgimento se mostrará essencial para analisar a moeda social do ponto de vista da teoria econômica.

¹⁶ Apesar da mesma atribuição ter sido feita ao BerkShare de 2006 dos Estados Unidos por Marshall e O'Neill (2018), a Palmas iniciou quatro anos antes, em 2002.

O Conjunto Palmeiras é uma comunidade criada em mutirão depois que uma população considerada indigente foi despejada da região costeira de Fortaleza – principalmente pescadores, em 1973, devido à especulação imobiliária, em um processo de gentrificação (BANCO PALMAS, 2018). Essa população foi designada para pântanos cobertos de lama e vegetação densa, a 24 km de sua localização original (LEMOS, 2013), que passou a ser o Conjunto Palmeiras. Um forte movimento social de resistência e luta pelos direitos dos moradores emergiu nessa região historicamente abandonada (BANCO PALMAS, 2018), e o responsável por sua organização foi o ASMOCONP, criada em 1981 (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR; RIGO, 2012). “Embora as melhorias na infraestrutura do bairro tenham sido significativas durante os anos 80 e 90, a condição de vida dos residentes ainda deixava muito a desejar, dada a grande marginalização econômica da comunidade” (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR; RIGO, 2012, p. 505). Então, para entender melhor sua situação econômica, em 1997, a ASMOCONP traçou um mapa de consumo do Conjunto Palmeiras e descobriu que os 20 mil moradores da época gastavam pouco mais de 1 milhão de reais por mês, mas apenas 20% desse valor foi gasto na comunidade (BANCO PALMAS, 2018). Assim, a ASMOCONP, a partir da mobilização e discussão na comunidade sobre a pobreza econômica local, criou o BCD Palmas, em 1998, com microcrédito para estimular a produção local e um cartão de crédito local (PalmCard) para estimular o consumo local; e, mais tarde, em 2002, a moeda local foi introduzida (SILVA JUNIOR, 2004). Essas medidas visavam incentivar a renda dos moradores a permanecer na comunidade, alimentando a solidariedade entre produtores e consumidores.

A criação da moeda Palmas foi na verdade uma solução para os limites que um clube de trocas, que tinha sua própria moeda social - a Palmares, vinha enfrentando. França Filho, Silva Junior e Rigo (2012) afirmam que a Palmares foi criada em outubro de 2000 e era usada no clube de trocas que se reunia duas vezes por mês, com 30 a 40 produtores, que convertiam os produtos que traziam (roupas, artesanato, alimentos, etc.) em Palmares, para então poder comprar o que necessitavam ali mesmo. Em dois anos de experiência e discussão sobre a prática, explicam os autores, ficou claro que independente do que os participantes trariam para trocar de clube, o principal item que todos queriam era comida, mas poucos levavam comida para troca. Portanto, houve um desequilíbrio entre produtos e desejos. Foi então, em 2002, que a moeda Palmas foi criada para circular por todo o bairro e não apenas

durante as convocações do clube de troca (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR; RIGO, 2012).

O uso da moeda Palmas foi definido da seguinte forma (FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR; RIGO, 2012; RIGO; FRANÇA FILHO, 2017): (i) crédito para consumo no bairro (emitido em Palmas), sem juros, apenas uma taxa administrativa de 1% do valor do empréstimo; (ii) pagamento parcial do salário do pessoal da ASMOCONP / BCD Palmas e do Instituto Palmas e alguma outra entidade parceira local: cerca de 10% do salário mensal foi pago em Palmas; (iii) bolsas de estudos para beneficiários de programas e projetos do Instituto Palmas; (iv) uso para adquirir produtos e serviços no bairro, dos quais alguns tiveram um desconto, geralmente de 5%, se a compra fosse feita em Palmas. Qualquer um poderia ir diretamente ao BCD de Palmas para trocar Reais por Palmas e vice-versa.

Apesar de uma Palmas poder ser trocado por um real, por ser indexado pela moeda fiduciária nacional na proporção de 1 para 1, se levado em conta o poder de compra e o desconto de 5% nas compras feitas em Palmas, é possível dizer que a Palmas tem um poder de compra maior na comunidade do Conjunto Palmeiras do que o real, ou seja, o poder de compra de uma Palmas é, na verdade, equivalente a R\$ 1,05. Essa característica, embora não presente em todas as compras, pode ser considerada um incentivo para permanecer com Palmas e para não resgatar reais.

Em 2003, um ano após a criação da MLC Palmas e devido à publicidade gerada, o Banco Central do Brasil (BCB) iniciou um processo criminal contra o BCD Palmas e sua moeda social, aludindo a violação da soberania da moeda nacional do Brasil, o Real, e acionou o Ministério Público que exigiu explicações sobre o funcionamento e a legalidade da moeda local social (SILVA JÚNIOR, 2004). Entendeu-se então que Palmas é uma moeda complementar e que o BCD Palmas não cometeu crime algum. Além disso, suas ações foram consideradas adoráveis pelo Ministério Público. O Ministério Público analisou a moeda Palmas e chegou a parabenizar pelo trabalho, que levava desenvolvimento para uma região preterida pelo Estado (FREIRE, 2011).

Essa primeira experiência bem-sucedida inspirou outras comunidades e, assim, o Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) Palmas começou a disseminar sua metodologia. À medida que as solicitações aumentaram, o Instituto do Banco Palmas para o Desenvolvimento e Economia Solidária, conhecido como Instituto Palmas, foi criado em 2003, para cuidar da disseminação da metodologia em

todo o país e inclusive no exterior. Essa organização jurídica separada permitiu captação de recursos públicos e também não prejudicou o foco original do BCD Palmas na vizinhança. Além disso, o Instituto Palmas desenvolveu outros programas inter-relacionados e projetos econômicos solidários, pois, como sustenta Melo Neto Segundo (2010), o microcrédito sozinho (para produção ou consumo) não é capaz de superar a pobreza e atingir níveis mais elevados de desenvolvimento local.

3.1.3 Características dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento Brasileiros

Com a criação do Instituto Palmas, em 2003, iniciou-se a consolidação de uma metodologia para replicação de Bancos Comunitários pelo país, priorizando territórios com até 50 mil habitantes, os quais comumente não possuem acesso a serviços financeiros.

Quando uma nova moeda local é criada, o Instituto Palmas¹⁷ deve informar o Banco Central, bem como certificar o estabelecimento do novo BCD, que recebe um valor inicial de 30 mil reais, em razão de uma parceria do Instituto Palmas e do Banco do Brasil (MELO NETO SEGUNDO, 2010).

As principais características dos BCD são (NESOL-USP, 2013):

- Criação por interesse da comunidade, principalmente de uma organização que a represente, como uma associação de moradores (MORAES et al., 2014), tornando-se gestora e proprietária do mesmo.
- Duas modalidades de crédito: uma na moeda nacional, sendo para pequenos negócios e com juros – possibilitado pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e outra em moeda local conversível para consumo e sem cobrança de juro.
- Apoio a empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros).
- Atuação em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social, voltados principalmente aos

¹⁷ Criado em 2003, para cuidar da disseminação da metodologia em todo o país, inclusive no exterior, permitindo a captação de recursos públicos e deixando o BCD Palmas com foco exclusivo na comunidade do Conjunto Palmas.

beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias.

- No curto prazo, sua sustentabilidade está baseada na obtenção de subsídios (justificados pela utilidade social de suas práticas).

O processo de criação de um banco comunitário é relativamente complexo (RIGO, 2014) e são necessários, pelo menos, três fatores: i) mobilização local e organização comunitária, além de uma instituição da sociedade civil fortalecida e motivada para gerir o banco; ii) disponibilidade de espaço físico e infraestrutura, geralmente aportada por um parceiro local, como a prefeitura municipal; e iii) capacitação dos agentes, gerentes de crédito e operadores de caixa, bem como a sensibilização dos atores econômicos locais para aderirem à iniciativa (MELO NETO SEGUNDO e MAGALHÃES, 2009, p. 25). Além desses três fatores, é apontada a necessidade de capital financeiro para formação do fundo de crédito, recurso financeiro para despesas operacionais do banco e assessoramento de pelo menos seis meses do Instituto Palmas para assimilação da metodologia pela comunidade e solidificação dos conhecimentos transmitidos (SILVA JUNIOR, 2006, p. 3).

Uma organização local precisa reunir quatro características para ser responsável pela gestão do banco comunitário: i) prioridade institucional para a gestão do banco; ii) capacidade técnica; iii) regularidade documental; e iv) autonomia político partidária (MELO NETO SEGUNDO, 2010).

O banco comunitário é uma tecnologia social que pode, no período de seis meses até um ano, ser totalmente assumida pela comunidade local sem a necessidade de assessoramento contínuo posterior (SILVA JUNIOR, 2006, p. 3). Segundo Joaquim Neto, criador do primeiro banco comunitário do Brasil, em três meses é possível implementar um banco comunitário e argumenta que, mesmo com o tempo relativamente curto, é preferível começar em três meses e passar mais três realizando ajustes, pois é quando há operação que a comunidade efetivamente se mobiliza e participa, sendo que de outra forma haveria desmotivação e falta de credibilidade (FRANÇA, 2011).

A singularidade de um banco comunitário é tentar restaurar laços e vínculos sociais seriamente degradados pelas condições de vida mais geral das pessoas nos bairros populares, através de um novo tipo de relação com o dinheiro e de organização da vida econômica local (Silva Junior, 2006 e França Filho, 2007 apud Silva Junior, 2007, p. 6).

Uma das principais ferramentas para a construção de novas sociabilidades, é a moeda local. A moeda local criada pelo BCD possui como característica: i) lastro em moeda nacional, sendo que o banco comunitário é responsável por guardar o valor correspondente em reais; ii) produzida com componentes de segurança, para evitar falsificação; iii) livre circulação no comércio local e quem compra com a moeda local geralmente recebe desconto; iv) qualquer comerciante cadastrado pode fazer a troca da moeda local por reais (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009). Desde o seu processo de criação, como a escolha do nome e design, é necessário forte engajamento local para que haja um senso de pertencimento sobre aquela moeda. Além da criação, há mais quatro estágios para garantir a sua operação: i) atividades para conscientização sobre o uso e aceitação da moeda pelos moradores e negócios; ii) emissão e introdução da moeda na comunidade; iii) controle e gestão da circulação; e iv) monitoramento e avaliação do uso (RIGO, 2020, p. 75).

O BCD pode se tornar correspondente bancário e oferecer serviços de abertura e extrato de conta corrente, depósito em conta corrente, saque avulso ou com cartão magnético, recebimento de títulos, recebimento de contas (água, luz, telefone, etc.), pagamento de subvenções governamentais (bolsa família) e aposentadoria (INSTITUTO PALMAS, 2007). O BCD recebe remuneração para a realização destes serviços. O Instituto Palmas faz o convênio guarda-chuva com as instituições financeiras e fica responsável por garantir a correta operação em cada BCD que decide ser correspondente bancário.

3.1.4 Expansão dos BCD no Brasil

A replicação da metodologia foi possível principalmente devido a recursos disponibilizados pelo governo federal, no âmbito do Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação de Bancos Comunitários, iniciado em 2005 proposto pelo próprio Instituto Palmas à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (SILVA JUNIOR, 2007). Por esse projeto, cinco organizações independentes ficaram responsáveis por replicar a metodologia de criação de bancos comunitários: o próprio Instituto Palmas, com o papel da coordenação nacional do projeto e criação de novos BCD no estado do Ceará; a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento de Territórios da Universidade Federal da Bahia (ITES/ UFBA), responsável pela criação

e apoio aos BCD nos demais Estados da região nordeste; o Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo, Nesol-USP e a organização não-governamental Ateliê de Ideias do Espírito Santo – gestora do BCD Bem – que dividiam os trabalhos com os BCD das regiões sudeste e centro-oeste; e o Instituto Capital Social Amazônia, com o apoio do BCD Tupinambá, no Pará, que se encarregaram dos BCD da região norte (RIGO, 2014).

Vale ressaltar que a implementação de um BCD deve “partir de um desejo intrínseco da comunidade ainda que exista uma motivação e processo de excitação por agentes externos”, ou seja, “o papel dessas instituições de apoio não pode descaracterizar um elemento fundamental (quase uma premissa) para o surgimento do banco: a mobilização endógena do território” (SILVA JUNIOR, 2007, p. 4).

A partir de pesquisa realizada em sete BCD¹⁸ do Ceará, que receberam recursos da SENAES, Silva Júnior (2007, p. 14) elenca as dificuldades comuns a todos eles:

1. Gestão (necessidade de capacitação dos gestores dos bancos);
2. Fundo de Crédito (necessidade de parcerias para captação dos recursos);
3. Sustentabilidade (necessidade de desenvolver produtos que reduzam a dependência dos projetos governamentais);
4. Moedas Sociais (necessidade de lastro para emissão e de transferência de confiança que garanta a circulação).

Também houve recursos disponibilizados pelo governo do Estado do Ceará no chamado Projeto Bancos Comunitários no Estado do Ceará, em dois anos: 2007 e 2010. As dificuldades pontuadas neste projeto são (MELO NETO SEGUNDO, 2011):

- Organização da sociedade civil: ao final do processo de formação, identificou-se que algumas organizações não atendiam aos pré-requisitos necessários; em algumas localidades, detectou-se forte influência político partidária na diretoria das associações, ocasionando constantes mudanças e perda da continuidade das atividades do banco. Um exemplo é a alteração de funcionários a cada troca de diretoria, que em alguns casos aconteceu de 2 a 3 vezes ao ano.
- Apoio das prefeituras – pelo período de 2 anos, com funcionários, local e infraestrutura para o banco (luz, água e internet):

¹⁸ Os bancos analisados são Banco Palmas, Banco PAR, Banco Serrano, BASSA, BANCART, Banco Paju e BEM.

- Demora na aprovação: em municípios pequenos, nem sempre o prefeito está presente com regularidade, ficando outras pessoas como intermediários, mas sempre pendente da aprovação do prefeito para o início das atividades.
- Desconhecimento da legislação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado pelo setor jurídico das prefeituras, a qual possibilita a organizações certificadas como OSCIPs (organização da sociedade civil de interesse público) concederem microcrédito e operarem como correspondente bancário.
- Demora na execução do apoio acordado, como a disponibilização de espaço em condições de uso (internet, luz).

Para não depender mais de prefeituras municipais e da obrigatoriedade de uma organização social para prestação de serviços financeiros à comunidade, o Instituto Palmas adaptou a metodologia, criando os Pontos de Finanças Solidárias, que possuem as seguintes características (MELO NETO SEGUNDO, 2011):

- Implantação de forma rápida em comunidades que necessitam de serviços financeiros, mas ainda não reúnem as condições de organização comunitária e capacidade de gestão necessária a implantação de um Banco Comunitário.
- Gestão simplificada, com ferramentas já desenvolvidos e utilizados pelo Instituto Palmas.
- Opera com serviços de finanças solidárias própria dos bancos comunitários e também como correspondente bancário, que possibilita o pagamento e recebimento de contas.
- Atende toda a comunidade local, priorizando famílias do Cadastro Único, principalmente beneficiárias do Bolsa Família.
- Presta contas a um coletivo que já esteja em funcionamento na comunidade, podendo ser a assembleia de sócios de uma associação de moradores, um fórum local, plenárias comunitárias e outros.
- Pode vir a se tornar um Banco Comunitário, deixando a gestão de ser feita pelo Instituto Palmas e passando para uma organização comunitária local.

3.2 Metodologia

Este estudo tem caráter metodológico quantitativo, com estratégia de pesquisa ex post facto, uma vez que o objetivo principal foi identificar quais são os bancos comunitários de desenvolvimento (BCD) do Brasil com moeda local circulante e a situação de cada um – seja operante ou fechado.

De forma secundária, essa pesquisa é qualitativa de natureza descritiva exploratória pois, à medida que os dados foram coletados, buscou-se identificar as razões e fatos que possam ter contribuído para a situação do banco, principalmente quando fechado.

Os procedimentos metodológicos envolveram o levantamento de dados por contatos pessoais (e-mail, ligação telefônica, rede social, aplicativo de mensagem instantânea) de forma a ter a informação da situação do BCD de fonte primária a partir de pessoas envolvidas no mesmo e, quando não foi possível contato de forma a confirmar a informação diretamente, recorreu-se a pesquisa bibliográfica e documental.¹⁹

Os contatos foram iniciados a partir do universo de 152 BCD mapeados²⁰, dos quais 20 foram desconsiderados por nunca terem entrado em funcionamento, 1 por não ser um BCD, mas uma extensão de um, 8 por não possuírem qualquer moeda social, 9 por possuírem apenas moeda social eletrônica e outros 5 pela moeda social circular apenas em feiras e eventos e não possuir paridade com a moeda nacional. Com o processo de triagem inicial, o universo de BCD com moedas locais circulante ficou limitado a 110 unidades.

3.3 Resultados

É apresentado a seguir o resultado do mapeamento dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCD) e suas moedas sociais.

¹⁹ Tentou-se primeiramente obter essas informações da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, todavia ela não dispunha de informações atualizadas.

²⁰ Mapeados a partir do trabalho de Fiala e De Paula (2018), do site da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, e da tese de Rigo (2014).

3.3.1 Triagem do universo da pesquisa

A seguir são apresentados os BCD que foram desconsiderados do universo desta pesquisa. Vinte BCD não foram considerados porque nunca existiram ou nunca entraram em funcionamento, seus nomes podem ser encontrados na tabela 2. Os bancos Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro – RJ, e Santa Eudóxia, em São Carlos – SP, não foram implementados / inaugurados, apesar de terem recebido suporte do Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL – USP), por edital da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Aquele por falta de local e infraestrutura, que não conseguiram ser viabilizados e não tinham previsão de ser, aspectos considerados fundamentais para o funcionamento do banco; este pois o comitê gestor provisório do banco comunitário entendeu que “faltava uma associação com respaldo na comunidade que pudesse ser parceira nas ações do banco e faltava um envolvimento da comunidade que assegurasse o sucesso das ações do banco” (SOUZA; BRAZ, 2014).

Em Igarapé-MG, apenas houve reuniões iniciais, mas o banco não chegou a funcionar²¹. Os bancos Cajueiro, Tucunduba, em Belém – PA, e Rio Caraparú, em Santa Izabel do Pará – PA, nunca existiram, sendo que as comunidades desistiram depois das capacitações/ formações, informação passada por Gilvan Cleber²², coordenador dos projetos de bancos comunitários pelo Instituto Capital Social Amazônia. O Banco Tauense, em Santo Antonio do Taua – PA, apesar de ter sido inaugurado, nunca chegou a operar²³. Apesar de poder ser encontrada data de inauguração para o Banco Comunitário Pérola do Mármore²⁴, em Guajará-Mirim – RO, o mesmo nunca chegou a operar, segundo informação passada por Edjales Benício de Brito²⁵, na época agente do Projeto Brasil Local – uma das organizações locais. Os Bancos Comunitários Triângulo, em Rio Branco – AC, e Forte, em Macapá – AP,

²¹ LEONORA MOLL. *Pesquisa sobre Moedas Sociais*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <liliankfiala@gmail.com> em 21 abr. 2019.

²² GILVAN CLEBER. [comunicação pessoal] 12 maio 2022.

²³ Cf. nota 22.

²⁴ No relatório do Instituto Capital Social da Amazônia (CASTRO, 2013), consta que o banco Pérola de Mamoré foi inaugurado em 8 de agosto de 2012.

²⁵ EDJALES BENÍCIO DE BRITO. [comunicação pessoal] 25 abr. 2022.

possuem a mesma situação, isto é, apesar de terem sido inaugurado no dia 12 de abril de 2013 e 18 de novembro de 2011, respectivamente, com o apoio do Instituto Capital Social Amazônia, nunca funcionaram (GARCIA, 2021).

O Banco ItaSocial, em Itaitinga – CE, estava sendo criado dentro do Projeto Bancos Comunitários no Estado do Ceará, tendo recebido capacitações, mas não chegou a funcionar pois a prefeitura não alocou funcionários nem forneceu as instalações físicas para o início das atividades (MELO NETO SEGUNDO, 2011). Os bancos Nova Aliança, Boa Vista do Ramos, Poraquê e Colonial, no Amazonas, Fazendinha, no Amapá, e Planaltina, no Distrito Federal, constam na lista da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, todavia não foi possível encontrar qualquer informação ou notícia que pudesse confirmar a inauguração ou mesmo operação efetiva dos mesmos. Também foi desconsiderado o banco Arapoanga, no Distrito Federal, pois, apesar de seis meses de mobilização, a comunidade não aderiu a ideia. Justamente a autogestão – uma das práticas dos bancos comunitários, foi aquilo que as pessoas consideraram irreal (ANDRADE, MARTINS E OLIVEIRA, 2015, p. 7).

Já em Paraisópolis – SP²⁶, em 2018, houve o anúncio da criação do banco comunitário inclusive com o nome da moeda social Nova Paraisópolis escolhida, mas o projeto não foi para frente, porque se conectaram com “parceiros da área financeira que não queriam que tivéssemos um banco próprio. Queriam apenas explorar o mercado, oferecendo muito pouco retorno para a comunidade e sem um propósito social” (CARRANÇA, 2021). Apesar de se encontrar referência ao Banco Comunitário de Tereza Cristina, em Criciúma – SC, ele nunca deixou de ser apenas um projeto, que foi abandonado após não ter adesão na comunidade local²⁷.

A localidade de Sítio de São João em Fortaleza - CE apareceu listada como Banco Comunitário, porém verificou-se que se trata de um ponto de finanças solidárias, que é uma adaptação para comunidades que necessitam de serviços financeiros, mas ainda não reúnem as condições para implantar um Banco Comunitário. Assim, também foi desconsiderado.

²⁶ Hoje tem-se um projeto de criar um banco, voltado para a favela, mas desvinculado da metodologia de Bancos Comunitários

²⁷ SEIJI FUJITA. [comunicação pessoal] 14 abr. 2019.

Tabela 2 - Bancos comunitários que nunca existiram ou operaram

#	UF	Município	Banco Comunitário
1	AC	Rio Branco	Triângulo
2	AM	Boa Vista dos Ramos	Boa Vista dos Ramos
3	AM	Manaus	Colonial
4	AM	Manaus	Poraquê
5	AM	Manaus	Nova Aliança
6	AP	Macapá	Fazendinha
7	AP	Macapá	Forte
8	CE	Itaitinga	ItaSocial
9	DF	DF	Arapoanga
10	DF	DF	Planaltina
11	MG	Igarapé	Igarapé
12	PA	Belém	Tucunduba
13	PA	Belém	Cajueiro
14	PA	Santa Izabel do Pará	Rio Caraparú
15	PA	Santo Antônio do Tauá	Tauense
16	RJ	Rio de Janeiro	Complexo do Alemão
17	RO	Guajará-Mirim	Pérola do Mármore
18	SC	Criciúma	Tereza Cristina
19	SP	São Carlos	Santa Eudóxia
20	SP	São Paulo	Paraisópolis

Fonte: A autora, 2023.

Oito bancos comunitários foram desconsiderados por, desde o início, não possuírem moeda social física circulante, quais sejam: Banco Brisa do Lago em Arapiraca – AL, pois apesar de ser possível encontrar notícia²⁸ sobre sua inauguração, não há qualquer referência sobre a utilização de uma moeda social; Banco Ariramba em Barreirinha – AM²⁹; Banco Guia em Salvador – BA (GARCIA, 2021); Banco Bandesc em Cascavel – CE, cuja moeda nunca circulou (RIGO, 2014); Banco Jaçanã em Maracanaú – CE, que iria utilizar a moeda do Banco Paju, mas isso não aconteceu nem criaram moeda própria (GARCIA, 2021); Banco Caparaó em Divino São Lourenço – ES³⁰; Banco Kiri-Kerê, de Nova Venécia – ES, sobre o qual é possível encontrar apenas uma notícia (MARTINS, 2018) que estariam considerando o uso do E-Dinheiro, mas não há confirmação da sua real implementação ou utilização – inclusive, não consta na lista de bancos fornecida pelo Instituto E-Dinheiro Brasil; e

²⁸ Notícia disponível em: <<https://www.7segundos.com.br/arapiraca/noticias/2016/07/16/60493-banco-comunitario-e-inaugurado-no-residencial-brisa-do-lago>>.

²⁹ Apesar de ser apontado na lista da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, não foi possível encontrar qualquer notícia ou fazer contato para confirmar seu funcionamento ou mesmo a existência de uma moeda.

³⁰ Informação confirmada com Guido, presidente da APROVAP, Associação de Produtores do Vale do Portal do Céu, organização gestora do banco Caparaó. (GUIDO BOTTI.[comunicação pessoal] 30 Abril 2019).

Banco União em Pedro Canário – ES, cuja moeda nunca entrou em circulação (GARCIA, 2021), apesar de constar que foi inaugurado em 18 novembro 2011 (CASTRO, 2013).

Há cinco bancos cuja circulação de suas moedas está restrita a feiras de troca e/ou eventos de economia solidária, não possuem lastro na moeda nacional e também foram desconsiderados: Banco Cascata e Banco Grão, ambos em Porto Alegre – RS (GARCIA, 2021); Núcleo Comunitário de Desenvolvimento Guajuviras de Canoas – RS (GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL, 2022); Banco Muiraquitã de Santarém – PA, cuja criação da moeda é a partir de resíduos sólidos como garrafas pet (DIÓGENES, SEGATTO E BISCAIA, 2012) e não possui lastro com a moeda nacional; e Banco Raiz em Alta Floresta – MT, que possui a moeda SISCOS utilizada em feiras de troca e, apesar de terem participado de projeto para a criação e impressão da moeda local (Semente), a mesma permanece guardada e sem uso, sendo que o banco funciona principalmente para empréstimo para a agricultores³¹.

Outros nove bancos possuem apenas moeda eletrônica, que se divide em duas modalidades o e-neuro e o e-dinheiro, conforme tabela 3.

Tabela 3 - Bancos comunitários apenas com moeda eletrônica

#	UF	Município	BC	Início do BC	Moeda eletrônica
1	DF	Distrito Federal	Ceilândia	15/11/2015	E-dinheiro
2	ES	Cariacica	Esperança	11/05/2012	E-dinheiro
3	ES	Serra	Abraço	26/04/2012	E-dinheiro
4	ES	Serra	Passarela	24/09/2014	E-dinheiro
5	ES	Serra	Viver	22/09/2014	E-dinheiro
6	ES	Serra	Mar	2013	E-dinheiro
7	PR	Curitiba	Neuro	2014	E-neuro
8	RJ	Maricá	Mumbuca	30/12/2013	E-dinheiro
9	SC	Rio Negrinho	Neuro	S.l.	E-neuro

Fonte: A autora, 2023.

A moeda eletrônica é uma modalidade de moeda social utilizada por mensagem de texto ou aplicativo em celulares. Sua principal representante no Brasil é o E-Dinheiro, criado pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento em 2015. Veja capítulo 4 para mais detalhes.

3.3.2 Bancos Comunitários com moeda local conversível

³¹ ANA CAROLINA BOGO [comunicação pessoal] 20 abr. 2022.

Com a triagem realizada, identificou-se 110 Bancos Comunitários (BC) que possuíam moeda local circulante em algum momento. Destes, verificou-se que 53 (48%) estão fechados, 23 (21%) indefinidos, 2 (2%) estão com as atividades paradas e 32 (29%) operantes.

No processo de levantamento de informações primárias, em sua maioria, foi possível identificar apenas a situação atual do banco, sem maiores detalhes ou aprofundamentos. Na tabela 4, estão listados os bancos comunitários que foram constatados fechados no momento da pesquisa. Em alguns casos, foi possível obter detalhes do motivo do fechamento do banco, conforme apresentado a seguir.

Tabela 4 - Bancos comunitários fechados (Continua)

#	UF	Município	Banco Comunitário	Moeda Social	Início BC
1	AM	Manaus	Aruak ³²	Aruak	19/12/2009
2	AM	Manaus	Conquista	Liberdade	24/09/2011
3	AM	Manaus	Liberdade ³³	Tucumã	20/11/2011
4	AM	Manaus	Mauá	Mauá	09/10/2015
5	AM	Parintins	Parintins	Puxirum	22/10/2011
6	BA	Canavieiras	BAMEX*	Moex	07/12/2013
7	BA	Ouriçangas	Fonte de Água Fresca	Kiriri	01/11/2012
8	BA	Salvador	Guine ³⁴	Samper	01/09/2009
9	BA	S. Francisco do Conde	Ouro Negro*	Manguezal	17/01/2017
10	CE	Acarape	Vale do Acarape	Vale e Palmares	23/06/2011
11	CE	Acaraú	Dunas de Aranaú	Timbaúba	04/06/2011
12	CE	Caucaia	Potira ³⁵	Potiguara	02/06/2011
13	CE	Choró	Sertanejo ³⁶	Sabiá	30/05/2008
14	CE	Fortaleza	Dendê Sol ⁸	Dendê(Sol)	10/01/2011
15	CE	Fortaleza	Pirambú ³⁷	Pirambú	28/11/2008
16	CE	Ibaretama	Serra Azul*	Ibaré	30/05/2008

³² Fechamento confirmado pelo e-mail da organização MOVIMENTO COMUNITÁRIO VIDA E ESPERANÇA (MCVE). [mensagem pessoal] 14 maio 2019.

³³ Confirmado fechamento por Vania, da Organização Social Ecoando Liberdade (OSEL) (VANIA. [comunicação pessoal] 9 abr. 2019).

³⁴ Segundo Farias, Garcia e Olave (2020, p. 190), o banco Guine “encerrou suas atividades em 2014”.

³⁵ Segundo Antonio, coordenador da Associação Tancredo Neves – organização que era gestora do banco comunitário Potira, faz mais de 10 anos que está fechado e não possui qualquer conhecimento sobre o E-Dinheiro (ANTONIO FERNANDO SILVA. [comunicação pessoal] 12 abr. 2022).

³⁶ Costa (2019, p. 33) afirma que encerraram suas atividades.

³⁷ Confirmado fechamento com o Instituto Palmas (TAINARA. [comunicação pessoal] 6 maio 2022).

Tabela 4 - Bancos comunitários fechados (Continuação)

17	CE	Itarema	Tremembé*	Ita	01/05/2008
18	CE	Juazeiro do Norte	Timbaúbas	Timba	01/06/2011
19	CE	Monsenhor Tabosa	Serra das Matas	Serra	29/05/2008
20	CE	Palhano	Artpalha ³⁸	Castanha	28/05/2008
21	CE	Palmácia	Serrano*	Palmeira	17/12/2005
22	CE	Pacatuba	Pacatubanco ³⁹	Paca	08/07/2011
23	CE	Quixadá	Quixadá*	Monólitos	28/06/2011
24	CE	Santana do Acaraú	Banco Solidário de Santana do Aracaú (BASSA) ⁴⁰	Santana	03/11/2005
25	CE	Tauá	Quinamuiu	Quinamuiu	16/01/2008
26	DF	DF	Itapoã ⁴¹	Atitude	29/12/2014
27	ES	Vitória	Puã ⁴²	Puã	25/04/2012
28	MG	Esmeraldas	Esmeralda ⁴³	Esmeralda	22/11/2012
29	MS	Anastácio	Pantanal ¹⁸	Pantaneira	05/02/2013
30	MT	Cuiabá	Aroeira ¹⁸	Lasca	2012
31	MT	Rondonópolis	Cerrado	Bacuri	16/03/2012
32	PA	Ananindeua	Paar ⁴⁴	Ananin	29/02/2012
33	PA	Belém	Caratateua*	Cará	15/02/2012
34	PA	Belém	Castanheira	Castanha	16/04/2013
35	PA	Currálinho	Rio Canaticu	Iaçá	22/06/2016
36	PA	Igarapé-Miri	Miri	Açai	17/01/2012
37	PA	Gurupá	Aldeinha	Mutirão	14/11/2011
38	PA	Jacundá	Paraíso	Sabiá	09/09/2011
39	PA	Marituba	Mari	Mari	24/03/2013
40	PA	Muaná	Pracuubense	Pracuúba	06/04/2016

³⁸ Confirmado fechamento com Zuleide, do Grupo de Mulheres Artesãs Arte Palha, a qual informou que o banco não tinha relação com a associação, mas funcionava dentro do mesmo prédio (ZULEIDE SILVA. [comunicação pessoal] 18 abr. 2022).

³⁹ Rigo (2014) informa que a moeda já não circulava em 2012 e que o banco se encontrava temporariamente fechado. Tampouco conseguimos informações que possam confirmar sua operação.

⁴⁰ Segundo Silva Junior (2016, p. 80), “não se encontrava mais em operação”.

⁴¹ Afonso, da direção Central de Movimentos Populares – DF, organização que fazia a gestão do Banco Itapoã, afirmou que “não está mais ativo” (AFONSO MAGALHÃES. [comunicação pessoal] 17 maio 2019).

⁴² Cf. nota 21.

⁴³ Segundo Resgala (2019), “as atividades do banco Esmeralda estão atualmente paralisadas” e tampouco encontrou-se qualquer indício de operação.

⁴⁴ Segundo informação passada por Facebook, pela organização Bairro do Paar, o banco comunitário Paar deixou de funcionar em 2012 (mesmo ano da sua inauguração) (BANCO PAAR. [comunicação pessoal] 10 jan. 2020).

Tabela 4 - Bancos comunitários fechados (Conclusão)

41	PB	João Pessoa	Beira Rio	Ribeirinho	09/09/2008
42	PB	João Pessoa	Muçubank*	Muçu Real	12/06/2015
43	PI	Cajueiro da Praia	Caju da Praia*	Cajueiro	11/06/2008
44	PI	Parnaíba	Semear ^{45*}	Semear	11/06/2008
45	RJ	Duque de Caxias	Saracuruna	Saracura	14/09/2011
46	RJ	Rio de Janeiro	Cidade de Deus ⁴⁶	CDD	15/09/2011
47	RJ	Silva Jardim	Capivari ⁴⁷	Capivari	16/11/2010
48	RN	Pureza	Fonte de Desenv. de Pureza*	Cristalina	10/12/2016
49	RS	São Leopoldo	Pontes Solidárias ⁴⁸	Ponte	30/05/2009
50	SP	São Paulo	Vista Linda ¹⁸	Vista Linda	07/06/2009
51	SP	São Paulo	Auto Gestão ⁴⁹	Moradias em Ação	06/06/2009
52	SP	São Paulo	Apuanã	Apuanã	06/06/2009
53	SP	Várzea Paulista	Orquídea ¹⁸	Progressos	22/09/2012

Fonte: A autora, 2023 e * Garcia, 2010 e 2021.

Em 2020, devido a mudança de gestão na prefeitura, toda a rede do Projeto Acarape foi suspensa, incluindo o Banco Comunitário Vale do Acarape, no Ceará⁵⁰. As informações foram passadas por Pedro Henrique Alcino, coordenador do Projeto Acarape, que também informou que a moeda chegou a circular por quatro anos, o que contradiz a informação de Rigo (2014) que o banco nunca teve moeda social.

O BC Dunas de Aranaú, no Ceará, funcionou por dois anos, com a moeda local circulando em alguns comércios, mas no geral não foi aceita; tendo sido fechado e a prefeitura logo pediu o prédio onde funcionava⁵¹. Francisco Anastácio Souza, presidente da Associação Comunitária dos Agricultores e Pescadores Maria Camélia

⁴⁵ Garcia (2021) afirma que a moeda foi descontinuada em 2009, além do mais, a Associação de Moradores do Bairro de São Vicente de Paula, organização gestora do banco, encontra-se com seu CNPJ inapto.

⁴⁶ Oriente (2019) apresenta foto da sede do Banco Comunitário Cidade de Deus, tirada em 2018, dizendo que sua situação do mesmo é “fechado e sem operação”.

⁴⁷ Santos (2020) informa que Banco Comunitário de Capivari operou de novembro de 2010 até fevereiro de 2013, quando foi extinto.

⁴⁸ Inativo segundo Rigo (2014).

⁴⁹ Segundo Liliane Alexandre, da Casa de Cultura e Educação de São Luiz, uma das organizações gestoras do banco comunitário Gestão, o banco fechou em 2016 (LILIANE ALEXANDRE. [comunicação pessoal] 20 abr, 2022).

⁵⁰ PEDRO HENRIQUE ALCINO. [comunicação pessoal] 9 abr. 2022.

⁵¹ FRANCISCO ANASTÁCIO SOUZA. [comunicação pessoal] 11 abr. 2022.

de Souza – organização gestora do banco na época, disse que não quer mais se envolver com essa parte da associação. Relatou que, na época, até apoiou o banco, mas considera que foi mais uma propaganda política para poder alcançar o distrito de Aranaú, junto com desejos de algumas pessoas da comunidade.

[O BC Timbaúbas, em Juazeiro do Norte – CE,] fechou, em 2015, por vários motivos: falta de recursos, pois a UFCA encerrou a parceria e o banco não tinha meios para se sustentar; falta de conhecimento por parte de alguns membros do grupo gestor, que não receberam informações suficientes para conduzir o projeto ou não assimilaram as informações repassadas; desentendimento entre os associados da instituição gestora que não entendiam sobre a gestão do projeto e queriam tirar os diretores. Como a UFCA estava saindo do projeto, os diretores ficaram sem apoio, e não conseguiram administrar os conflitos.⁵²

O desenvolvimento do banco comunitário em Timbaúbas foi a segunda fase do processo de incubação do Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas (CDCT) pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários, da Universidade Federal do Cariri (ITEPS/UFCA), sendo que a primeira fase foi a estruturação, capacitação e mobilização da comunidade (MEDEIROS et al, 2012). No início de cada fase houve controvérsias: na primeira fase, devido a resistência à metodologia de incubação, tendo um associado deixado o CDCT; na segunda fase, pelo não entendimento da necessidade de um banco comunitário e até mesmo dúvida quanto à capacidade de gestão e credibilidade junto à comunidade, que foi minimizada depois das capacitações (Ibidem). De fato, a carência de mobilização comunitária foi apontada como uma das principais deficiências da proposta no bairro, além de terem tido problema para criar um fundo para o banco e destinar um local para suas instalações (Ibidem). Ressalto que a metodologia de incubação da ITEPS/UFCA parece que seguiu um plano pré-determinado, ou seja, não foi fruto da proposta da própria comunidade como supostamente deve ser a criação de um banco comunitário, sendo possivelmente um dos principais motivos para o fechamento do banco Timbaúbas, uma vez que a incubadora não estava mais envolvida na comunidade.

O Banco Serra das Matas fechou porque a Prefeitura de Monsenhor Tabosa – CE parou de cumprir o Convênio, pelo qual custeava 2 funcionários, segundo

⁵² MARIA HELENA DE ASSIS SOUZA. [comunicação pessoal] 6 maio 2022. Maria Helena foi Agente Bancária do Banco Timbaúbas.

Sebastião Messias⁵³, que era diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e representava o mesmo na Comissão que coordenava o banco comunitário Serra das Matas. O BC Saracuruna, em Duque de Caxias – RJ, “deixou de funcionar, no ano de 2013, por falta de articulação política” (ORIENTE, 2019). Já o BC Fonte de Água Fresca, em Ouriçangas – BA, “deixou de operar como banco comunitário e hoje atua apenas como correspondente bancário da Caixa Econômica” (FARIAS; GARCIA & OLAVE, 2020, p. 190). O BC Apuanã, em São Paulo – SP, fechou em 2016 ou 2017 por falta de recursos, informou analista de crédito da época⁵⁴.

No Pará, o único BC que se encontra em operação é o Banco Tupinambá, sendo que os demais fecharam, devido, em sua maioria, pela incapacidade de gerir o processo – um banco precisa de subsídios, de pessoal, espaço, vigia, todo um custeio que em sua maioria era de parcerias públicas⁵⁵. No Amazonas, devido à falta de apoio do governo, nenhum BC funciona mais, de acordo informação passada Aldenor S Maciel⁵⁶, que trabalhou no Instituto Capital Social Amazônia.

A presidente da associação Dando as Mãos, organização gestora do BC Cerrado, em Rondonópolis – MT, disse que ainda precisam voltar a trabalhar a moeda e o crédito, mas que são poucas pessoas hoje para se dedicar a esse projeto; até chegaram a fazer recarga de celular e pagar conta pelo E-Dinheiro, mas pararam, pois precisam de pessoal e de tempo. “Nosso foco é contribuir com o agricultor rural, que ele precisa vender o seu produto e a associação tem feito essa parte⁵⁷”.

[O BC Quinamuiu, em Tauá – CE,] funcionou de 2008 até 2010, mas a entidade gestora não teria tido “pernas” para acompanhar o crescimento do banco. Ou seja, a demanda por empréstimos foi superior à capacidade de atendimento, tendo sido arroladas dificuldades na gestão, que ocorria diretamente atrelada à dinâmica do STTR [Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá] (PAIVA, 2015, p. 321).

O BC Beira Rio, de João Pessoa – PB, em 2011, estava com suas ações “paralisadas por falta de recursos em função de um assalto ocorrido no banco”

⁵³ SEBASTIÃO MESSIAS. [comunicação pessoal] 22 abr. 2022.

⁵⁴ ELAINE. [comunicação pessoal] 22 abr. 2022.

⁵⁵ Cf nota 22.

⁵⁶ ALDENOR SOARES MACIEL. [comunicação pessoal] 29 abr. 2022.

⁵⁷ SUELI PINHEIRO. [comunicação pessoal] 29 abr. 2022.

(RAPOSO, 2014, p. 9) e no website da Rede Paraibana de Bancos Comunitários (2022) há informação que o banco Beira Rio não está mais em funcionamento.

A sede do banco estar longe dos seus beneficiários demonstra uma desterritorialização e dificuldade de apropriação do BC pela comunidade – possível contribuição para o fechamento do BC BASSA, em Santana do Acaraú – CE (SILVA JUNIOR, 2016, p. 80).

Resumindo, dentre os bancos confirmados como fechados, os motivos identificados para o seu fechamento são a falta de recursos financeiros, de pessoal e de tempo, insegurança, mudança de gestão ou falta de cumprimento do convênio pela prefeitura, falta de apoio do governo, dificuldade, incapacidade ou conflitos na gestão do banco, falta de articulação política e mesmo não aceitação pela comunidade.

Identificamos que pelo menos 35 dos 54 bancos fechados receberam recursos públicos, pela então Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), principalmente para a sua estruturação e abertura, o que implicava ter um agente de crédito cujo seu salário era pago com tais recursos. Em mais de um banco encontramos relato de que, uma vez que o contrato do agente de crédito terminou, as atividades do banco comunitário não tiveram continuidade. No relatório de uma das organizações responsável por tais recursos, encontramos que “a contribuição financeira temporária de um agente externo para a prática de atividades próprias do agente de crédito tende a fragilizar a manutenção do mesmo quando a fonte de recursos se esgota” (FRANÇA FILHO et al, 2015, p. 14).

O fato de os bancos comunitários se ampararem em recursos públicos, sejam monetários ou físicos – como a disponibilização de espaço por prefeituras para o seu funcionamento – deixa-os à mercê de ciclos políticos. Não é incomum a descontinuidade de bancos comunitários quando há troca de gestão e o novo político eleito não simpatiza com o projeto ou mesmo não quer dar continuidade a algo que seu oponente político começou.

Abrir um banco comunitário, mantê-lo em funcionamento e sua moeda social em circulação não é uma tarefa simples ou fácil. Segundo relato Gilvan Cleber⁵⁸, coordenador de projetos de bancos comunitários do Instituto Capital Social da Amazônia – uma das cinco organizações que recebeu recursos públicos pela SENAES, eles trabalharam em aproximadamente 40 comunidades para conseguir

⁵⁸ Cf nota 22.

fomentar 23, pois muitas não dão conta do encargo que é organizar a comunidade, disponibilizar recursos, espaço, captar recursos. Gilvan relata que era uma metodologia muito complicada, a qual colocava toda a responsabilidade para a comunidade, que **quando tinha lideranças fortes e apoios externos**, funcionava, mas sem isso era muito difícil. Afirma também que muitos bancos fecharam pela incapacidade de gerir o processo, o banco precisa de subsídios, de pessoal, de espaço, de energia, todo o custeio que na sua maioria era de parcerias públicas. Ora, a própria metodologia pressupunha que o interesse deveria partir da comunidade e que a mesma deveria gerir o banco. Se a responsabilidade das comunidades estava sendo demasiada, talvez elas não estivessem preparadas para ter um banco comunitário e tampouco com os incentivos adequados para tanto, pelo menos dentro do prazo estabelecido pelo edital.

Pela característica das localidades foco de implementação de bancos comunitários, isto é, geralmente comunidades pobres das periferias das cidades, o nível de escolaridade e qualificação profissional das pessoas envolvidas tende a ser relativamente baixos, o que acarreta em desafio adicional à gestão (CARVALHO, 2015).

Pesquisa prévia expõe desafios estruturantes para a criação de um banco comunitário como a dificuldade na obtenção de recursos para constituição e manutenção de fundo de crédito; problemas na constituição de fundos para a formação do lastro para a moeda social; e o desafio relativo à construção da rede de aceitação da moeda no território (RIGO, 2014). Na perspectiva do banco em operação, aponta-se dificuldade de gestão e de garantia de sustentabilidade independente de projetos governamentais (SILVA JUNIOR, 2007).

Os bancos indefinidos são aqueles cuja situação permaneceu uma incógnita, pois não foi possível identificar a sua situação por uma fonte considerada válida, isto é, por fonte primária ou mesmo pesquisa bibliográfica e documental. Em sua maioria, Garcia (2021) indica que provavelmente tais bancos estão fechados. Veja na tabela 5 a lista dos bancos com situação indefinida.

Tabela 5 – Bancos comunitários com situação indefinida

#	UF	Município	Banco Comunitário	Moeda Social	Início BC
1	AC	Rio Branco	Vitória	Arco Iris	30/09/2011
2	AP	Laranjal do Jarí	Farol	Centelha	28/11/2012
3	CE	Beberibe	Bandesb	AB	2007
4	CE	Caridade	Pe. Quiliano	Caribelo	30/05/2008
5	CE	Chorozinho	Rio Choró	Castanha	31/05/2011
6	CE	Fortaleza	RioSol	Rios	04/06/2008
7	CE	Fortaleza	Bandesce	Horto	2008
8	CE	Fortaleza	São Cristóvão	São Cristóvão	2009
9	CE	Irauçuba	Bancart	Tá	11/2005
10	CE	Irauçuba	Amizade	Cactos	31/05/2008
11	CE	Irauçuba	Juazeiro	Cactos	31/05/2008
12	CE	Madalena	Bansol	Sol	29/05/2008
13	CE	Maranguape	Empreendedores de Maranguape (BEM)	Prata	07/06/2006
14	CE	Maranguape	Itapebussu	Itapebussu	2008
15	CE	Mauriti	Buriti	Grão	09/06/2011
16	CE	Ocara	Ocards ⁵⁹	Tupi	30/05/2008
17	CE	Paracuru	Par	Par	01/09/2004
18	CE	Parmoti	Frei Diogo	Paz	16/05/2008
19	CE	Tamboril	Feiticeiro	Acaraú	29/05/2008
20	GO	Iporá	Pequi	Pequi	20/12/2012
21	MA	Alcântara	Quilombola	Guará	20/11/2007
22	PB	Remígio	Cinco Lagoas	Reis	13/12/2019
23	SE	Barra de Coqueiros	Dunas	Dunas	27/06/2012

Fonte: A autora, 2023.

Tabela 6 - Bancos comunitários parados

#	UF	Município	Banco Comunitário	Moeda Social	Início BC
1	PI	Esperantina	Retiro	Longá	01/05/2017
2	PB	Pombal	Maringá	Margarida	03/12/2016

Fonte: A autora, 2023.

O Banco Comunitário Retiro, em Esperantina – PI, está se reestruturando para poder operar novamente, mas sem uma previsão⁶⁰. O Banco Comunitário Maringá, em Pombal – PE, encontra-se com as atividades paradas desde o período da pandemia, mas estão se articulando para voltar a operação, sendo a principal

⁵⁹ Não conseguimos confirmar a situação atual do banco, mas Rigo (2014) afirma que a moeda não circulava em 2012.

⁶⁰ RAIMUNDO. [comunicação pessoal] 3 jul. 2023.

necessidade um agente de crédito e recurso de lastro para fortalecer os empréstimos nas linhas de consumo e produção e assim fortalecer as demais atividades⁶¹.

Tabela 7 – Bancos comunitários operantes (Continua)

#	UF	Município	Banco Comunitário	Moeda Social	Início BC
1	AL	Igaci	Olhos D'Água*	Terra	22/07/2016
2	BA	Cachoeira	Quilombola do Iguapé ⁶²	Sururu	20/11/2013
3	BA	Cairu	Casa do Sol*	Tinharé	15/09/2009
4	BA	Camaçari	Abrantes Solidário	Abrantes	18/11/2014
5	BA	Salvador	Santa Luzia*	Umoja	29/03/2017
6	BA	Simões Filho	Eco-Luzia*	Trilha	18/12/2005
7	BA	Vera Cruz	Ilhamar	Concha	05/05/2008
8	CE	Fortaleza	Palmas	Palmas	20/01/1998
9	CE	Maracanaú	Paju*	Maracanã	26/12/2006
10	DF	DF	Estrutural	Conquista	05/06/2012
11	ES	Cariacica	Sol	Girassol	28/11/2008
12	ES	Vila Velha	Terra	Terra	25/11/2015
13	ES	Vila Velha	Verde Vida	Verde	08/05/2008
14	ES	Vitória	Bem	Bem	06/10/2005
15	MG	Chapada Gaúcha	Chapadense	Veredas	10/09/2009
16	MG	Teófilo Otoni	Banclisa	Lisa	24/11/2012
17	MS	Dourados	Pirê*	Pirapirê	02/06/2006
18	MS	Pontaporã	ITA*	ITA	09/05/2012
19	PA	Belém	Tupinambá ⁶³	Moqueio	16/02/2009
20	PB	João Pessoa	Jardim Botânico ⁶⁴	Orquídea	27/04/2013
21	PB	Lagoa de Dentro	Lagoa ⁶⁵	Tintim	02/04/2016
22	PI	Porto	Porto Marruás ⁶⁶	Marruás	21/01/2017
23	PI	Pedro II	Rede Opala ⁶⁷	Opala	08/06/2012

⁶¹ JUCELI ALMEIDA. [comunicação pessoal] 1 ago. 2023.

⁶² Confirmado funcionamento por ANANIAS VIANA. [comunicação pessoal] 25 maio 2019.

⁶³ Confirmado funcionamento por MARIVALDO DO VALE SILVA. [comunicação pessoal] 23 mar. 2019.

⁶⁴ Confirmado funcionamento pelo INSTITUTO VOZ POPULAR, organização que cuida da gestão do Banco Jardim Botânico. [comunicação pessoal] 18 fev. 2019.

⁶⁵ Confirmado funcionamento com a pesquisadora MARIA LIGIA ISÍDIO ALVES. [comunicação pessoal] 26 jul. 2023.

⁶⁶ Confirmado funcionamento com PAULO HENRIQUE. [comunicação pessoal] em 30 out. 2019.

⁶⁷ Confirmado funcionamento com integrante da Obra Kolping do Piauí, organização que implementou o Banco Comunitário Rede Opala (RAIMUNDO JOÃO. [comunicação pessoal] 3 jul. 2023).

Tabela 7 – Bancos comunitários operantes (Conclusão)

24	PI	São João do Arraial	dos Cocais ⁶⁸	Cocal	12/12/2007
25	RJ	Niterói	Preventório	Prevê	13/09/2011
26	RN	São Miguel do Gostoso	Solidário do Gostoso**	Gostoso	21/12/2012
27	RS	Porto Alegre	Justa Troca*	Justo	09/11/2016
28	SP	Carapicuíba	Tonato	Estelas	24/11/2012
29	SP	São Bernardo do Campo	Padre Leo Commissari*	Commissari	13/07/2012
30	SP	São Carlos	Nascente	Vida	23/06/2012
31	SP	São Paulo	Paulo Freire*	Freire	27/06/2009
32	SP	São Paulo	União Sampaio	Sampaio	07/06/2009

Fonte: A autora, 2023; *Garcia, 2021; e **Nascimento, 2021.

Identificamos que pelo menos 28 (87%) dos 32 bancos operantes da tabela 7, receberam recursos públicos. O Banco Preventório é um exemplo de um banco que surgiu a partir de aporte da iniciativa privada e também foi beneficiado por recursos públicos, mas mesmo após a cessão de recursos público resiste, ainda que com suas atividades reduzidas. A característica da comunidade local associada ao treinamento recebido e à coragem das pessoas de assumirem a autogestão do banco, podem ser considerados como fatores importantes para sua persistência.

Dentre os bancos comunitários identificados como operantes, não conseguimos precisar se todas as MLC continuam em circulação. Temos as informações a seguir, que podem ser encontradas de forma resumida na tabela 8:

- No Banco Abrantes Solidário, em Camaçari – BA, a moeda já não circula mais, segundo secretária do Banco / Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Costa dos Coqueiros⁶⁹.
- No Banco Estrutural, no Distrito Federal, a moeda em papel não está sendo utilizada e estão trabalhando com o E-Dinheiro, segundo informação obtida com Deuzani Candido Noletto⁷⁰, integrante do Conselho Gestor do Banco Comunitário Estrutural.
- No Banco Terra, em Vila Velha – ES, a moeda com o mesmo nome não circula desde meados de 2012 (RIGO, 2014).

⁶⁸ Confirmado funcionamento com então representante do Banco dos Cocais (MAURO RODRIGUES. [comunicação pessoal] 29 out. 2019).

⁶⁹ JOSEFA APARECIDA CARRENHO. [comunicação pessoal] 5 maio 2022.

⁷⁰ DEUZANI CANDIDO NOLETO. [comunicação pessoal] 10 maio 2022.

- O Banco Bem, em Vitória – ES, ainda mantém a moeda física e, desde outubro de 2015, aderiram ao E-Dinheiro⁷¹.
- No Banclisa, em Teófilo Otoni – MG, sua MLC circula em uma proporção menor, devido à ainda não terem recursos financeiros para colocar em prática as ações planejadas das linhas de crédito. No momento, a moeda circula em poucos pontos comerciais da comunidade, mais especificamente na avenida principal, em torno da sede do banco comunitário, na drogaria João XXIII, na padaria Favos de Mel, no supermercado Teófilo Otoni, na mercearia do Jarbas e no salão de beleza da Vaninha. A moeda também é aceita na Central de Comercialização Solidária do Vale do Mucuri e, fora do bairro, no restaurante popular Irmã Zoé, no centro da cidade. Está em articulação para ser lançada ainda em julho de 2023, no restaurante universitário da UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri). Aderiram ao E-Dinheiro desde 2015 e, em 2021, a Associação Aprender Produzir Juntos (APJ) implantou a política de pagamento de salários dos seus colaboradores na moeda social Lisa, na modalidade E-Dinheiro. As informações referentes ao Banclisa foram passadas por Maria Soares Figueiredo, gestora do banco⁷².
- No Banco Sol, em Cariacica – ES, a MLC foi lançada em dezembro de 2010 e deixou de circular em 2017, hoje utilizam o E-Dinheiro – informação passada pela Associação Costumes Artes⁷³.
- No Banco Nascente, em São Carlos – SP, a moeda deixou de circular em 2016 (GARCIA, 2021).
- No Banco Preventório, em Niterói – RJ, a moeda física circulou de 2010 à 2016 e, em 2022, tentaram retomar a moeda, mas com o lançamento

⁷¹ LEONORA MOLL. Pesquisa sobre Moedas Sociais. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <liliankfiala@gmail.com> em 30 abr. 2019.

⁷² MARIA SOARES FIGUEIREDO. [comunicação pessoal] 13 jul 2023.

⁷³ ASSOCIAÇÃO COSTUMES ARTES. [comunicação pessoal] 23 maio 2023.

da moeda local⁷⁴ pela Prefeitura do Município de Niterói no mesmo ano, a moeda do banco foi descontinuada – informação passada pelo coordenador do banco, Marcos Rodrigo⁷⁵.

- No Banco Tonato, em Carapicuíba – SP, estão trabalhando apenas com o E-Dinheiro, segundo Maria do Carmo Rodrigues⁷⁶, coordenadora do Banco Tonato.
- O Banco Chapadense, na Chapada Gaúcha – MG, encontra-se com as atividades de microcrédito suspensas e as notas menores da sua MLC (2, 3 e 5) circulam principalmente para troco – informação passada por Meyre Gobira⁷⁷, Agente de Desenvolvimento Local.
- No Banco Padre Leo Comissari, em São Bernardo do Campo – SP, a moeda física deixou de circular em 2016 – segundo Garcia (2021), tal fato ocorreu devido à adesão do E-Dinheiro, em 2015, pois na época se recomendava que ao aderir o e-dinheiro a moeda local fosse descontinuada, o que foi alterado mais tarde.
- O Banco União Sampaio, em São Paulo – SP, permanece em funcionamento e sua moeda circulando⁷⁸.
- No Banco Palmas, precursor de todos os BCD do Brasil, a moeda parou de ser emitida em novembro de 2015 (OLIVEIRA, 2016). Em 2013, já se identificava o desuso da moeda Palmas, sendo o principal motivo a falta de interesse dos residentes locais – em pesquisa com 97 pessoas, 16 já utilizaram a moeda Palmas e apenas 3 ainda permaneciam utilizando (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017). Foi identificado que o banco Palmas diminuiu seus esforços de divulgação na moeda, o que pode ter afetado esse interesse dos residentes, uma vez que há rotatividade frequente de moradores e negócios locais (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017), isto é, se

⁷⁴ Aqui trata-se da moeda Arariboia, do Banco de mesmo nome, mas como é uma iniciativa da prefeitura para política de transferência de renda e sua utilização iniciou-se pelo e-dinheiro não foi considerada nesta pesquisa.

⁷⁵ MARCOS RODRIGO. [comunicação pessoal] 3 jul. 2023.

⁷⁶ MARIA DO CARMO RODRIGUES. [comunicação pessoal] 22 abr. 2022.

⁷⁷ MEYRE GOBIRA. [comunicação pessoal] 6 maio 2022.

⁷⁸ MATILDE. [comunicação pessoal] 26 abr. 2022.

novos moradores não sabem da existência da moeda local nem como utiliza, não a utilizarão. Ainda, com assalto ao Banco Palmas, em janeiro de 2013, no qual foram levadas aproximadamente 6 mil Palmas, a moeda foi tirada de circulação momentaneamente (RIGO, 2014). Atualmente, o Banco Palmas utiliza apenas a moeda digital, pelo E-Dinheiro⁷⁹.

Tabela 8 – Situação das moedas locais circulantes de bcd operantes

#	UF	Banco Comunitário	Moeda	Situação Moeda Física	E-dinheiro
1	CE	Palmas	Palmas	Não cirucla	Sim
2	BA	Abrantes Solidário	Abrantes	Não circula	N.I.
3	DF	Estrutural	Conquista	Não circula	Sim
4	ES	Sol	Girassol	Não circula	Sim
5	ES	Terra	Terra	Não circula	N.I.
6	ES	Bem	Bem	Sim	Sim
7	MG	Banclisa	Lisa	Sim	Sim
8	MG	Chapadense	Vereda	Sim	N.I.
9	RJ	Preventório	Prevê	Não circula	N.I.
10	SP	Tonato	Estelas	Não circula	Sim
11	SP	Padre Leo Comissari	Comissari	Não circula	Sim
12	SP	Nascente	Vida	Não circula	N.I.
13	SP	União Sampaio	Sampaio	Sim	N.I.

Fonte : A autora, 2023.

Um dos motivos para a dificuldade de manter a circulação das moedas sociais é a necessidade de lastro e a falta de recursos ou de parceiros para mantê-la⁸⁰. O principal desafio da utilização da moeda social nas localidades está relacionado com a construção de uma rede que a aceite, especialmente entre negócios – dependente de uma constante atividade de divulgação (RIGO, 2020). Tais atividades envolvem reuniões com associações e lideranças locais, palestras, peças teatrais, materiais de divulgação (cartazes, faixas, panfletos etc.) (RIGO, 2020).

A longevidade dos BCD pode estar correlacionada com a existências de processos de planejamento estratégico. De fato, dois dos BCD mais longevos, Palmas e Bem, possuem tais processos bem desenvolvidos (CARVALHO, 2015). Também possuem uma liderança reconhecidamente forte, constante e presente, além de terem se tornado replicadores da metodologia de bancos comunitários em outras regiões e, conseqüentemente, terem recebido por isso. Neste contexto, podemos questionar se

⁷⁹ JOÃO JOAQUIM DE MELO NETO SEGUNDO. [Comunicação pessoal] 7 dez. 2023.

⁸⁰ LEONORA MOLL. Pesquisa sobre Moedas Sociais. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <liliankfiala@gmail.com> em 10 abr. 2019.

não é pela forte liderança que tais BCD que, além de terem fortalecido seu território com todas as adversidades que podem ter encontrado, se propuseram a auxiliar outras iniciativas. Isto é, uma pessoa que possui como propósito pessoal de contribuir para sua própria comunidade e mudar a realidade.

A pré-existência de uma organização local pode ser considerada como fator essencial para o sucesso dos bancos comunitários (PUPO, 2022a), mas não é determinante. Podemos encontrar vários casos cuja fundação da organização gestora antecede a criação do banco comunitário e, mesmo assim, não está ativo.

3.4 Considerações Finais

Muitos bancos comunitários iniciaram sua operação inspirados pelo Bancos Palmas – a primeira iniciativa do gênero, mas parece que poucos trilharam o mesmo caminho de sucesso. Dos 110 bancos comunitários com moedas locais conversíveis identificados neste trabalho, apenas 32 (29%) continuam em operação, 53 (48%) estão fechados, 2 (2%) estão com suas atividades paradas e 23 (21%) estão com sua situação indefinida pois não conseguimos confirmar qual seria situação atual, mas possivelmente também estejam fechados. Todavia, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) lista 120 bancos filiados⁸¹ atualmente em seu website.

A pequena quantidade de bancos em operação elucida que pode haver fragilidades na metodologia de criação dos bancos comunitários e circulação das suas moedas locais físicas. Há desafios para a manutenção da moeda local e do banco comunitário que não são superficiais, mas itens estruturantes para o sucesso das iniciativas, quais sejam: dificuldade na obtenção de recursos para constituição e manutenção de fundo de crédito; problemas na constituição de fundos para a formação do lastro para a moeda social; o desafio relativo à construção da rede de aceitação da moeda no território (RIGO, 2014); dificuldade de gestão do banco (SILVA JUNIOR, 2007; CARVALHO, 2015).

Percebe-se que a constituição e operação de um banco comunitário parte da premissa de se ter recursos financeiros externos à comunidade. Isso por si só, já traz um grande desafio, pois além de entender da operação de um banco comunitário e

⁸¹ Disponível em: <<http://edinheirobrasil.org/rede-brasileira-bancos-comunitarios/>>. Acesso em: 18 maio 2022.

desenvolver seus projetos, a organização gestora deve continuamente se preocupar com a captação de recursos. Paradoxo de praticamente toda organização não-governamental.

Em regiões mais isoladas, essa autora (2023) questiona se essa captação de recursos seria possível, uma vez que é preciso ter uma rede de contatos e realizar a articulação para captação de recursos para a continuidade de suas ações. Se tais populações já não tem acesso a serviços financeiros tradicionais, tampouco terão acesso a uma fonte de recursos financeiros externos. Será que a própria Rede Brasileira de Bancos Comunitários não poderia fazer esse trabalho de planejamento e articulação por todos os bancos associados na rede e, assim, propiciar os recursos financeiros e deixar os bancos comunitários focados no trabalho em suas próprias comunidades? Ao invés de todos os bancos comunitários se especializarem na captação de recursos, uma única organização central se especializa e pode ser mais eficaz no seu resultado. Será que o próprio princípio da economia solidária e autogestão seja um limitador para uma ação como essa?

Estruturar a atividade de um banco comunitário, com a principal atividade dependente de recursos externos limitados, não parece considerar a sustentabilidade do projeto no longo prazo. É o que vimos em alguns bancos comunitários criados a partir de edital governamental, quando os recursos financeiros cessaram, suas atividades foram suspensas.

Ao inverter a lógica de criação dos bancos comunitários, isto é, partir de iniciativa externa e não da comunidade, além de aparentemente ser mais difícil de implementar, o seu sucesso parece ser questionável. Pelo menos nos bancos criados pelo Instituto Capital Social da Amazônia, pois é o que possui o menor índice de êxito dentre as 5 organizações responsáveis pela replicação da metodologia a partir de edital da SENAES. Apenas 1 banco comunitário continua operante dos 16 bancos identificados que foram assessorados (banco que já existia previamente). Seria interessante realizar uma pesquisa mais aprofundada para entender o porquê das diferenças da efetividade do projeto. Tanto no decorrer da pesquisa direta, quanto documental, encontrou-se relato que a comunidade desistiu de criar o banco comunitário. Gilvan nos deu alguns potenciais justificativas para tal, como o enorme trabalho envolvido, que a comunidade não dá conta e funcionava apenas quando tinha uma liderança forte, mas deixou claro que pode haver outras questões envolvidas. O antigo presidente da organização gestora do banco Dunas de Aranaú relatou que o

processo de constituição do banco estava mais para uma ação política e que não queria mais se envolver.

Pode-se aventar que não houve o devido engajamento e comprometimento por parte da comunidade, criando um vínculo por vezes assistencialista ou, como Ferreira (2018, p. 110) apontou em seu estudo, uma fonte de “emprego tradicional, com limitações para o exercício da construção coletiva; isso demonstra as barreiras enfrentadas para colocar em prática a autogestão”.

O alto nível de complexidade da implementação de um banco comunitário, bem como a responsabilidade de gerir recursos financeiros pode ser visto como desafios para a população dos territórios foco. Aspecto que pode ser percebido no relato de Sonia Rodrigues, fundadora do Banco Preventório: “é uma responsabilidade muito grande, [...], a gente não sabia de nada, nós fomos muito corajosos de entrar em um projeto desse e sermos responsáveis, somos corajosos” (FERREIRA, 2018). Ultrapassar o medo é uma das barreiras iniciais a ser enfrentada para garantir o engajamento, tanto que o projeto em Arapoanga – DF não houve adesão, quando a comunidade percebeu que se tratava de autogestão.

Possivelmente um dos maiores desafios, e talvez o primeiro, é ter pessoas engajadas com o seu território e com o projeto, tanto quanto obter os recursos financeiros. Com isso, torna-se mais fácil criar a rede de aceitação da moeda, suplantando a dificuldade da gestão do banco, que se apresenta como um grande desafio e responsabilidade para pessoas de realidades muitas vezes simples, que porventura nunca mexeram em um computador.

Apesar de esta pesquisa ter destacado as possíveis dificuldades dos bancos comunitários e principalmente como eles têm sido desenvolvidos, isso de modo algum invalida os bancos comunitários que obtiveram sucesso e estão ativos. Lembramos que o foco primário dessa pesquisa foi fazer um estudo quantitativo, mapeando os bancos comunitários que possuíam moedas locais conversíveis físicas e identificando a situação dos mesmos, tendo como objetivo secundário marginal, o caráter descritivo exploratório quanto ao porquê da situação do banco, explorado muito mais em casos de banco fechados. Estudo que teve suas dificuldades, mesmo antes da pandemia. Conseguir um ponto de contato com os bancos comunitários já não era fácil, com a pandemia a pesquisa também foi paralisada por um tempo, sendo continuada posteriormente. A dificuldade permaneceu, como pode ser vista pela lista de bancos

indefinidos, com os quais não foi possível obter qualquer contato, nem confirmar por pesquisa documental ou bibliográfica sua situação.

Talvez as moedas locais físicas, objeto desse estudo, estejam com os seus dias contados. A Rede Brasileira de Bancos Comunitários, guiando-se por um arcabouço legal de fintechs, vem promovendo a moeda social eletrônicas, o E-Dinheiro, e amparada numa lei e projeto lançado pela prefeitura de um município para programas de transferência de renda. Nessa metodologia, devido à fonte constante de recursos distribuídos com a moeda, há uma entrada de receita igualmente constante para o banco comunitário, o que, aparentemente, garante melhor sustentabilidade do banco comunitário – fator problemático para iniciativas de base comunitária.

4 MOEDAS ELETRÔNICAS NO BRASIL

Em 2013, saiu a Lei 12.865, na qual passaram a fazer parte do Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB) arranjos e instituições de pagamento. Instituições de pagamento são pessoas jurídicas não financeiras que executam os serviços de pagamento no âmbito do arranjo (conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de serviço de pagamento ao público) e que são responsáveis pelo relacionamento com usuários finais do serviço de pagamento. Tal ação visava ampliar o acesso da população a serviços eletrônicos de pagamento, tanto por meio da criação do ecossistema de pagamentos instantâneos, no médio prazo, como por meio do incentivo ao uso do cartão de débito, que é um serviço considerado essencial, no curto prazo. Assim, também, objetivava-se que o meio de pagamento eletrônico fosse o novo normal, para diminuir a quantidade de circulação de papel-moeda, que tem um alto custo para a sociedade. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

Esse arcabouço legal foi a base que permitiu o surgimento de moedas eletrônicas no Brasil e na qual o E-Dinheiro, apresentado a seguir, está amparado.

4.1 Moedas sociais eletrônicas em BCD

Desde 2012, buscou-se opções para facilitar as transações com a moeda social por um meio eletrônico de pagamento (cartão de crédito e débito) no Banco Palmas, mas que não obteve sucesso inicialmente⁸².

[Reconheciam que] isso conferiria maior segurança e praticidade nas relações de compra e venda, bem como um custo menor para o usuário (morador e empreendimento). De acordo com Joaquim Melo Neto, seria possível também reverter a taxa que é paga pelos usuários para as operadoras de cartão crédito⁸³ para o BCD. Este volume de recursos seria convertido em fundos para empréstimo e para própria manutenção das atividades do banco. Sendo assim, em vez de os usuários pagarem taxas para operadoras de cartões tradicionais e “enviarem dinheiro para fora da comunidade”, o dinheiro ficaria no território para ser investido e redistribuído. Para Joaquim Melo Neto, esse é o futuro das Palmas e das moedas sociais no Brasil. (RIGO, 2014, p. 239).

⁸² Para saber mais detalhes sobre essas experiências ver Rigo (2014).

⁸³ Sob uma transação que é realizada pelo cartão de crédito há a incidência de uma 3% a 5%, a qual fica com a operadora do cartão.

Após muitas tratativas, em 2015, foi lançado o E-Dinheiro, uma moeda eletrônica social, que é utilizada por meio de um aplicativo em smartphones, com ou sem internet, conta corrente ou cartão de crédito. O E-Dinheiro foi desenvolvido em uma cooperação técnica entre o Instituto Banco da Periferia⁸⁴ e a empresa de tecnologia Moneyclip. Os serviços do app incluem: transferência de dinheiro entre usuários, pagamentos de compras no comércio local, recarga de celular, internet banking. Assim, suporta desde o usuário modesto, apenas com tecnologia SMS, até aquele que já possui uma conta corrente. Este sistema dispensa o comércio local da utilização de máquinas e do pagamento das mesmas para receber por suas vendas efetuadas via cartão de crédito. Além disso, com componente de educação financeira, o aplicativo permite ter o controle das despesas, apresentando gráficos mensais e comparativos com as despesas dos meses anteriores. Há a possibilidade de guardar algum dinheiro, como uma caderneta de poupança. Ao final do ano, 60 comunidades brasileiras, em 18 estados, tiveram suas moedas sociais convertidas também em formato eletrônico (CANTARINO BRASILEIRO, 2016), e até dezembro de 2016 foram movimentados pouco mais de 10 milhões de reais pelo aplicativo (INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA, 2016).

Em novembro de 2016, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, pelo Instituto Palmas, comprou o sistema E-Dinheiro da companhia que tinha feito seu desenvolvimento, a Moneyclip, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Apesar do E-Dinheiro já ser utilizado por vários BCD, a propriedade pela RBBC tornou possível que recurso de programas sociais fossem recebidos pelo aplicativo.

Esse sistema permite que os BCD operem transações financeiras sem intermediários e, portanto, pode ser aquela inovação que faltava para deixar os mesmos e as suas comunidades totalmente independentes do sistema financeiro tradicional. Além disso, auxilia na independência financeira dos BCD (BARRÊTO, CERIDONO; BUENO, 2015), visto que muitos dependem de financiamento público para sua manutenção, incluindo pagamento de trabalhadores dedicados, com agentes

⁸⁴ O Instituto Banco da Periferia foi criado em 2014 por membros da comunidade do Conjunto Palmeiras, fundadores do Banco Palmas, técnicos que compõem a equipe do Instituto Palmas e outros profissionais conhecedores da Metodologia dos Bancos Comunitários, para deixar o Instituto Palmas responsável apenas pela parte microfinanceira, devido à crescente demanda e rigor demandados pelos fornecedores de recursos financeiros (CAIXA e BNDES).

de crédito. Paula (2015) relatou que a intermitência no pagamento de subvenções governamentais influenciou o funcionamento de alguns BCD.

Segundo João Joaquim de Melo Neto Segundo, o E-Dinheiro faz a ponte entre a economia de mercado e a lógica da economia solidária, pois constitui um meio de geração de renda e sustentabilidade financeira aos BCD ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento comunitário e a emancipação humana (BARRÊTO, CERIDONO; BUENO, 2015).

4.2 Moeda locais em programas de transferência de renda

Se o BCD Palmas e sua moeda são um exemplo de uma iniciativa que surgiu de uma organização de base comunitária, a experiência em Maricá – RJ é completamente oposta. O Banco de Maricá e sua moeda, a Mumbuca, foram criados a partir de uma iniciativa do governo municipal, com a Lei Municipal nº 2.448, de 26 de junho de 2013, que instituiu o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá. A Mumbuca foi primeira moeda social digital do Brasil (CERNEV, 2019).

Esta política pública fomenta a economia solidária e está balizada pelos seguintes princípios: (i) articulação e integração com foco no caráter intersetorial e multidisciplinar, que permite atuar de forma integrada com o público a ser atendido; (ii) participação e controle social; (iii) descentralização e territorialização das ações; (iv) desenvolvimento local e sustentável; (v) autogestão, cooperação e solidariedade como foco de atuação. O projeto deveria ter sido iniciado antes, em 2010, mas devido a embates políticos, o prefeito, que elaborou o projeto a partir do conhecimento da experiência do BCD em Silva Jardim – RJ, não conseguiu aprovar a proposta na Câmara Municipal (FREITAS; EGYDIO, 2014).

Maricá, localizada a 130 km da capital fluminense, é a primeira cidade do Brasil a receber uma plataforma de pré-sal e, por isso, recebe royalties do petróleo. A prefeitura decidiu distribuir essa receita aos mais necessitados por meio de um auxílio pago na moeda social local criada. Portanto, esta receita seria apenas gasta nas empresas locais registradas. Todavia, Cernev e Proença (2016) esclarecem que a Mumbuca tem um ciclo de vida extremamente curto, pois o beneficiário recebe crédito no cartão magnético, gasta no comércio local, que então recebe de volta reais pelas compras realizadas. Inicialmente estimou-se que 75% dos 140 mil habitantes ganham

até três salários mínimos e que 13 mil famílias poderiam receber o auxílio (FREITAS; EGYDIO, 2014).

Os necessitados eram identificados pela prefeitura, que repassava a lista ao Banco Mumbuca, o qual, então, era responsável pela emissão do cartão magnético e pela entrega junto com a senha aos beneficiários. A Valeshop, empresa privada, se encarregava do registo dos comércios locais, bem como da entrega de uma máquina POS (*Points of Sales*), onde só poderia ser utilizado o cartão magnético Mumbuca. Este processo diferenciou-se da metodologia tradicional dos BCD, onde o agente de crédito do banco comunitário era o responsável pelas relações, para que se construísse proximidade e confiança. A escolha dessa tecnologia inicial se deu por um fator de segurança, pois durante a estadia do então secretário de Direitos Humanos de Maricá – RJ, Miguel Moraes, ao Banco Palmas, houve um assalto ao mesmo (FARIA, 2018), no qual mais 6 mil Palmas físicas foram levadas (RIGO, 2014).

Inicialmente, foram repassadas 70 Mumbucas para cada beneficiário, aumentando para 85 Mumbucas, cinco meses depois (FREITAS; EGYDIO, 2014), que passaram a 110 em julho de 2017, com 14 mil beneficiários, número que deverá aumentar para 16 mil (AMBRÓSIO, 2017). Em 2018, havia 419 negócios cadastrados e cerca de 1,7 milhão de reais injetados na economia local (COSTA, 2018). Quatro anos depois, em 2022, havia 12.608 comércios cadastrados e 67.562 contas ativas (PUPO, 2022b).

Foi apenas 4 anos após o início da experiência em Maricá – RJ que o Banco Mumbuca passou a ter caráter efetivamente comunitário. Em 2017, foi constituída a Associação Banco Comunitário Popular de Maricá, com um CNPJ próprio, com uma assembleia que elegeu a primeira diretoria, em 24 de maio (BANCO MUMBUCA, 2023). Até então, o Banco Mumbuca era gerido pelo Instituto Palmas, que venceu a licitação municipal, junto com funcionários contratados pela prefeitura – período considerado de incubação, isto é, de transferência de *know-how* do Instituto Palmas aos funcionários do projeto (BANCO MUMBUCA, 2023). Quando a Associação passou a assumir a gestão do Banco Mumbuca, passou a cuidar do projeto de ponta a ponta, desde a emissão de moeda até a relação contratual com os agentes envolvidos, fazendo a gestão pela plataforma E-Dinheiro, e o Instituto Palmas ficou com um papel de assessoria (CERNEV, 2019).

Em novembro desse mesmo ano, foi anunciado que a forma de repasse do auxílio governamental por Mumbucas mudaria. Até então, o cartão para o pagamento

do benefício era administrado pela empresa Valeshop a qual recebia 3% das transações realizadas nos comércios locais – o que caracterizava uma evasão de recursos da comunidade, uma vez que a empresa era de fora da região (FARIA, 2018). Nesse período, apenas pequenos estabelecimentos comerciais faziam parte da rede que aceitava as Mumbucas (PUPO, 2022b). Alguns problemas identificados no desenvolvimento do projeto corroboraram para essa alteração, quais sejam (CERNEV, 2019):

- i) Efeito negativo da circulação da Mumbuca, devido ao modelo tecnológico e a restrição da utilização da moeda pelos usuários do cartão. Tendo a moeda apenas um ciclo.
- ii) Falta de proximidade com a comunidade, pelo fato de haver apenas um único escritório, localizado na região central, para atender o município inteiro.
- iii) Problemas na governança, quem tinha a relação com os comerciantes e era gestora da plataforma digital era a Valeshop, ficando o Banco Mumbuca apenas com um papel operacional de repassar os recursos quando fosse indicado.

Cabe destacar certo descontentamento da população beneficiária com a restrição aos pequenos estabelecimentos comerciais, os quais geralmente possuíam preço maiores que estabelecimentos comerciais maiores (PUPO, 2022b).

A partir de fevereiro de 2018, o E-Dinheiro, sistema da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, passou a ser utilizado no repasse do valor, e o antigo cartão magnético passou a ser aceito apenas até abril. Nesse novo sistema, o valor total da taxa cobrado dos estabelecimentos comerciais é de 2%, sendo que 1% fica na localidade, indo para o fundo de crédito e desenvolvimento de outros projetos sociais do Banco Mumbuca, e 1% vai para RBBC para a manutenção do mesmo (PUPO, 2022b). A transferência entre usuários é gratuita e caso se queira fazer a conversão de Mumbuca para Real, é cobrada uma taxa de 1% dos usuários ou negócios (Ibidem). Os comerciantes locais parecem estar mais satisfeitos com esta nova tecnologia, pois não tinham mais que esperar de trinta a quarenta dias para receber, como ocorreu no esquema anterior, com as máquinas POS (BATISTA, 2017).

Com a tecnologia do E-Dinheiro, além de utilizar cartões com a tecnologia NFC (*Near Field Communication*) que não necessita das maquininhas, os beneficiários poderiam utilizar celular para fazer pagamentos ou transferências, seja

utilizando o aplicativo da plataforma E-Dinheiro em *smartphones* (CERNEV, 2019) ou por mensagens de texto SMS (*Short Message Service*) com celulares mais simples (PUPO, 2022b). Além disso, a plataforma E-Dinheiro permite que qualquer cidadão de Maricá, não apenas os beneficiários do programa social, abra uma conta corrente (concedendo inclusão financeira) e faça compras com Mumbucas, o que pode ser considerado um incentivo porque, como diz Costa (2018), existem algumas empresas que dão de 5 a 19% de desconto nas compras pagas com Mumbuca.

A abertura da utilização de Mumbucas a qualquer pessoa que quisesse utilizá-la, aliado a preços mais atrativos de estabelecimentos comerciais de grande porte, fez com que o cadastro de estabelecimentos comerciais também fosse aberto a qualquer negócio que quisesse se cadastrar para aceitar pagamento em Mumbuca – atendendo assim, uma demanda antiga da população (PUPO, 2022b). Com a ampliação do número de pessoas que utiliza a Mumbuca, os comerciantes acabam deixando cerca de 60% do faturamento na plataforma E-Dinheiro, isto é um indício de que a moeda passou a circular mais agora que no início do projeto (CERNEV, 2019).

Tabela 9 – BCD e moedas sociais criadas por leis municipais após Maricá-RJ

#	UF	Município	BCD/Moeda	Lei municipal de criação
1	AL	Limoeiro de Anadia	Livre	Lei nº 173, de 3 de abril de 2019
2	RJ	Itaboraí	Pedra Bonita	Lei nº 2.867, de 16 de abril de 2021
3	MG	Itabira	Facilita	Lei nº 5.271, de 3 de maio de 2021
4	RJ	Porciúncula	Elefantina	Lei nº 2.378, de 29 de junho de 2021
5	RJ	Cabo Frio	Itajuru	Lei nº 3.286, de 1o de julho de 2021
6	RJ	Niterói	Arariboia	Lei nº 3.621, de 30 de julho de 2021
7	RJ	Saquarema	Saqua	Lei nº 2.189, de 28 de janeiro de 2022
8	SE	Indiaroba	Aratu	Lei nº 645, de 23 de fevereiro de 2022
9	RJ	Iguaba Grande	Caboclinho	Lei nº 1.403, de 15 de março de 2022
10	MG	Resplendor		Lei nº 1.206, de 20 de dezembro de 2022
11	RJ	Macaé	Macaíba	Lei nº 5.075, de 03 de outubro de 2023
12	RJ	Petrópolis	Ipê Amarelo	Lei nº 8494 de 30 janeiro de 2023

Fonte: Silva e Pereira, 2022, p. 177 e a autora, 2023.

Apesar de ocorrer certo escoamento da renda local, com os grandes estabelecimentos comerciais fazendo parte da rede que aceita Mumbuca – 76% do número de compras eram realizadas nos mesmos (PUPO, 2022b), identificou-se que 23,8% dos comerciantes contrataram novos trabalhadores em virtude da moeda Mumbuca (SOUZA, 2018). Assim, encontramos uma certa contradição ao objetivo das moedas locais em ativar a economia local, uma vez que a abertura da aceitação da Mumbuca a grandes estabelecimentos comerciais pode levar ao vazamento da renda gasta nos mesmos, a exemplo do que foi visto na seção 2.2.

A experiência pioneira em Maricá – RJ, que comemora 10 anos em 2023, serviu de inspiração para a criação de programas governamentais de transferência de renda com a utilização de uma moeda local. Silva e Pereira (2022) fizeram uma compilação apontando nove novas experiências nesse mesmo modelo, que foi complementado por esta autora (2023), como pode ser visto na tabela 9.

Além das experiências listadas na tabela 9, identificou-se que o Sebrae de Minas Gerais tem apresentado propostas a algumas prefeituras para a criação de moedas locais de modo a fortalecer a economia da região (SANTANA, 2023).

4.3 Considerações finais

A Lei sobre as Sistemas de Pagamentos, de 2013, criou um arcabouço legal que possibilitou o amparo das moedas locais no ambiente digital. Antes, por mais que as moedas locais físicas não fossem consideradas ilegais, elas tampouco tinham sua validade reconhecida, ficando numa área cinzenta da legislação. Essa nova legislação também impulsionou a utilização do recurso de moeda eletrônica por governos municipais, a exemplo da experiência da Prefeitura de Maricá – RJ, que por ter uma fonte constante de recursos financeiros para repassar a população por programas de transferência de renda, se tornou o caso mais emblemático do tipo. Todavia, essa experiência tem algumas diferenças estruturantes da metodologia original de BCD e suas moedas sociais. Primeiro, que a moeda foi criada por força de lei pelo governo municipal ao invés de ser criada a partir da mobilização da própria comunidade. Outra inversão, foi que a moeda local foi criada antes do banco comunitário. Apesar de o aspecto comunitário ter assumido um papel um tanto quanto secundário, após 10 anos de experiência, os resultados corroboram para uma melhoria da economia local.

CONCLUSÃO

Essa tese começou com a intenção de aprofundar o olhar para as moedas complementares locais dentro da seara da Ciências Econômicas, tendo em consideração que a primeira experiência do gênero no mundo e no Brasil, com o Banco Palmas, passou a ser replicada de maneira ampla, inclusive com o fomento de recursos governamentais brasileiros, sendo objeto de política pública.

Todavia, ao iniciar a pesquisa de experiências de bancos comunitários de desenvolvimento (BCD) e suas moedas locais conversíveis, na paridade de um para um com o real, constatou-se um cenário não tão animador. Dos 110 BCD identificados com esse perfil no início da pesquisa, apenas 32 (29%) continuam em operação, sendo que 53 (48%) estão fechados, 2 (2%) estão com suas atividades paradas e 23 (21%) permanecem com situação indefinida, mas provavelmente fechados. E aqui já aparece a primeira contribuição dessa tese, isto é, proporcionar um panorama mais atualizado da situação dos bancos comunitários e suas moedas, especificamente, aquelas físicas conversíveis ao real.

Como resultado secundário dessa pesquisa, dentre os bancos identificados como fechados, verificou-se que os motivos para o seu fechamento estão atrelados a falta de recursos financeiros, de pessoal e tempo, insegurança, mudança de gestão ou falta de cumprimentos do convênio pela prefeitura, falta de apoio do governo, dificuldade, incapacidade ou conflitos na gestão do banco, falta de articulação política e mesmo não aceitação do projeto pela comunidade.

Quanto a moeda local física, os motivos para a dificuldade de mantê-la em circulação são a necessidade de lastro e a falta de recursos e de parceiros para mantê-la. Rigo (2020) já havia apontado que o principal desafio está relacionado a construção de uma rede que aceite a moeda, especialmente entre negócios – dependente de constante atividade de divulgação a ser realizada pelo BDC.

Apesar de apenas 29% dos BCD pesquisados permanecerem em operação, 32 experiências é um número considerável. Deve-se levar em consideração que cada lugar possui suas características, estruturas, instituições e cultura, mesmo dentro de um país. Assim, pode-se aventar que a metodologia estabelecida para a replicação da experiência de bancos comunitários não seja aplicável a qualquer lugar, mesmo que atendidos seus critérios iniciais. Ou mesmo que a inversão da lógica de início dos

bancos comunitários, iniciada por iniciativa governamental e não pela própria comunidade, por vezes não foi efetiva. Por vezes, uma lógica assistencialista e mesmo utilitarista foi encontrada em alguns BCD fechados, isto é, uma vez que não houve mais recursos financeiro para o pagamento do agente de crédito, o BCD deixou de existir.

A longevidade dos bancos em operação pode estar atrelada a processo de planejamento estratégico bem desenvolvidos, como acontece no Banco Palmas e Banco Bem (CARVALHO, 2015). Todavia, essa autora (2023) questiona se não é a presença de uma liderança forte, constante e presente que influencia de forma preponderante na longevidade do BCD. Banco Palmas e Banco Bem possuem João Joaquim de Melo Neto Segundo e Leonora Moll como suas lideranças, respectivamente, do início do projeto até hoje, inclusive tendo sido replicadores da metodologia em outras localidades. Viu-se na experiência na Costa Rica que há uma reconhecida preocupação com a seleção das lideranças e o seu comprometimento como um dos primeiros passos para dar sequência ao desenvolvimento de ECC. Ter pessoas engajadas e comprometidas em participar de todas as atividades necessárias para colocar um banco comunitário e sua moeda em operação, um trabalho complexo, é um dos principais desafios. Considerando o possível baixo nível de escolaridade, estruturar um banco comunitário pode ser um tanto quanto desafiador na percepção dos indivíduos locais, exigindo coragem. Identificou-se que na comunidade que possui uma liderança forte, o projeto do BCD geralmente tem mais chances de se desenvolver. Assim, sugere-se que o perfil dessa liderança, condições socioeconômicas, suas motivações e história de vida, sejam objeto de estudos futuros.

Além dessa questão estruturante a nível de pessoal, outro aspecto não menos importante são os recursos financeiros necessários para que o projeto possa operar. Rigo (2014) destaca a dificuldade de obtenção de recursos para constituição e manutenção e fundos de crédito, e também para formar o lastro da moeda social. Vimos que esses aspectos estão entre aqueles apontados na pesquisa apresentada nessa tese para o fechamento de bancos comunitários, além dos recursos para o pagamento do trabalho desenvolvido pelo agente de crédito. Assim, pode-se abrir uma reflexão sobre duas questões intrinsicamente relacionados: a autonomia das comunidades e os recursos financeiros externos e limitados.

Refletindo a partir das experiências de BCD criados pela iniciativa da SENAES, percebe-se que há uma inversão da lógica estabelecida na metodologia

inicial para o estabelecimento dos BCD, ou seja, a iniciativa não parte da comunidade. Nesse modelo, tantos os recursos financeiros como o tempo para o desenvolvimento do projeto ficam limitados ao prazo do edital. Ainda, por perceber-se que os recursos veem do governo, a comunidade pode não desenvolver sua autonomia e ficar numa posição passiva, isto é, esperando que os aspetos para operacionalização do BCD sejam resolvidos por outra parte e não assumindo sua responsabilidade. Ora, a própria metodologia dos BCD tem a justificativa de recursos financeiros advindos de fontes externas públicas (subsídios) atrelado a utilidade social de suas práticas (MELO NETO SEGUNDO, 2010). Com essa racionalidade, parece não haver muito espaço para se entender a prática do BCD e sua moeda como uma iniciativa autônoma e que, portanto, é de responsabilidade e dever da própria comunidade.

Neste aspecto da autonomia, há exemplo das ECC da Costa Rica, que após erros e aprendizados na sua metodologia, conseguiram estabelecer os incentivos adequados perante um desenho institucional da organização com direitos de propriedade definidos. Mesmo que FINCA seja uma organização de fora da comunidade, que leva a metodologia para o desenvolvimento das ECC, seu início não se dá sem que haja a análise da comunidade, com uma lista de 10 critérios, e o próprio comprometimento da comunidade, com um documento assinado pela liderança local, escolhida de forma democrática. Por vezes, encontrou-se relato de experiências de BCD que foram descontinuadas já em fases avançadas na metodologia (ver seção 2.4.1). Mesmo Joaquim de Melo expõe que preferem iniciar a metodologia com a esperança de que a comunidade se engaje uma vez tendo iniciado o processo (FRANÇA, 2011). Sugere-se avaliar se estabelecer um comprometimento mínimo da comunidade antes de se iniciar fases mais custosas da metodologia, como as capacitações, pode melhorar o sucesso da estruturação de novos bancos comunitários.

Ainda, tendo em vista tais reflexões, sugere-se como estudo futuro verificar, dentre 110 bancos comunitários identificados nessa pesquisa, se a existência de uma organização local prévia e seu tempo de existência até o início do projeto de banco comunitário, como uma proxy para autonomia, são significativos para a sucesso da experiência.

A moeda local não é e nem pode ser considerada uma ação isolada. Ela faz parte de uma série de ações sociais e serviços financeiros e bancários que o Banco Comunitário passa a realizar e oferecer. O desenvolvimento da comunidade como um

todo é fruto de ações integradas realizadas pelo Banco Comunitário. Assim, compreende-se que esta pesquisa não consegue captar a complexidade do contexto local e das relações ensejadas no território, sendo apenas um recorte da sua realidade e, portanto, deve ser considerada como tal.

As considerações feitas até o momento dizem respeito a metodologia de BCD tendo em vista suas MLC físicas, as quais podem estar com os seus dias contados. O Projeto de Lei nº 4.476/2023, aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) da Câmara dos Deputados, em 22 de novembro de 2023, e que ainda precisa ser aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), prevê, entre outras medidas, que as moedas sociais devem ser emitidas e transacionadas exclusivamente em forma digital, por meio de livro de registros descentralizados e público (como o blockchain) (JANARY JÚNIOR, 2023).

Desde 2012, o Banco Palmas buscou transformar sua moeda social para o formato eletrônico de modo a reduzir custos e dar mais comodidade às transações. A Lei 12.865/2013, foi o arcabouço necessário para dar legitimidade institucional as moedas sociais no formato eletrônico, lançado oficialmente em 2015 – o E-Dinheiro. Com a utilização de um aplicativo, por um lado, abstém o BCD dos custos de impressão de moedas locais e, por outro lado, pode fragilizar o aspecto de identidade local e senso de pertencimento (PUPO, 2022a). Assim, se com a moeda local física o trabalho de divulgação é um aspecto fundamental, passa a ser mais forte em moedas eletrônicas.

Com a moeda eletrônica (o E-Dinheiro), os BCD passam a ter uma fonte de recursos para a sua sustentabilidade financeira, fator que, como recém apontamos, era de preocupação constante, sendo motivo para o insucesso de algumas iniciativas. Mesmo assim, sua viabilidade está atrelada a quantidade e transações que são realizadas pelo sistema E-Dinheiro. Assim, garantir uma fonte constante de recursos que passe pelo mesmo seria o ideal. A RBBC já almejava que os recursos de programas sociais governamentais fossem repassados pela plataforma E-Dinheiro, o que garantiria que as taxas sobre as transações financeiras que vão para grandes bancos, fossem destinadas aos bancos comunitários, que poderiam formar seu fundo de crédito sem depender de recursos externos, além de garantir os recursos financeiros para pagar pelos seus custos operacionais e desenvolver outros projetos na comunidade.

A utilização de moedas locais para promover o desenvolvimento socioeconômico local ganhou nova atenção quando a Prefeitura Municipal de Maricá – RJ cria sua própria moeda para fazer a distribuição de recursos a população de seus programas de transferência de renda.

Nesse novo arranjo institucional, a Prefeitura então cria, por força de lei, uma moeda local e um banco local para fazer a gestão da moeda. Aqui, fica mais evidente o caráter assistencialista e, por isso, esta autora (2023) não considera adequado a utilização do termo comunitário. A moeda social passa efetivamente a ser um instrumento de política pública para que os recursos financeiros de programas de transferências de renda possam fazer um duplo papel, isto é, beneficiar quem precisa e aumentar a demanda local. Assim há o incentivo ao desenvolvimento de negócios locais, inclusive com a oferta de microcrédito, com recursos obtidos pela taxa das transações realizadas pela plataforma de meio de pagamento digital local.

Respondendo à problemática desta tese – como a moeda local complementar pode ser estabelecida e funcionar como ativadora da economia local? – identificou - se dois modelos para se criar uma moeda local no Brasil, quase sejam: aquele fruto de iniciativas de base comunitária, dentro de bancos comunitários de desenvolvimento e outro fruto de iniciativas de políticas municipais de transferência de renda. Sendo que a quantidade de recursos transacionados nessa moeda local é o principal fator ativador da economia local

Historicamente, foi o resultado positivo do primeiro modelo que inspirou as experiências mais recentes. Todavia, não há como negar que existe desafios consideráveis para se colocar em operação o banco comunitário e sua moeda local fruto de bases comunitárias.

Os recursos financeiros constantes no segundo modelo ensejam uma garantia de ativação da economia local, além da própria operação de da moeda e sustentabilidade do banco local. Todavia, perde-se o aspecto comunitário, pelo menos inicialmente, e a autonomia do banco, se é que é realmente desejável.

REFERÊNCIAS

- AMATO, M.; FANTACCI, L. Failures on the market and market failures: a complementary currency for bankruptcy procedures. *Cambridge Journal of Economics*, [Oxford], 40, p.1377-1395, 2016.
- AMBROSIO, M., Reajuste da moeda mumbuca será no dia 1º de julho. *Prefeitura de Maricá, Economia Solidária*, 30 maio 2017. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/2017/05/30/reajuste-da-moeda-mumbuca-sera-no-dia-1o-de-julho/>>. Acesso em: 2 ago. 2018.
- ANDRADE, J.; MARTINS, J.; OLIVEIRA, S. *Bancos Comunitários trabalham para o desenvolvimento da periferia de Brasília*. Economia Solidária no Distrito Federal, Suplemento Especial, edição 1, dez. Trabalho de conclusão de curso - Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), 2015. Disponível em: <https://issuu.com/marcelorubartelly/docs/revista_economia_solid_ria>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban). Serviços de pagamento eletrônico no Brasil: ações recentes do BCB. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Cidadania Financeira, 2018. p. 78-81.
- BANCO MUMBUCA. Anuário Especial 2013-2022. n.1, junho, 2023. Disponível em: <https://www.bancomumbuca.com.br/anuario_mumbuca_com_codigo_de_barras.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BANCO PALMAS. *20 anos Banco Palmas: conectados*, 10 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/Manifesto-Banco-Palmas-20-Anos.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2018.
- BARRÊTTO, I. de C., CERIDONO, J.G., BUENO, V.G. *Introdução da moeda eletrônica e seus impactos na comunidade: caso do Banco Palmas – CE*. Pesquisa Conexão Local. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, outubro, 2015.
- BARRY, J.; QUILLEY, S. Transition Towns: ‘Survival’, ‘Resilience’ and Sustainable Communities - Outline of a Research Agenda. *Ecopolitics Online Journal*, v.1, n.2, p. 12–31, 2011.
- BATISTA, J.A. Nova plataforma da Moeda Mumbuca é apresentada a comerciantes da cidade. *Prefeitura de Maricá, Economia Solidária*, 6 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/2017/12/06/nova-plataforma-da-moeda-mumbuca-e-apresentada-a-comerciantes-da-cidade/>>. Acesso em: 2 ago. 2018.
- BLANC, J. Les monnaies sociales: un outil et ses limites. Introduction générale. In: *Exclusion et liens financiers: monnaies sociales*. Rapport 2005-2006. Economica, p. 11-23, 2006. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00085784>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

BLANC, J. Classifying “CCs”: Community, complementary and local currencies’ types and generations. *International Journal of Community Currency Research*, [s.l.], v.15, p.4-10, 2011.

BRISTOL POUND. Local currencies: the rebellious act as it happened, 2017. Disponível em: <<https://bristolpound.org/local-currencies-the-rebellious-act-as-it-happened/>>. Acesso em: 2 ago 2018.

BRISTOL POUND. *About*, 2018. Disponível em: <<https://bristolpound.org/about/>>. Acesso em: 2 ago 2018.

BRIXTON POUND. *That is the Brixton Pound*, 2018. Disponível em: <<http://brixtonpound.org/what>>. Acesso em: 2 ago 2018.

BRUNNER, K.; MELTZER, A. The uses of money: money in the Theory of an Exchange Economy. *American Economic Review*, v. 61, p. 784-805, 1971.

CANTARINO BRASILEIRO. MoneyClip já transforma moedas sociais em dinheiro eletrônico por meio de app e-Dinheiro em 60 comunidades brasileiras, 28 de jan. 2016. Disponível em: <<http://cantarinobrasileiro.com.br/blog/moneyclip-ja-transforma-moedas-sociais-em-dinheiro-eletronico-por-meio-do-app-e-dinheiro-em-60-comunidades-brasileiras/>>. Acesso em: 2 ago 2018.

CARVALHO, H.J.R.de. A importância do planejamento estratégico para o desenvolvimento dos bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. *In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA*, 1, 2015, São Carlos. Anais... São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em <<http://conpes.ufscar.br/anais>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CARRANÇA, T. Coronavírus: moradores lançam 'banco da favela' para enfrentar queda em doações e fome na pandemia. *BBC News Brasil*, 2021. Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias/bbc/55748573_coronavirus-moradores-lancam-banco-da-favela-para-enfrentar-queda-em-doacoes-e-fome-na-pandemia.html> Acesso em: 21 out. 2021.

CARROL, M.; JIMÉNEZ, J.; PADILLA, M. Creating an Effective Leadership and Development System for FINCA Costa Rica. Proceedings of the 2020 Annual General Donald R. Keith Memorial Capstone Conference. *A Regional Conference of the Society for Industrial and Systems Engineering*. West Point, New York, April 30, 2020

CASTELLÓ, M.S. *Del Grameen bank a los bancomunales*. Revolución y Evolución de los microcréditos. 85 f. (Master en Desarrollo Internacional) – Programa da Facultat d’Informàtica, Universitat Politècnica de Catalunya Barcelona, 2004.

CASTRO, V.C. *Relatório de execução de convênios, termos de parcerias e acordo de cooperação*. Convênio 743994/2010. Report, Instituto Capital Social da Amazônia, 2013.

CERNEV, A.K. Mumbuca é Dinheiro. *Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração*, São Paulo, v. 9, n. 2, jul.-dez., 2019.

CERNEV, A.K.; PROENÇA, B.A. Mumbuca: a primeira moeda social digital do Brasil. *Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração*, São Paulo, v.6, n. 2, jul.-dez., 2016.

COLACELLI, M.; BLACKBURN, D.J.H. Secondary currency: an empirical analysis. *Journal of Monetary Economics*, v. 56, p. 295-308, 2009.

COLLOM, E. Community currency in the United States: the social environments in which it emerges and survives. *Environment and Planning A: Economy and Space*, [s.l.], v. 37, n. 9, p. 1565-87, 2005.

COOPER, R., 2012. Bristol launches city's local currency. *The Telegraph*, Finance, 18 September, 2012. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/finance/currency/9552347/Bristol-launches-citys-local-currency.html>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

COMMUNITY CURRENCIES IN ACTION (CCIA). *People powered money: designing, developing and delivering community currencies*. London: New Economics Foundation, 2015.

COSTA, L. Prefeito Fabiano Horta abre sua conta no Banco Mumbuca. *Prefeitura de Maricá*, Economia Solidária, 28 maio 2018. Disponível em: <<https://portalantigo.marica.rj.gov.br/2018/05/28/prefeito-fabiano-horta-abre-sua-conta-no-banco-mumbuca/>>. Acesso em: 1 dez 2023.

COSTA, T.L.C. *Moeda social e bancos comunitários: análise de dois circuitos monetários alternativos no Piauí*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, 2019.

DIÓGENES, C.G.B.; SEGATTO, A.P.; BISCAIA, H.P. Tecnologias sociais para inclusão e transformação social: caso do microcrédito. *XV SEMEAD*, 2012. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/15semead/resultado/trabalhosPDF/363.pdf>> Acesso em: 20 maio 2022.

DITTMER, K. *Alternatives to money-as-usual in ecological economics: a study of local currencies and 100 percent reserve banking*. Doctoral Dissertation (Ph.D Programme in Environmental Science and Technology) – Institut de Ciència i Tecnologia Ambientals, Universitat Autònoma de Barcelona, 2014.

DICKEN, P. Questionando a globalização; Corporações transnacionais: principais acionadores e formadores da economia global. In: DICKEN, P. *Mudança Global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial*. Porto Alegre: Bookman, 2010. p. 23-51; 125-157.

DOWD, K.; GREENAWAY, D. Currency Competition, Network Externalities and Switching Costs: Towards an Alternative View of Optimum Currency Areas. *The Economic Journal*, Oxford, v. 103, n. 420, p. 1180-89, 1993.

DYMSKI, G. Exclusão e eficiência: a transformação global do core banking, um estudo para o Brasil. In: DE PAULA, L.F., OREIRO, J. (Org.). *Sistema Financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. p.255 a 283.

EPSTEIN, G. Introduction: Financialization and the World Economy. In: *Financialization and the world economy*. Northhampton: Edgar Edgar, 2005.

EXETER POUND.2018. Disponível em: <
<https://web.archive.org/web/20181207050042/http://www.exeterpound.org.uk/>>.
Acesso em: 2 ago 2018.

FARE, M; OULD AHMED, P. Why are complementary currency systems difficult to grasp within conventional economics? *Revue Interventions Économiques*, [online], 59, 2018.

FARIA, L.A.S. de. Digitalização de moedas sociais no Brasil e suas (pré)histórias: tensões e mediações com Estados, mercados e tecnologias. 428 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Decania do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Rio de Janeiro, 2018.

FARIAS, M.W.M.; GARCIA, A.; OLAVE, M.E.L. O fortalecimento dos bancos comunitários a partir da organização em rede: o caso da Rede Baiana de BCDs. *Organizações em contexto*, [São Bernardo do Campo], v. 16, n. 31, 2020. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/OC/article/view/8255/pdf>> Acesso em: 20 maio 2022.

FELDSTEIN, M. The risk of economic crisis: introduction. In: FELDSTEIN, M. *The risk of economic crisis*. Chicago: University of Chicago, 1991.

FERREIRA, M.R.M. *Banco comunitário do preventório: uma experiência de economia solidária*. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FIALA, L K.; DE PAULA, L. F. Social currencies: a resistance act? Perspectives on convertible local currencies in Brazil and in UK. In: CONGRESS OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR ECOLOGICAL ECONOMICS, 15, 2018, México: “Ecological Economics and Socio-ecological Movements: science, policy and challenges to global processes in a troubled world”, Puebla, Mexico, September 10-12, 2018.

FINANCIAL CONDUCT AUTHORIT. Limited Network Exclusion, 19 August 2017. Disponível em: < <https://www.fca.org.uk/firms/limited-network-exclusion>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

FINCA. Nuestra historia. Disponível em: < <https://fincacostarica.org/nuestra-historia/>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

FRANÇA, V.A. *A metodologia dos bancos comunitários e a geração de capital social: um estudo exploratório das comunidades do Conjunto Palmeiras e Granja Portugal*. Monografia (Bacharelado) – Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, 2011.

FRANÇA FILHO, G.C.; SILVA JUNIOR, J.T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). *In.: CATTANI, A.D. et al. Dicionário Internacional da Outra Economia*. Edições Almedina, 2009. p. 31-37

FRANÇA FILHO, G.C.de; SILVA JUNIOR, J.T.; RIGO, A.S. Solidary finance thought Community Development Banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 500-515, 2012.

FRANÇA FILHO, G.C. *et al. Relatório de execução de convênios, termos de parcerias e acordo de cooperação*. Convênio 749331/2010. Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (Fapex), 2015.

FREIRE, M.V. *Moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil*. 374 f. Tese (Doutorado em Globalização, Transformações do Direito e Ordem Econômica) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FREIRE, M.V. Social Economy and Central Banks: Legal and Regulatory Issues on Social Currencies (Social Dinheiro) as a Public Policy Instrument Consistent with Monetary Policy. *International Journal of Community Currency Research*, [s.l.], v.13, p.76-94, 2009.

FREITAS, H., EGYDIO, O. *Programa Moeda Social Mumbuca: inovação social, digital e econômica*. Relatório de Pesquisa – Projeto Conexão Local. Fundação Getúlio Vargas – EAESP-FGV, 2014.

GARCIA, A. *Notafilia: Moedas comunitárias brasileiras*, 2010 Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7074835-Notafilia-moedas-comunitarias-brasileiras.html>> Acesso em: 20 maio 2019.

GARCIA, A. *Notafilia: Moedas comunitárias do Brasil (1962-2020)*, 2021. Disponível em: < <https://pt.calameo.com/read/0009917638bf611dab4ab>> Acesso em: 10 jun. 2022.

GOBBI, L.; LUCARELLI, S. Local clearing unions as stabilizers of local economic systems: a stock flow-consistent perspective. *Cambridge Journal of Economics*, [Oxford], v. 40, n. 5, p. 1397-1420, 2015.

GÓMEZ, G.M. *Argentina's parallel currency: the economy of the poor* (Financial history). London: Pickering & Chatto, 2009.

GÓMEZ, G.M. (Ed.) *Monetary plurality in local, regional and global economies*. New York: Taylor and Francis, 2018.

GÓMEZ, G.M.; GAFFRON, W.von P.und. The pervasiveness of monetary plurality in economic crisis and wars. In: GÓMEZ, G.M. (Ed.) *Monetary plurality in local, regional and global economies*. New York: Taylor and Francis, 2018.

GONZÁLEZ-VEGA, G. C. FINCA: lecciones del financiamiento de la microempresa rural. In: GONZÁLEZ-VEGA, C.; RODRÍGUEZ, R.J.; RODRÍGUEZ, R.Q. (Ed.) *Financiamiento de la microempresa rural: FINCA – Costa Rica*. San José, Costa Rica: Ohio State University / Academia de Centroamérica 1993.

GRAUGAARD, J.D. A tool for building community resilience? A case study of the Lewes Pound. *Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability*, [s.l.], v. 17, n. 2, p. 243-260, 2012.

GROPPA, O. Complementary currency and its impact on the economy. *International Journal of Community Currency Research*, [s.l.], v. 17, p. 45-57, 2013.

GUTTMANN, R. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. *Novos estudos*, 82, nov., 2008.

HAYEK, F.A. *Denationalisation of money: an analysis of the theory and practice of concurrent currencies*. Hobart Paper Special, n.70. London: The Institute of Economic Affairs, 1976.

HELLEINER, E. *The making of national money: territorial currency in historical perspective*. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

HOPKINS, R.J. *The transition handbook: from oil dependency to local resilience*. Totnes: Green Books, 2008

HOPKINS, R.J. *Localisation and resilience at the local level: the case of Transition Town Totnes (Devon, UK)*. Thesis – School of Geography, Earth and Environmental Science, University of Plymouth, 2010.

HOPKINS, R.J. Bank of England takes note of local money. *Transition Network*, 16th December, 2013. Disponível em: <<https://transitionnetwork.org/news-and-blog/bank-of-england-takes-note-of-local-money/>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

HOPKINS, R.J. Totnes Pound New Notes Launch. *Totnes Pound Youtube Channel*, maio, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AnIV8QCITv4>>. Acesso em: 1 ago 2018.

HOPKINS, R.J. Building resilience. *Transition Network*, 10th November, 2017. Disponível em: <<https://transitionnetwork.org/news-and-blog/building-resilience/>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA, 2016. *Números do e-dinheiro*. Disponível em: <<http://bancodaperiferia.org.br/e-dinheiro-numeros/>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

INGHAM, G.; COUTTS, K.; KONZELMANN, S. Introduction: 'cracks' and 'braves heretics': rethinking money and banking after the Great Financial Crisis. *Cambridge Journal of Economics*, [Oxford], 40, p. 1247-1257, 2016.

INSTITUTO PALMAS. Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. *In.*: ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2., 2007. Caucaia – Ceará. Abril 2007. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/termo_de_referencia_dos_bancos_comunitarios.pdf>. Acesso em: 2 ago 2018.

JACOBS, J.; BRINKERHOFF, M.; JOVIC, E.; WHEATLEY, G. The social and cultural capital of community currency, an Ithaca HOURS case study survey. *International Journal of Community Currency Research*, [s.l.], v. 8, 2004.

JANARY JÚNIOR. Comissão aprova projeto que regulamenta emissão de moedas sociais. *In.*: BRASIL. Câmara nos Deputados. Comunicação. Notícias. Economia, 23 nov. 2023. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/noticias/1018920-comissao-aprova-projeto-que-regulamenta-emissao-de-moedas-sociais/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%204476,p%C3%BAblico%20\(como%20o%20blockchain\)%3B](https://www.camara.leg.br/noticias/1018920-comissao-aprova-projeto-que-regulamenta-emissao-de-moedas-sociais/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%204476,p%C3%BAblico%20(como%20o%20blockchain)%3B)>. Acesso em: 28 nov. 2023.

KENNEDY, M. Estabilidade financeira: em defesa das moedas complementares. *In.*: Dawson, J., Norberg-Hodget, H., Jackson, R. (Orgs.). *Economia de gaia: viver bem dentro dos limites planetários*. Rio de Janeiro: Roça Nova, 2017. p. 109-125.

KINGSTON POUND, 2018. Disponível em: <<https://kingstonpound.org/>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

KINGSTON POUND. FAQs. Is the Kingston Pound regulated. Disponível em: <<https://kingstonpound.org/faqs>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

KIYOTAKI, N.; WRIGHT, R. On money as a Medium of Exchange. *Journal of Political Economy*, [Chicago], n. 97, p. 927-954, 1989.

LAPAVITSAS, C. Theorizing financialization. *Work, Employment and Society*, [Durham], v. 25, n. 4, p. 611-26, 2011.

LEMOS, M.E. *A implantação de bancos comunitários e desenvolvimento social: o Banco Palmas – CE e o União Sampaio – SP*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

LIETAER, B.; HALLSMITH, G. *Community Currency Guide*. Global Community Initiatives, 2006.

LONGHURST, N., 2012. The Totnes Pound: a grassroot technological niche. *In.*: Davier, A. (ed.) *Enterprising communities: grassroots sustainability innovations*. Bingley: Emerald, p. 163-188, 2012.

MARSHALL, A.P.; O'NEILL, D.W. The Bristol Pound: a tool for localization? *Ecological Economics*, [s.l.], v. 146, p. 273-281, 2018.

MARTINS, J. Banco Comunitário Kiri Kere debate implantação da moeda e-dinheiro. *Rede Notícia*, 2018. Disponível em <<https://redenoticia.es/banco-comunitario-kiri-kere-debate-implantacao-da-moeda-e-dinheiro/>> Acesso em: 10 maio 2021.

McMICHAEL, P.D. *Development and social change: a global perspective*. Thousand Oaks, Calif: Pone Forge Press, 2000.

MEDEIROS, A.C. A Incubação como Fomento ao Desenvolvimento Local: A experiência junto ao CDCT – Centro de Desenvolvimento Comunitário das Timbaúbas. *Revista NAU Social*, [Salvador], v.3, n.4, p. 123-129, Maio/Out, 2012.

MELO NETO SEGUNDO, J.J. Associative Community Banks in Brazil. *WorkinUSA: The Journal of Labor and Society*, v. 13, March, p. 61-76, 2010.

MELO NETO SEGUNDO, J.J. *Projeto Bancos Comunitários no Estado do Ceará*. Convênio de cooperação técnica e financeira entre a STDS e Instituto Palmas, número 150/2010 sic nº 607736. Relatório Final, junho de 2010 a dezembro de 2011.

MELO NETO SEGUNDO, J.J.; MAGALHÃES, S. Bancos Comunitários. In: Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Ministério do Trabalho e Emprego. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, Brasil, n. 41, nov., 2009.

MORAES, J. et al. Função e Multiplicação dos Bancos Comunitários. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, Salvador, maio/ago, v. 3, n. 2, p. 161-181, 2014.

MUNDELL, R. A Theory of optimum currency areas. *The American Economic Review*, v. 51, n. 4, p. 657-665, 1961.

NASCIMENTO, S.A.M. do. *Finanças solidárias para o desenvolvimento local? Uma análise comparativa de experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte*. 163f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

NAQVI, M., SOUTHGATE, J. Banknotes, local currencies and central bank objectives. *Quarterly Bulletin*, Bank of England, Q4, 2013.

NESOL-USP. Metodologia de implementação de bancos comunitários de desenvolvimento. Núcleo de Economia Solidária – USP, 2013. Disponível em <https://cirandas.net/articles/0029/5738/Kit_Bancos__4_.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

OLIVEIRA, L.de. *O capital dos pobres: Endowment Fund como inovação para a formação de poupança de longo prazo no Banco Palmas*. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

ORIENTE, A.C.N. *Análises dos fatores para implantação e consolidação de um banco comunitário em território popular: o caso do banco comunitário da Cidade de Deus*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

PAIVA, V.R.A. *Dilemas e perspectivas de institucionalização das finanças solidárias: a experiência dos bancos comunitários no Ceará*. 350 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2015.

PAULA, C.G.de. *Do território ao lugar: bancos comunitários, moedas sociais e o circuito inferior da economia urbana em São Paulo - SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PFAJFAR, D.; SGRO, G.; WAGNER, W. Are Alternative Currencies or a Complement to Fiat Money? Evidence from Cross-Country Data. *International Journal of Community Currency Research*, [s.l.], v. 16, p. 45-56, 2012.

PIETRO, L.R.; LAGUNA, S.R. *Impacto da metodologia de FINCA Costa Rica em las Empresas de Crédito Comunal*. 91 f. Tesina fin de Master (Máster em Microcréditos para el Desarrollo) – Departamento de Estructura Económica y Economía del Desarrollo, Universidad Autónoma de Madrid, 2009.

PUPO, C.G.de P. *Finanças solidárias no Brasil*. Bancos comunitários, moedas locais e a força dos lugares. 411 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2022a.

PUPO, C.G.de P. Entre os nexos dos circuitos da economia urbana e novas possibilidades financeiras: o uso da moeda digital Mumbuca E-Dinheiro em Maricá (RJ). *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 12, n. 1, 2022b.

QUIRÓZ, R. ; VEGA, C.G. Institutional transformation to create linkages that enhance rural access to financial services: the case of the Fundación Integral Campesina (FINCA) in Costa Rica. Working Paper, 2007. Disponível em: <https://www.rfilc.org/wp-content/uploads/2020/08/1188994521640_FINCA_Costa_Rica.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2023.

RAPOSO, J.G. et al. O banco comunitário como plataforma de desenvolvimento sócio econômico local – o caso do banco comunitário Jardim Botânico. *Anais IV Congresso em Desenvolvimento Social*, 2014. Disponível em: <<https://congressods.com.br/quarto/index.php/trabalhos-aceites/gt-01-a-economia-social/166-anais/gt-01/390-o-banco-comunitario-como-plataforma-de-desenvolvimento-socio-economico-local-o-caso-do-banco-comunitario-jardim-botanico>> Acesso em: 10 maio 2023.

REDE PARAIBANA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. Disponível em: <<https://bcdpb.webnode.page/>>. Acesso em: 18 maio 2022.

RESGALA, G. *Práticas de finanças solidárias como práticas urbanas: uma análise das ações de bancos comunitários de desenvolvimento*. 241 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

RIBEIRO, G.L. Economic globalization from below. *Etnográfica*, Portugal, v. X, n. 2, p. 233-49, 2006.

RIGO, A.S. *Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas*. 339 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, 2014.

RIGO, A.S. Challenges of social currency use: A Survey on Community Development Banks in Brazil. *International Journal of Community Currency Research*, [s.l.], v. 24 (Winter 2020), p. 74-85, 2020.

RIGO, A.S. FRANÇA FILHO, G.C. O paradoxo das Palmas: análise do (de)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. *Cad. EBAPE.BR*, online, 15, 1, Artigo 10, jan./mar., p. 188-193, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Canoas realiza 8ª feira do Clube de Trocas. Trabalho, 27 jun. 2002. Disponível em <<https://estado.rs.gov.br/canoas-realiza-8-feira-do-club-de-trocas>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

RODRÍGUEZ, E.J. et al. FINCA: evolución de una metodología. In: GONZALEZ-VEGA, C.G; RODRÍGUEZ, R.J.; RODRÍGUEZ, R.Q. (Ed.) *Financiamiento de la microempresa rural: FINCA – Costa Rica*. San José, Costa Rica: Ohio State University / Academia de Centroamérica 1993.

ROFF, K. Beyond Rosenstein-Rodan: the modern theory of coordination problems in development. In: PLESKOVIC, B.; STERN, N. (Ed.) *Annual World Bank conference on development economics*. Washington: The World Bank, 2001.

RYAN-COLLINS, J. Transition Currency 2.0 – an online banking system for local money. Transition Network, 16th November, 2010. Disponível em: <<https://transitionnetwork.org/news-and-blog/transition-currency-2-0-an-online-banking-system-for-local-money/>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

RYAN-COLLINS, J. The emergence of the UK Transition Currencies. *International Journal of Community Currency Research*, [s.l.], 15, p. 61-67, 2011.

SANTANA, C. Moeda local será criada em Mato Verde, no norte de Minas. *Agência Sebrae de Notícias*, Economia e Política, 28 jul. 2023,

SANTOS, G.M.S. *Avaliação de políticas públicas de finanças solidárias: estudo do Banco Comunitário Capivari*. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Federal Fluminense, 2020.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006 [1996].

SANZ, E. O. Community currencies (CCs) in Spain: an empirical study of their social effects. *Ecological Economics*, [s.l.], v. 121, p. 20-27, 2016.

SCHRAVEN, J. *The Economics of community currencies: a theoretical perspective*. Unpublished Honours Thesis, Oxford University, 2001. Disponível em: <<http://www.jorim.nl/thesis.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SEYFANG, G.; LONGHURST, N. Money, money, money? A scoping study of grassroots complementary currencies for sustainability. 3S Working Paper. *Science, Society & Sustainability Research Group*, School of Environmental Sciences, University of East Anglia, 2012.

SILVA, G.A. *Pós-desenvolvimento: uma análise crítica das experiências alternativas conduzidas pela ação comunitária em localidades situadas na Amazônia*. 231 f. (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016.

SILVA, S.P.; PEREIRA, C.A. Finanças solidárias e implementação de políticas sociais: o caso do banco comunitário e da moeda Mumbuca no município de Maricá-RJ. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. Brasília: IPEA, ano 28, n. 74, out., p. 167-179, 2022

SILVA JUNIOR, J.T. *Gestão, fato associativo e economia solidária: a experiência da ASMOCONP/BANCO PALMAS*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SILVA JUNIOR, J.T. *Relatório de avaliação: projeto de apoio à organização de bancos comunitários*. Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social: Fortaleza – CE, 2006.

SILVA JUNIOR, J.T. Bancos comunitários e desenvolvimento territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. *Cadernos Gestão Social*, Salvador, set/dez. v. 1, n. 1, Ed. Especial, p. 1-18, 2007.

SILVA JUNIOR, J.T. *Utilidade social e finanças solidárias: uma proposta de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros*. 291 f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, 2016.

SILVEY, R. Spaces of protest: gendered migration, social networks and labor activism in West Java, Indonesia. *Political Geography*, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 129-55, 2003.

SOLOMON, L.D. Rethinking our centralized monetary system: the case of a system of local currencies. Westport: Praeger, 1996.

SOUZA, V.; BRAZ, J. *Relatório de execução de convênios, termos de parcerias e acordo de cooperação*. Convênio 748854/2010. Report, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2014.

SOUZA, H. P. B. de. *Que moedas são essas? Uma análise sobre as possibilidades de construção de circuitos de moedas sociais e de suas potencialidades e desafios na reconfiguração socioeconômica de territórios.* 2018. 261f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais), Universidade Federal do ABC, 2018.

STIGLITZ, J. *Globalization and its discontents.* New York: W. W. Norton, 2002.

STUDER, T. *WIR and the Swiss national economy.* Basel: WIR Bank, 1998.

THERÉT, B. Birth and death of a provincial complementary currency from Tucuman, Argentina (1985-2003). In: GÓMEZ, G.M. (Ed.) *Monetary plurality in local, regional and global economies.* New York: Taylor and Francis, 2018.

TIMBERLAKE, R.H. Private production of scrip-money in the isolated community. *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 19, n. 4, p. 437-447, 1987.

TOTNES POUND. Totnes to trial new electronic currency. Totnes Town Blog, Electronic Currency, 21 May, 2014. Disponível em: <<http://www.totnespound.org/blog/category/electronic-currency/>>. Acesso em: 2 ago 2018.

VAN DER ZUAN, N. State of art: Making sense of globalization. *Socio-Economic Review*, [Oxford], v. 12, p. 99-129, 2014.

WARD, F. Economic Blueprint for Totnes and District: out local food system. August, 2012. Disponível em: <<https://reconomyblog.files.wordpress.com/2013/11/td-economic-blueprint-food-detail-section-final-version1.pdf>>. Acesso em: 2 ago 2018.

WARD, F.; TOMPT, J.; NORTHROP, F. Totnes & District. *Local Economic Blueprint.* A proposal from a partnership of local organizations. Transition Network REconomy Project, February, 2013

WARNER, J., The future of community currencies: physical cash or solely electronic? *International Cash Conference 2014.* The usage, costs and benefits of cash – revised, 477-519. Frankfurt am Main: Deutsche Bundesbank, 2014. Disponível em: <https://www.bundesbank.de/Redaktion/EN/Downloads/Tasks/Cash_management/Conferences/2014_09_16_the_future_of_community_currencies.pdf?__blob=publicationFile>. Acesso em: 6 ago 2018).

WAHL, D.C. *Design de Culturas Regenerativas.* Rio de Janeiro: Bambual, 2019.

WEBSTER, E.; LAMBERT, R.; BEZUIDENHOUT, A. *Grounding globalization: labour in the age of insecurity.* Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

WHEATLEY, G.; YOUNIE, C.; ALAJLAN, H.; MCFARLANE, E. Calgary Dollars: economic and social capital benefits. *International Journal of Community Currency Research*, [s.l.], v. 15, p. 84-89, 2011.

WILLIAMS, S. *et al.* Introduction. *In*: WILLIAMS, S; BRADLEY, H; DEVADASON, R; ERICKSON, M. *Globalization and work*. Cambridge: Polity Press, 2013. p.1-28.

APÊNDICE – Lista de pessoas consultadas

- Afonso Magalhães, da direção do Centro de Movimentos Populares – DF.
- Aldenor Soares Maciel, que trabalhou no Instituto Capital Social Amazônia.
- Ana Carolina Bogo, do Banco Comunitário Raiz, em Alta Floresta – MT.
- Ananias Vianna, do Banco Comunitário Quilombola do Iguapé, em Igaci – AL.
- Antonio Fernando Silvam coordenador da Associação Tancredo Neves.
- Edjales Benício de Brito, que foi agente do Projeto Brasil Local.
- Elaine, analista de crédito na época que o Banco Comunitário Apuanã operava.
- Deuzani Candido Noleto, integrante do Conselho Gestor do Banco Comunitário Estrutural, no Distrito Federal.
- Francisco Anastásio Souza, presidente da Associação Comunitária dos Agricultores e Pescadores Maria Camélia de Souza.
- Leonora Moll, gestora do Banco Comunitário Bem, em Vitória – ES
- Gilvan Cleber, coordenador dos projetos de bancos comunitários pelo Instituto Capital Social Amazônia.
- Guido Botti, presidente da APROVAP.
- Josefa Aparecida Carrenho, secretária do Banco / Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Costa dos Coqueiros, em Camaçari – BA.
- Juceli Almeida, do Banco Comunitário Maringá, em Pombal – PB.
- Liliane Alexandre, da Cada de Cultura e Educação de São Luiz.
- Marcos Rodrigo, coordenador do Banco Comunitário Preventório, em Niterói – RJ.
- Maria do Carmo Rodrigues, coordenadora do Banco Tonato, em Carapicuíba – SP.
- Maria Helena de Assis Souza, que foi Agente Bancária do Banco Comunitário Timbaúbas, em Juazeiro do Norte – CE.
- Maria Ligia Isídio Alves, pesquisador.
- Maria Soares Figueiredo, gestora do Banco Banclisa, em Teófilo Otoni – MG.
- Marivaldo do Vale Silva, do Banco Comunitário Tupinambá, em Belém – PA.
- Matilde, do Banco Comunitário União Sampaio, em São Paulo – SP.
- Mauro Rodrigues, representante do Banco dos Cocais, em São João do Arraial – PI.

Meyre Gobira, Agente de Desenvolvimento Local atuante em Chapada Gaúcha – MG.

Paulo Henrique, do Banco Comunitário Porto Marruás, em Porto – PI.

Pedro Henrique Alcino, coordenador do Projeto Acarape.

Raimundo, do Banco Comunitário Retiro em Esperantina – PI.

Raimundo João, integrante da Obra Kolping do Piauí.

Sebastião Messias, que foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monsenhor Tabosa – CE.

Seiji Fujita, idealizador da moeda local em Criciúma – SC.

Sueli Pinheiro, presidente da Associação Dando as Mãos de Rondonópolis – MT.

Tania, do Instituto Palmas, de Fortaleza – CE.

Vania, da Organização Social Ecoando Liberdade, de Manaus – AM.

Zuleide Silva, do Grupo de Mulheres Artesãs Arte Palha, de Palhano – CE.